

REPÚBLICA PORTUGUESA

PROGRAMAS

DO

ENSINO PROFISSIONAL INDUSTRIAL E COMERCIAL

CURSOS DE FORMAÇÃO COMERCIAL



Georg-Eckert-Institut
für internationale Schulbuchforschung
Braunschweig
— Bibliothek —

LISBOA ◊ Imprensa Nacional ◊ 1966

Georg-Eckert-Institut BS78



1 241 207 4

REPÚBLICA PORTUGUESA

PROGRAMAS

DO

ENSINO PROFISSIONAL
INDUSTRIAL E COMERCIAL

CURSOS DE FORMAÇÃO COMERCIAL



LISBOA ◊ Imprensa Nacional ◊ 1966

Georg-Eckert-Institut
für internationale
Schulbuchforschung
Braunschweig
Schulbuchbibliothek

40003

p

2-8(1,66)

Programas do ensino profissional industrial e comercial ⁽¹⁾

Cursos de formação comercial

Curso geral do comércio

Português

A) Leituras

De caso pensado se determinou que aos dois anos do ciclo preparatório se destinassem dois volumes de leituras: porque se tinha por certo que os livros saídos de programa tão rico de sugestões haveriam de ser àvidamente lidos pelos estudantes, dentro e fora das suas salas de aula; e era isso o que justamente se queria.

Dos livros aparecidos até hoje nenhum, como era de esperar, deu vazão a tudo quanto no programa se continha; e então até se poderia julgar próprio que os livros seguintes se inspirassem no mesmo manancial de assuntos, sem acréscimo nenhum — pois nem dois, nem três volumes mais, o lograriam exaurir.

Efectivamente não se considera desacertado incluir nos novos livros quaisquer números do programa anterior: os assuntos de índole *científica*, por exemplo, mor-

⁽¹⁾ Aprovados pela Portaria n.º 13 800, de 12 de Janeiro de 1952.

mente os relacionados com o progresso actual das *técnicas*, estão nesta altura, como bem se entende, no immediato e real interesse dos seus leitores.

Mas, a par disso, deve a leitura escolar, agora, visar os objectivos de formação nacional e profissional, que só menos directamente verteriam do plano de variegada contextura que se delineou para o 1.º ciclo.

E aqui estão os fins em vista: formar o cidadão; elevar o profissional.

Deste grave enunciado não se corra, porém, a concluir que tenha o livro de tornar-se em compêndio circumspecto.

Nada disso. O livro de leitura não há-de ser manual, senão de leitura estimulante.

Há uma epopeia imperial portuguesa, que não pôde deixar de aparecer nos volumes de 1.º ciclo. Complete-se agora com o *conhecimento vivo* do Portugal presente: o seu Império, o seu Labor, a sua Arte. Desta, mais que pela descrição verbalística, que a não revela nunca, dê-se mostra pela imagem esclarecida, em que se revejam e inspirem os artífices do futuro. (Daniel-Rops, por exemplo, dá, neste capítulo, uma lição de aproveitar). No 3.º ano do curso, o livro seja antologia do que de mais belo e significativo nos deixaram os escritores portugueses: antologia acessível (ia a escrever-se *popular*) ao entendimento de quem não estudou latim e não tem curiosidades de filólogo.

Por outro lado, há o *romance* empolgante do trabalho, de todo o trabalho, onde se leia que, através dos séculos, o *engenho* acompanhou o braço na «batalha sem fim» do progresso humano.

O simples *machado* é uma ferramenta — e é um símbolo. Companheiro do Homem desde que o lascou em pedra até que o *afiou* no aço, dos confins do tempo o tem ajudado a talhar a civilização. Braços rijos o atiram e sustêm; mas um cérebro o imaginou e o guia.

Sábios capitães dirigem a rota dos navios; mas são mãos rudes quem lhes dá a força com que saem inteiros das tormentas.

Obreiros modestos domam e encaminham a energia eléctrica; mas esforçados cientistas, ao cabo de mil vigílias, é que desentranharam do ignoto o fluido prodigioso.

Em suma: contribua o livro de leitura para cultivar no artífice ou no escriturário o sentimento do seu valor social e o legítimo orgulho do seu ofício — a par da consciência da solidariedade que, na terra, no sangue, no espirito e também nos interesses materiais, o liga aos demais portugueses e, para além destes, no património comum da civilização, a todos os obreiros do labor universal.

Nota. — Haverá um livro para os primeiros dois anos e um volume de antologia, com nótulas de história da literatura, para o 3.º ano.

B) A ortografia

Pode a Escola aspirar, e deve, em cinco anos de curso, a dotar os seus diplomados com aquela suficiênciã ortográfica sem a qual a cultura parece inacabada e tosca.

Estimule-se, pois, por todos os meios, o brio da correcção ortográfica. Não é difícil interessar nela, com alguma vivacidade e zelo, os estudantes da aula de Português. Tenha o professor sempre presentes os casos críticos, para neles insistir, retomando os que se mencionaram no programa do ciclo preparatório e juntando-lhes outros análogos. E os professores de todas as disciplinas haverão de coadjuvar nisto o de Língua Pátria, não pròpriamente leccionando ortografia em suas aulas, mas chamando a atenção dos alunos para os erros cometidos — alguns tão evitáveis! — e prevenindo o seu colega do que lhes pareça carecido de especial intervenção.

O anajo, que alguns mestres de disciplinas alheias ao assunto frequentemente exhibem, acerca da *calamitosa ortografia* dos alunos, não é remédio nem estímulo. Olhe cada qual humildemente para si próprio; saiba o que noutras partes do Mundo se contempla — e orgulhe-se da intelligência e da boa vontade dos pequenos portugueses!

C) Língua e ciência da Língua

1. — *Gramática antiga e gramática nova:*

A aula de Português era dantes, sobretudo, lição de gramática portuguesa; de preferênciã, exercício continuado e exaustivo de análise sintáctica.

As razões são conhecidas: assentavam na generalizada convicção de que a divisão, classificação e análise

das orações são, por um lado, muito adequado meio de se aprender a Língua, e são, por outro, um exercício mental de alto valor no apuro de certas faculdades.

Ora, a verdade é que nem uma nem outra coisa estão provadas; e ambas se sustentam de tradições a que nem os factos nem a investigação dão fundamento irrefutável.

Temos de impor, nos primeiros anos, limitação a essa actividade especiosa, em que se compraziam, e não admira, mestres imbuídos de gramaticismo, mas que não deleita nem presta ao aprendiz da Língua.

No ano final do curso, quando o escolar atingiu o razoável domínio da expressão verbal que só por prolongado exercício se assimila, é que a análise sintáctica será útilmente chamada a intervir, não só como processo de esclarecimento na destriça ideológica dos textos, mas também — o que não é somenos — como meio seguro e certo de se desfazerem dúvidas respeitantes à correcção do que se escreve.

O mesmo se entenderá quanto ao ensino sistematizado da gramática. Assente-se em que o domínio da Língua se obtém à custa da leitura e da escrita, por um longo processo de imitação e rectificação, quase todo inconsciente. Mas, para além do *mero domínio expressional*, há uma ciência da Língua, que interessa codificar e aprender; e o estudante de Português não deve rematar o curso antes de a ter formulado e apreendido com clareza.

Por isso, adiante se formula o programa gramatical de cumprimento taxativo, com o auxílio de um compêndio, no último ano de cada curso. Exige-se, porém, que o compêndio não venha a ser um repositório de definições inúteis (deixem-se estas, se ainda forem necessárias, ao cuidado do professor), mas um *elucidário codificado*, cuja doutrina derive sempre da língua viva, falada ou escrita, e cuja matéria seja versada em termos que, terminado o curso, os alunos sintam a necessidade e o desejo de o conservar pela vida além, ao lado do dicionário, como livro de consulta frequente e proveitosa.

Antes do último ano, o estudo gramatical que se fizer, e decerto se fará, haverá sempre de pretextar-se em factos ocorrentes nos textos ou hábilmente suscitados pelo professor.

É com certeza instrutivo e edificante concitar frequentemente a reflexão do aprendiz para o *modo de ser* da sua língua pátria, agora que está em condições até de a cotejar com outras.

O mestre tem nas suas mãos um manancial inesgotável de observações e sugestões, que todas tendem, além do mais, a criar e radicar no português a admiração, o amor e o orgulho da língua que falamos.

Entre outras, serão especialmente proveitosas as seguintes:

A estrutura e organização normal da frase portuguesa, com todas as ricas possibilidades estéticas que a *liberdade de colocação* permite ao idioma, em contraste com a angustiosa rigidez da construção estrangeira;

A opulência da conjugação verbal, tão rica e tão precisa, em confronto, por exemplo, com a balbuciante imprecisão e pobreza do verbo inglês;

As normas de *concordância* e seus desvios;

A análise de formas viciosas, para as quais não é remédio, senão remoto, o conhecimento do código gramatical, que não topa ao essencial destes desmandos: rol afortunadamente exíguo de *coisas que não devem dizer-se*, que todas mais ou menos ocorrerão no falar e escrever dos estudantes;

A vida e a morte das palavras, contempladas e meditadas em fenómenos de proliferação vocabular (*composição e derivação*), em casos de alteração do sentido (*semântica*), em bons modelos de linguagem figurada (*tropologia*) — sempre e só sobre casos concretos e representativos, sem definições escusadas.

Postas a boa luz as coisas, qualquer lição de *gramática* é também lição de *entendimento*. O rol das funções de um *se*, por exemplo, pode ser uma coisa irrisória — ou uma lição; a diferença está no modo.

2. — O problema da pontuação:

O programa oficial de 1932 alude expressamente ao ensino do «emprego da pontuação»; e recomenda-o para os anos finais do curso.

Não se entende logo o porque haverá de se ensinar para o final o que pareceria de presumir que estivesse sabido antes, porque naturalmente praticado nos exercícios de redacção feitos desde o início. A razão deve ter sido esta: o legislador entendeu que só então os alunos estavam em condições de poder assimilar, com gramatical consciência, um assunto que, a bem dizer, se pode tornar ilimitadamente complicado e abstruso.

A Escola obedecia, como é natural, à disposição legislativa; e, alheando-se completamente do assunto até à altura do curso determinada no programa, tomava-o depois nas mãos e levava-o às últimas extremidades, tornando-o em pretexto para proceder a uma devassa minuciosa da sintaxe — melhor dizendo: da análise sintáctica, o que é diferente.

Na melhor das intenções, o *ponto-modelo* incluía entre os seus números um trecho despontuado, para que os candidatos, sobre ele, dessem prova da sua capacidade de entender e pontuar. A Escola mais se esmerou ainda no ensino do assunto, como é natural. Simplesmente, teve sempre de fazer, em presença de cada prova, o desconsolado reparo que já fora feito algures: e é que os alunos, com frequência, virgulavam toleravelmente — a *vírgula* é o óbice principal — o texto dado, mas desinteressam-se de virgular o resto do ponto, incluindo as *redacções*, que são nele o que mais importa.

Parece adequado que se façam algumas reflexões sobre este assunto, cingidas ao que se refere à virgulação.

Comecem-se por esta anotação: embora observando alguma estabilidade (porque obediente a ditames lógicos e rítmicos que não se alteram constantemente), qualquer sistema de pontuação varia com o tempo e com os indivíduos. Na mesma época, há quem virgule profusamente e há quem prefira economizar as vírgulas; em épocas diferentes, certas *localizações* que numa eram de preceito deixam de o ser na outra, e o que numa era norma coercitiva passa na outra a ser até proibitivo: a vírgula antes da integrante, por exemplo, era de regra em tempo antigo — e é *proibida* hoje.

Por outro lado, quem comparar escritos ingleses e portugueses contemporâneos, sem dificuldade observa que difere muito do nosso o regime corrente de pontuação britânica: é parcimonioso este; o nosso superabundante.

Com verdade se pode dizer que há um sistema de pontuação por via do qual a vírgula atravessa e percorre os textos, operando neles pormenorizada destringa da sintaxe. Mais do que aclarar e compassar as frases, a vírgula, então, analisa as orações.

O processo é, sem dúvida, consciencioso. Mas é, por um lado, redundante, quando não artificial e falso; e, por outro, tão custoso de aprender, que só o aprendem, e não são todos, os que possuem experiência e formação linguísticas acima do corrente.

Vale a pena levar tão longe as coisas em escolas secundárias? Já se mostrou que não vale.

Há vírgulas indispensáveis; e há as que o não são. As primeiras esclarecem o sentido e sinalam a entonação da frase; as outras são excrescência sintáctica e retórica, e não só não favorecem a inteligência e a leitura dos textos, mas até as embaraçam.

A Escola tem insistido até aqui em considerar e ensinar a ambas as espécies, em vez de se contentar da essencial.

Deverá fazer-se o contrário: porque é mais fácil e é mais útil. A *vírgula lógica* é tão inseparável da linguagem falada ou escrita — a sua *música* tão certa e inconfundível —, que breve aprende a colocá-la o aprendiz elementar. Basta que leia bem, para virgular com acerto; e boa prática é ele ler em voz alta *o que escreveu* e atentar nas pausas que inevitavelmente faz. O mestre o ajudará nessa operação.

Assim, logo muito de princípio os alunos devem habituar-se a pontuar tudo o que escrevem, ainda que tenham, acaso, de escrever um pouco menos. É bom que muito se escreva; mas é excelente que sobre o que se escreve se exerça reflexão.

Ao mesmo tempo, deve o mestre desprender-se de certas convenções muito arreigadas, com que indevidamente se dificultam coisas, em si mesmas muito simples.

Por exemplo:

- a) Será forçosamente indispensável, ao contrário do que se faz com outras línguas, separar por vírgula a *copulativa* da *subordinativa*, em frases como: «*E se ele o vê, bate-lhe?*». Não parece.

- b) É imperdoável separar o sujeito do seu verbo, em frases enfáticas como: «*Eu não vou!*», quando é certo que se manda virgular a frase: «*Eu, não!*», àquela equivalente, só por ter o verbo omisso? Não deve ser.

Há vírgulas *mal colocadas* que são extraordinariamente serviçais. Ora a pontuação é posterior à escrita e inventou-se para a aclarar, não para a obscurecer.

3. — *A linguagem correcta:*

No ciclo preparatório, os alunos, se mais não puderam ler (o que é improvável), pelo menos leram dois extensos volumes de trechos escolhidos, além do de História Pátria e dos demais compêndios; e também escreveram muito, a avaliar pela enorme quantidade de trabalhos escritos que se exibem em exposições escolares.

Quer dizer: tiveram com a Língua Pátria íntimo contacto — embora muito livre, por certo não de todo irreflectido; e esse labor considerável, sem dúvida redundou em benefício da capacidade de expressão dos seus autores.

Isto não significa que tenham atingido a plena correcção. A aprendizagem da Língua é processo muito moroso, que sobretudo se efectiva por *via inconsciente*, à custa de prolongada imitação, como já antes ficou dito.

Cumprе agora ao professor ser mais atento a todos os casos de incorrecção e esmerar-se em os erradicar, num esforço de esclarecimento e aliciação por certo muito árduo, mas também compensador, se persistente, convicto e, acima de tudo e contra tudo, bem humorado e paternal.

O que se considera plena correcção sintáctica é dom de poucos, e ao cabo reduz-se a um sistema de normas em parte convencional, variável com as gerações, de tal modo que a sintaxe de Vieira contém erros, a de Camões também, e a de Fernão Lopes é frequentemente intolerável — se julgadas pelo critério sintáctico da actualidade.

Em certos momentos históricos, há artistas cuja sinceridade, aliada ao génio, *extravasa* da gramática, para

que a regidez dos cânones lhes não peie a lídima efusão. Escandalizam-se, naturalmente, os confrades encanecidos; mas as páginas por estes malsinadas, se são de pura arte, serão *amanhã* lições de linguagem. Sempre assim tem sido.

Bem sabe o padre Américo, por exemplo (para se citar apenas um escritor pedagógico), que a sua *syntaxe* claudica, e onde ela claudica; mas o melhor que tem escrito o grande reabilitador teria saído trivial e frouxo se o pavor da inovação o amordaçasse.

Por estas razões, que são verdadeiras, não admira que tratadistas de renome afirmem e proclamem que não é errada, *seja como for*, nenhuma transgressão sintáctica que não afronte a *clareza*.

Pretenderemos ficar aqui?

Não pretendemos.

Embora lhe cumpra acolhê-las e estimulá-las, se acaso lhe aparecerem vocações, a escola técnica não faz escritores — forma *professionais*; e estes hão-de levar para o Mundo, aprendida na Escola, pelo menos a mera suficiência de expressão que lhes permita afrontar a Vida sem se mostrarem ignaros ou ridículos.

Mas porque da atitude mental de quem ensina em muito dependem os processos que utilizará, é bom que o mestre pondere atentamente *o que se está passando*, sem incondicional submissão *ao que já passou*.

Acautelado com estas prevenções, afoite-se então o professor, esforçadamente, e com muita contemplação, a corrigir os desmandos da expressão dos seus alunos, mostrando-lhes, em cada caso, onde está o *erro*, e conduzindo-os, sempre que possível, a descobrirem eles a rectificação apropriada — na certeza de que a correcção de linguagem é mais produto de um pensar escorreito e bem treinado do que a fixação de regras de gramática. Paraphraseando um dito popular muito pitoresco, com razão se pode dizer que «quem erra não pensa»; mas a contrária só em parte é verdadeira, pois quem *pensa* ainda está sujeito a *errar*, se não pensar com lucidez e não tiver adquirido o *hábito* de expressar o pensamento segundo as convenções sintácticas em vigor na actualidade.

Estimule constantemente nos alunos o gosto da boa leitura e acostume-se a saborear as louçanias de estilo que deixaram em suas obras os melhores escritores de

Portugal, antigos e modernos. Em gente moça é muito grande a capacidade de apropriação e de assimilação: saiba o mestre contar com ela e aproveitá-la.

Os textos sejam lições de bom gosto; mas não se perca neles a oportunidade de os utilizar como exemplos de correcção de linguagem, que a intervenção assisada da análise sintáctica tornará mais relevante.

4. — *Programa de gramática:*

Divisão dos trechos em partes, das partes em parágrafos e destes em períodos. Noção de período baseada em numerosos exemplos.

Análise sintáctica. Divisão do período. Período e proposição. Frase simples e frase composta.

Articulação das proposições no período. Formas mais típicas da coordenação e da subordinação: as conjunções.

Elementos essenciais da proposição: sujeito e predicado. Substantivos, pronomes e verbos. Predicado verbal e predicado nominal. Nome predicativo do sujeito. Voz activa e voz passiva. Transformação da voz activa em voz passiva e vice-versa. Expressões e proposições substantivas.

Regras gerais de concordância: do predicado com o sujeito; do adjectivo com o substantivo.

Elementos secundários da proposição.

Determinantes do sujeito; o atributo, o atributivo e o aposto.

O adjectivo (graus de significação); proposições adjectivas.

Complementos do predicado: directo (e seu nome predicativo); indirecto; circumstancial.

O advébio e as expressões ou proposições adverbiais.

Ligação dos elementos da proposição: as preposições.

Discurso directo e indirecto.

Ordem directa e inversa dentro da proposição.

Enriquecimento da Língua. Formação de novas palavras; composição e derivação; prefixos e sufixos. A cognação como meio de fixar a grafia e a significação das palavras. A evolução semântica. Nacionalização de vocábulos estrangeiros.

Noções gerais sobre versificação e tropologia.

D) A oralidade

1. — *Lugar da oralidade:*

Com alguma razão se tem dito que este é o século da oralidade. A palavra falada, se perdeu em prestígio retórico, ganhou em poder de comunicação, por virtude das invenções que a transportam instantâneamente a toda a parte. De certo modo se pode dizer que nos ouvimos agora todos uns aos outros, nos quatro cantos do Mundo.

Assim, nenhum plano educativo, por mais modesto, pode alhear-se de cuidar da linguagem oral dos educandos.

Gente nova vive a todo o instante em *multidão* — desde a da sala da aula à do pátio do recreio. Por isso *grita* em vez de *conversar*; e, porque quer ser ouvida onde outros estão gritando, atabalhoa o que diz.

É natural que esta prática se radique em hábito; à aula de Português, sobretudo, incumbe corrigi-la.

Em grande parte a correcção é indirecta: faz-se pelo exemplo do mestre, que há-de impor-se à *multidão* e falar-lhe com serenidade e clareza sistemáticas. Mas, por outra parte, obtém-se dando relevo a todos os exercícios de expressão oral que na aula se suscitem (recontos, exposições, conferências, entrevistas, jornais falados, representações dramáticas, recitações, debates), não se poupando o professor à crítica dos desmandos quando não opte por cometê-la aos mais alunos.

E aqui está uma provocação à oralidade, forçosamente meditada e comedida, mesmo quando improvisada, porque a própria dificuldade lhe põe freio: façam alunos a *crítica*. Esta, quando possível, alargue-se a debate generalizado, em que cada um exponha as suas opiniões — ordeiramente.

Um estagiário fez, em aula sua, o julgamento do criminoso da velha fábula do lobo e o cordeiro — com seu juiz, seu delegado, seu defensor, seus oficiais e escrivães, suas testemunhas: representação realística da vida, só diferente na celeridade do processo... Homens togados teriam que aprender, ouvindo este *caso célebre*, com a sinceridade do acusador e a argúcia do advogado de palmo e meio!

2. — A Poesia:

A imprensa lesou a poesia no seu privilégio de se fazer ouvir para comover e exaltar. A «mensagem transcendente», uma vez mudada em «texto», mais convida à exegese do que à emoção; daí a encarar-se como repositório de fenómenos gramáticos vai um passo. Dividimos, classificámos e analisámos as orações todas da Epopeia Nacional!

Há-de a Poesia actuar na formação educativa — *conforme está*: sem explicações supérfluas, sem análises descomedidas, sem comentários que lhe atabafem a pura voz; e actuar pela via própria, que não é rigorosamente a do entendimento, senão a da sensibilidade e da alma. A *Nau Catrineta* — «o poema ao mesmo tempo nebuloso e fascinante» — não ganha em ser desanuviada, antes se trivializa e desencanta à luz da interpretação esmiuçadora. Tenha a Prosa toda a claridade; e a Poesia guarde o seu segredo . . .

Assim indevassada e intacta, oiça-se na aula com frequência: não já só a *narração rimada*, que serviu no ciclo preliminar; mas a Poesia própria, em seu arroubo ou seu clangor. Não havemos de entender que o futuro «professional» lucre em se despojar de humanidade.

E) Composição escrita

A *metódica* da composição escrita que se expôs no programa do ciclo preparatório não há que fazer rectificações, senão as que resultam das diferenças da idade, da preparação e dos interesses dos alunos, que agora se encaminham para as profissões que hão-de exercer na vida.

Das espécies de exercícios recomendadas naquele programa, o professor escolherá as adequadas, cõscio de que feneceram nos alunos, dando lugar a outras, certas predilecções pueris. Por exemplo: o *exercício filmado*, que tão fecundo se mostra no 1.º ciclo, é agora rejeitado como mistificação; e insistir nele é perder tempo.

Sejam os alunos, cada vez mais, a escolher a forma por que preferem expressar-se, honestamente aconselhados pelo professor; e este desperte neles o gosto e a iniciativa de trabalhos de averiguação sobre assuntos

relacionados com o modo de vida que hão-de ter, para os quais se socorram de bibliografia cedida pelo mestre ou existente nas bibliotecas, quando não da realidade presenciada. Já se viram, no estágio, operosas *équipes* de *investigadores* consumir na biblioteca as horas vagas, na organização de preciosas monografias.

Dos temas que haverão de motivar os exercícios, prefiram-se os relacionados com a futura profissão: a história das matérias-primas (extração, comércio, transporte); o *romance* das artes e ofícios (origem, primórdios, evolução), etc.

Tenham as tarefas o mesmo cunho informativo: visitas a oficinas e fábricas; entrevistas com patrões e obreiros especializados; assistência efectiva e atenta ao labor de que se trate.

A aptidão para o desenho, que no ciclo se adestrou, agora lhes sirva para melhor representação do observado ou lido; e com ela se façam cartazes, anúncios e reclamos . . .

Certa actividade, aparentemente subsidiária, que a Escola tem desdenhado compulsar, cultive-se também: redacção de relatórios, memoriais, requerimentos — a *arte*, com que gente grada não raro se embaraça, de se expor ou requerer o que se pretende em termos claros e convenientes. O professor suscite as situações, para que o escrito surta da realidade. Por exemplo: todos os *requerimentos* de visitas de estudo a oficinas, museus, jornais, escolas, etc. — redijam-nos os alunos.

Exista o *jornal da turma* — melhor ainda, se puder ser: o *jornal do ano*, que suscite e desenvolva, entre os alunos de todas as turmas, oportunidades de colaboração e cooperação.

O *Anuário* seja agora obra deles próprios, que por isso mais interessados serão em o enriquecer; e o mestre *arbitre* apenas nas divergências que entre eles ocorrerem.

*

O melhor do melhor programa está sempre na execução que se lhe der. O mestre suprirá, por seu engenho e esforço, o muito que lhe não vai dito, e dará a melhor realização ao pouco que se lhe sugere. Essa é a sua obrigação — e a sua glória.

Francês

A) Rumos

1) O ensino das línguas estrangeiras por meio da tradução, da retroversão e da sistematização gramatical, como se de línguas mortas se tratasse, abriu falência. Se é certo que a árvore se conhece pelos frutos, os resultados colhidos chegam e sobejam para condenar tal método. De facto, quase todos quantos aprenderam francês ou inglês dessa maneira mal se mostram capazes de traduzir penosamente um texto de dificuldade média, mas não conseguem falar com algum desembaraço o idioma laboriosamente aprendido através da gramática e crivam de erros crassos qualquer tentativa de redacção. Esta acumulação temerosa de decepções e de fracassos prova, com nitidez implacável, que tal processo está errado.

2) De facto, a *tradução* não dá a chave da língua estrangeira. Longe disso. Aprende-se uma língua praticando-a intensivamente. Ora a tradução dificulta e interrompe essa prática, interpondo a cortina de fumo do nosso idioma entre o aluno e a língua estrangeira. «A tradução relembra os hábitos linguísticos do idioma pátrio, e é, portanto, um obstáculo para a aprendizagem da língua estrangeira.» (F. G. French).

Procuram-se equivalências problemáticas e por vezes falsas ao tentar achar na expressão francesa ou inglesa as palavras portuguesas que lá não estão. Duplo prejuízo e dupla deformação: toma-se como objectivo a colheita de palavras e frases do nosso idioma em pura perda do estudo intensivo do francês e obtêm-se afinal expressões portuguesas aleijadas e perras, através das quais se infiltra traiçoeiramente o galicismo de vocabulário e, pior do que ele, o galicismo de sintaxe. «O jovem que adquire o hábito de assassinar a sangue-frio a língua materna, sob pretexto de aprender uma língua estrangeira, mais se prejudica do que se beneficia.» (*Report of the Committee of Twelve*). Por outro lado, a tradução, na fase elementar do ensino, redonda em mesquinho exercício de decifração de palavras isoladas, de caça ao significado, que implica a vivisseccção da frase e se pode comparar ao trabalho do mau dactilógrafo, que bate o teclado com um só dedo. «O hábito

de traduzir palavra por palavra impede a rápida absorção de grandes grupos de palavras — que é a própria essência da leitura . . . Ler tendo mais em conta as palavras avulsas do que o sentido da frase constitui um método pernicioso, que corresponde a escrever à máquina com um só dedo.» (I. Morris). Enfim, a tradução sistemática não cria a oralidade — a mais perfeita forma do ensino das línguas vivas — e rouba tempo precioso à prática da fala estrangeira. Tal exercício só pode ser aconselhável e vantajoso nos cursos adiantados, com alunos que dominem satisfatoriamente a língua materna e a língua estrangeira e conheçam as respectivas semelhanças e disparidades. «Só se pode traduzir ou retroverter capazmente uma língua quando dela se tem perfeito conhecimento.» (E. V. Gatenby). Em vista da elementaridade dos nossos cursos, tal grau de conhecimento só no seu termo pode ser atingido pelos alunos das nossas escolas secundárias. Portanto, a *tradução é de rejeitar como sistema nos primeiros anos de aprendizagem* e apenas de admitir no último, como tentativa necessariamente cautelosa.

3) A *retroversão* enferma dos mesmos males, ainda porventura agravados. Pensa-se em português para falar ou escrever o francês, que sairá sempre aportuguesado, decalcado em moldes que lhe são estranhos. A expressão francesa assim obtida enfermará irremediavelmente do vício de origem e não terá, portanto, correção nem autenticidade. O aluno não pensa em francês e não conseguirá, por isso, meter-se verdadeiramente na pele de um francês — única maneira de surpreender e conquistar o segredo do seu processo linguístico. Errará amiúde, porque a retroversão é ainda mais custosa e traiçoeira do que a tradução. «Se é difícil para o aluno traduzir para a língua materna, operação em que, ao menos, o costume inveterado o impedirá de cair nos piores equívocos, ser-lhe-á muito mais difícil, senão impossível, traduzir para a língua estrangeira, com que ainda se não familiarizou bastante.» (Otto Jespersen). Por conseguinte, acabará por aborrecer e por detestar a aprendizagem da língua francesa, como reacção contra as torturas mentais que lhe são infligidas por este verdadeiro quebra-cabeças chinês. Logo, a *retroversão é de excluir pura e simplesmente*.

4) A *gramática* é uma construção lógica, abstracta. Por isso se torna tão enfadonha e antipática para as

crianças e para os adolescentes, que procuram e entendem quase apenas o vivo e o concreto. A didáctica das línguas vivas deixou de ser friamente *lógica* e, portanto gramatical, para se tornar eminentemente *psicológica*, para responder, quanto possível, aos interesses dos alunos. Na verdade, só o adulto se pode satisfazer com sistematizações e nelas colher alguma utilidade; não a gente moça, pouco dada à reflexão e à análise. O contínuo recurso a regras e a paradigmas embaraça a livre expressão e tolhe a fluência e a espontaneidade de quem procura servir-se de uma língua estrangeira: enquanto raciocina laboriosamente sobre a teoria gramatical, acaba por perder o fio ao discurso! Só a prática intensiva da língua através de animados exercícios de conversação e de textos bem graduados e sugestivos levará o aluno, pela *imitação* e pela *repetição*, a adquirir *hábitos linguísticos* fecundos e, mercê deles, um feliz *automatismo*, que é, em suma, o segredo de toda a expressão verbal organizada. «O correcto uso da língua é o principal meio de criar hábitos correctos. Evidentemente, a imitação e a repetição de expressões correctas são mais eficazes na formação de hábitos correctos do que os conhecimentos gramaticais.» (D. Starch). É que, afinal, a gramática não está ao começo, mas sim ao cabo: aprende-se inconscientemente na própria habitação do linguajar.

Históricamente, a língua preexiste à gramática. Não admitamos, pois, que, no ensino, a gramática preexista à língua. Porque é *este absorvente e abusivo predomínio da gramática sistematizada que afinal se condena*. Já não é de desprezar a contribuição que certos rudimentos de gramática, aplicados indutivamente, possam trazer à didáctica das línguas vivas. Dos exemplos se concluirão as regras — e as regras valem, didacticamente, muito menos do que os exemplos. Num ensino elementar como o nosso pode dizer-se afoitamente que só estes interessam e que só estes merece a pena fixar. Quer dizer: há que pôr de banda a velha *gramática formal*, com suas sistematizações e seus paradigmas, e substituí-la pela *gramática funcional* (*New York State Syllabus*). Esta serve a língua viva; aquela procura escravizá-la. Aprender exemplos é mais importante do que aprender regras (*Idem*). Assim, as regras são assimiladas insensivelmente graças à aquisição de bons hábitos linguísticos, sem se recorrer a estereis e

penosos esforços de memorização e à inevitável mecanização de conhecimentos abstractos implícita na aprendizagem de paradigmas. «Os paradigmas carecem de utilidade. São uma forma de aprendizagem mecânica nada vantajosa para efeitos de aplicação imediata.» (I. Morris).

5) Há que conciliar o ideal e o real e, portanto, que procurar obter o máximo dentro do possível. Não deveremos nunca esquecer-nos da finalidade do ensino das línguas estrangeiras em cursos de carácter eminentemente prático, como o são os de comércio, nem tão-pouco do tempo de que dispomos para o fazer. Na realidade, as duas condições referidas encontram-se tão intimamente ligadas que se torna impossível pensar numa sem que a outra surja imediatamente a impor algumas limitações. Assim é, de facto. O tempo não é muito, razão de mais para o aproveitar avaramente. Os alunos procuram, com a aprendizagem do francês, alcançar um fim útil, munir-se de mais uma ferramenta para a vida. Tudo isto impõe a simplificação do ensino do francês nos cursos comerciais. Pouco, mas bem — deve ser o lema. Portanto, só interessa a *língua quotidiana*, não a expressão literária, erigida de dificuldades e apenas acessível num grau adiantado da aprendizagem. Não quer isto dizer que, para o efeito, tenhamos de pôr de banda, por completo, os grandes escritores franceses, pois muitos deles, como Vítor Hugo, Anatole France, André Maurois, cultivaram por vezes, nos seus escritos, uma linguagem simples e despreziosa, mas nem por isso menos colorida. Ou a simplicidade não fosse quase sempre uma obra-prima! Essa linguagem quotidiana, desataviada e viva, é afinal a *linguagem falada*. É ela o nosso fito principal. Demais, num curso elementar como este, a linguagem falada deve predominar sobre as formas escritas, que serão apenas a projecção dela e o seu complemento. Só assim o ensino será, na verdade, vivo e eficiente. Quem entende e lê nem sempre fala. Mas quem fala com algum desembaraço estará quase sempre apto a entender, ler e escrever.

6) A verdadeira unidade linguística não é a palavra isolada, mas sim a *frase*. Para carrear os materiais de que a frase necessita haverá que aprender *as palavras mais frequentes* do idioma e, com esse pequeno capital, estabelecer uma base de operações para a conquista do

mais. Entre as palavras de frequência maior contam-se as chamadas *palavras estruturais* (preposições, pronomes, verbos auxiliares, etc.), precisamente as que estruturam e cimentam a frase, onde os nomes, ao invés do que geralmente se pensa, estão em minoria. E voltamos à frase. De facto, as construções (sintaxe) são mais importantes do que a morfologia. E como, ao contrário do inglês, de índole pouco gramatical, o francês tem uma forte vertebração lógica, esse facto feliz, aliado ao paralelismo da sintaxe francesa com a portuguesa, há-de ajudar-nos a fazer uma economia de tempo e de esforço que a breve duração do curso necessariamente impõe. Esse estudo das construções sintácticas mais frequentes será feito sobretudo através da prática das *expressões típicas*, das *frases-padrões*, capazes de criar hábitos linguísticos eficientes.

7) Para efeitos de aprendizagem, o francês será, ao mesmo tempo, meio e fim. Através do francês se aprenderá o francês. Portanto, nas aulas desta disciplina *só se falará a língua francesa*. É esta a regra, que apenas admite raras excepções. De facto, quando se domina o vocabulário mínimo reputado essencial, é possível dispensar o recurso à tradução, pois quase tudo se poderá dizer e explicar em francês. «A fim de eliminar a necessidade de traduzir, há que promover, de maneira constante e insistente, a aquisição e o completo domínio de um vocabulário mínimo essencial.» (Laura Johnson). Isto exige evidentemente professores bem preparados, com amplo domínio do idioma. Não-de dominar não só a teoria da língua estrangeira — condição aliás indispensável num professor capaz —, mas também a sua prática, para manter dentro das aulas de francês *a mais intensa oralidade*. Todo o professor o pode conseguir, se tiver sempre presente que o verdadeiro mestre não deixa nunca de ser estudante.

B) Métodos

A criança no meio familiar e depois na escola infantil e o adulto que se expatriou aprendem respectivamente a língua materna e a língua estrangeira através das seguintes fases:

- a) Ouvir;
- b) Falar;
- c) Ler;
- d) Escrever.

É este o *processo natural* da aprendizagem linguística. A escola gramaticista seguia um processo antinatural, começando pela leitura e só bastante tarde se abalando a tímidos e artificiosos exercícios de conversação. Evidentemente as coisas não se passam na escola como se passaria na aprendizagem natural. Mas não há que contradizer a natureza: há somente que a aperfeiçoar. O ensino não será tão *extensivo*, mas será mais *intensivo*. Graças a inteligente selecção de matérias, há-de ensinar-se *menos*, mas *melhor*. De facto, o aluno das escolas técnicas dispõe de melhores armas do que a criança de tenros anos: cumpre-lhe, pois, utilizá-las de maneira tal que possa tirar todo o partido da lição da natureza.

1. — *Iniciação:*

Deverá começar-se pela *educação e treino do ouvido*. Para tanto, o professor, por meio de gestos, dará ordens (levantar-se, sentar-se, andar, parar, ir ao quadro, ir à porta, pegar no livro ou no lápis, apontar para os olhos, para o nariz, para a boca, etc.), as quais o aluno executará silenciosamente. Assim, através desta aprendizagem passiva, as palavras e as frases estrangeiras começarão a articular-se inconscientemente nos órgãos fonadores dos alunos e estes em breve sentirão naturalmente o desejo de falar, antes de o professor lhes ter imposto tal tarefa. «Na realidade, não articulamos só o que dizemos, mas também o que ouvimos, o que lemos, o que pensamos.» (Harold Palmer). E, quando o fizerem, terão infinitamente menos probabilidades de errar. É aquilo a que Palmer chama o *período de incubação* (*the incubation period*). Nesta fase, que deverá durar algumas lições (três a seis), o aluno aprende cerca de cem vocábulos sem se lhe pedir qualquer esforço, sem se exigir dele a mais pequena coisa. E ter-se-á falado apenas francês.

Chega assim o momento da *introdução da conversação*. O professor começará por executar ele próprio os actos já conhecidos dos alunos, dizendo na 1.^a pessoa do singular, tudo quanto faz. Depois, dará as ordens já conhecidas, que o aluno executa, não já silenciosamente, mas declarando por sua vez o que está fazendo. Estes exercícios serão acompanhados de *sumárias explicações de fonética*, baseadas sobretudo na *imitação*.

Ir-se-á então alargando o âmbito da conversação por meio de perguntas muito simples, cuja dificuldade irá aumentando lenta e gradualmente:

- a) — Montre le crayon. — Voici le crayon.
- b) — Qu'est-ce que c'est? — C'est le crayon.
- c) — As-tu le crayon? — Oui, Monsieur. J'ai le crayon.
- d) — Jean a-t-il le crayon? — Oui, Monsieur. Il a le crayon.
- e) — Et vous tous, avez-vous les crayons? — Oui, Monsieur. Nous avons les crayons.

Poder-se-ão fazer também algumas perguntas de sabor humorístico: — Es-tu le professeur? — Suis-je un élève?

Deste modo o professor levará os alunos a entesourar vocabulário, a manejar praticamente algumas formas dos verbos auxiliares, a formar plurais. Mas não estabelecerá quaisquer regras. Continuará a servir-se apenas da língua francesa. E assim se irão passando mais algumas lições (seis a doze), em que o aluno terá o júbilo de já falar um bocadinho de francês, antes de saber ainda ler ou escrever uma só palavra. Desta forma se destruirá nele, logo de entrada, a relutância de falar, que se verificava na escola antiga — produto da timidez natural do estudante, das inibições criadas pela sistematização gramatical e dos processos livrescos então em voga.

Sem *recorrer ao quadro nem ao livro*, ter-se-á criado uma intensa oralidade, com muita vivacidade e alegria à mistura.

2. — Fonética e ortografia:

Quando os alunos já forem capazes de entender e dizer frases muito simples, ser-lhes-á menos penosa a *aprendizagem da escrita*. É natural que muitos deles já experimentem o desejo de ler e escrever e mostrem até curiosidade e impaciência por começar com tais exercícios. Será a altura de fazer a *revisão e a útil arrumação das noções de fonética*, já ministradas de maneira prática e sumária na fase anterior. Associando o som à grafia, conjugando a visão e a audição, aperfeiçoa-se a pronúncia e passa-se naturalmente da palavra falada à palavra escrita. Para este efeito, a no-

tação fonética internacional poderá utilizar-se ou não: muito útil no inglês, em que o nosso estudante encontra grande número de sons desconhecidos e larga soma de casos de excepção, torna-se dispensável no francês, em que se dá precisamente o contrário e em que os raros sons sem correspondência no português podem ser representados mais intuitivamente. Também aqui joga o estreito parentesco da nossa língua e da francesa.

Este ensino da fonética e da ortografia entrelaçadas, com inevitável recurso à teoria, deve fazer-se gradualmente, para evitar o risco de se acumularem as dificuldades logo de princípio e de se ir assim desalentar o aprendiz de francês. Aqui, a sistematização é de aconselhar. «Algumas pessoas acharam certa incoerência em que eu não seja partidário da sistematização didáctica em questões de gramática e me sirva de explicações teóricas em fonética. A justificação não é difícil de encontrar. A gramática teórica, conforme se estuda em geral, é mais abstracta, é difícil, é muito complexa, e, ao fim e ao cabo, não conduz à meta desejada, que é a correcção gramatical; a teoria do som que desejamos se estude é mais concreta e fácil; é mais restrita, e logra, na realidade, alcançar o objectivo visado, que é a boa pronúncia.» (Otto Jespersen). *Para estas explicações de fonética e ortografia há que recorrer excepcionalmente à língua pátria, e há até que fazer alguns úteis cotejos. De facto, não só o correspondente vocabulário técnico carece de utilidade prática, como ainda se evitam deste modo ambiguidades de expressão, que redundariam em prejuízo da boa aprendizagem. «Para o ensino da fonética haverá vantagem em explicar a formação dos sons na própria língua dos alunos. Eles achar-se-ão mais perfeitamente adestrados para vencer as dificuldades da pronúncia inglesa (ou francesa) se estiverem familiarizados com os movimentos feitos para formar os sons do seu próprio idioma. Há que apontar algumas diferenças entre os sons do inglês (ou do francês) e os da língua materna.» (E. V. Gatenby).*

Se duma língua de pronunciado exotismo se tratasse, como, por exemplo, o inglês o é para nós, seria de aconselhar fazer este estudo através de palavras isoladas, curtas e simples, como o preceituam muitos tratadistas, entre os quais Morris. O artificialismo de tal processo, que implica decomposição da frase nos seus elementos,

é, até certo ponto, compensado pela maior clareza da aprendizagem. Mas, dada a analogia lexicológica, morfológica e sintáctica da língua francesa e da portuguesa, poderemos já, sem riscos de maior, ao entrar neste capítulo da aprendizagem do francês, lançar mão de pequenas frases muito simples, formadas de vocábulos curtos ou, pelo menos, fáceis de pronunciar e de entender, e acompanhadas, em regra, de ilustrações, que desvelem claramente o seu sentido. O ensino ganhará em interesse, animação, naturalidade e autenticidade. Não se condena, no entanto, o recurso a palavras avulsas para esse efeito. A leitura em coro será aqui de aconselhar.

A condução deste estudo, que durará algumas aulas (cinco a oito), não deve interromper ou prejudicar os exercícios orais começados na fase anterior, os quais, pelo contrário, se irão desenvolvendo e intensificando. Daí só resultará proveito substancial, ao mesmo tempo que se mantêm a animação e a vivacidade dos trabalhos escolares e se evitam, portanto, os perigos da monotonia.

3. — *Exercícios de leitura:*

Os exercícios de leitura, cuidadosamente conduzidos, completam a aprendizagem da fonética e criam correctos hábitos de pronúncia. No estudo dos primeiros trechos, a leitura de cada período ou parágrafo feita pelo professor deve ser imediatamente repetida pelos alunos, enquanto conservam ainda no ouvido a pronúncia do mestre. Mais para diante, o professor deve já fazer a leitura integral do texto, sem interrupções que quebrariam a sua unidade ideológica, rítmica e estética — e só então ela será repetida pelos alunos, que, mais adestrados já na pronúncia, correrão menos riscos de errar. Na fase final do curso, o professor poderá até deixar de ler o trecho: depois de o haver explicado, a turma procederá, durante breves minutos, à sua leitura silenciosa, para melhor se apossar do seu sentido global — e só então alguns alunos o lerão em voz alta.

4. — *Exercícios de composição:*

Importa graduar com todo o cuidado o desenvolvimento dos exercícios orais, para que eles tenham a maior eficiência possível. Se a fluência é de desejar,

não o será menos a correcção. De facto, sem um mínimo de correcção, a fluência pode levar à prática do erro, que, repetido e multiplicado, deitará raízes, difíceis de arrancar. Ora nada mais perigoso do que o hábito de errar, do que o erro inveterado, como o acentua Harold Palmer. Demais, a contínua correcção de erros cometidos pelos alunos pode criar nestes inibições nocivas. Por isso, o melhor é ainda, sem dúvida, evitar a frequência do erro, criadora de maus hábitos. Para o conseguir importa avançar com cautela, sem dar um passo em falso. Haja, portanto, intensiva prática do francês, façam-se exercícios orais e escritos bem graduados e bem conduzidos, adoptem-se métodos psicológicamente certos — e hão-de criar-se, por força, hábitos correctos. Não se esqueça, no entanto, que deve haver menos exigência nos exercícios orais do que nos escritos. «O esmero no falar não deve ser interpretado de maneira tão estrita como o esmero no escrever, que é, em boa parte, fruto da reflexão.» (I. Morris).

No desenvolvimento da conversão há que ter em conta:

- 1) A necessidade de levar os alunos a responderem, não por monossílabos, mas por *frases completas*;
- 2) A vantagem de que conversem uns com os outros, para se habituarem a *formular perguntas*. «É necessário que os alunos saibam interrogar, pois uma verdadeira conversação compõe-se de perguntas e respostas.» (Collard).

De entre os exercícios susceptíveis de inculcar correctos hábitos de linguagem e de encarregar o aluno na conversação e na expressão escrita, enumerem-se os seguintes:

- a) *Acções encadeadas*, já atrás referidas;
- b) *Práticas diárias*, segundo o sistema preconizado por François Gouin;
- c) *Quadros de substituição*;
- d) *Exercícios de transformação*;
- e) *Exercícios de ordenação*;
- f) *Exercícios de integração*;
- g) *Exercícios de reprodução por palavras-guias*;
- h) *Exercícios de dramatização*.

Quanto à técnica da aplicação destes exercícios, vejam-se as instruções muito completas contidas no programa de Inglês, sob a mesma rubrica.

Alguns destes exercícios, como os de transformação, substituição e integração, constituem verdadeiras aplicações de gramática funcional. Não convém, contudo, decorar as regras que deles se induzem, pois se cairia em generalizações de carácter abstracto, logicamente certas, mas psicologicamente erradas. Por maioria de razões, proíbe-se a memorização de listas de excepções; tais excepções, quando frequentes, serão estudadas como casos avulsos, sempre que surjam nos textos ou nos exercícios orais. A querer-se fazer apelo à memória, parece preferível, como o aconselham alguns tratadistas, *fixar certo número de exemplos típicos*, os quais, cotejados com as construções similares que vão ocorrendo, apontem ao aluno as soluções correctas. «As regras gramaticais podem ser recordadas sob a forma de um *stock* de exemplos práticos, em vez de se recorrer a fórmulas abstractas.» (Otto Springer). «Na primeira fase da aprendizagem, os alunos podem memorizar uma pequena frase que sirva de ilustração a cada princípio sintáctico, e esta frase será ordinariamente repetida pelo professor e pelos alunos nas circunstâncias em que nos habituáramos a repetir regras.» (E. Sturtevant).

As explicações gramaticais de carácter prático devem ser feitas quanto possível em francês; no entanto, para este efeito, é de admitir o emprego da língua pátria quando a clareza da expressão assim o reclame, como expressamente o aconselha F. G. French. Mas deve regressar-se com toda a presteza ao exclusivo emprego do francês, pois quanto mais os alunos nele se exercitarem mais aprenderão.

Para que estes exercícios de composição, orais e escritos, tenham plena eficiência, importa que se não mecanizem, que se moldem em situações reais e sugestivas e que vão beber a sua inspiração ao rico manancial da língua viva. Sem autenticidade, sem engenho nem graça, correriam o risco de resvalar num formalismo estéril.

Só no fim dos cursos se poderá fazer uma sumária sistematização gramatical para melhor arrumação dos conhecimentos adquiridos de maneira empírica: mas o nosso curso parece demasiado curto para que valha a pena levar a cabo tal intento.

5. — *Interpretação de textos e aquisição de vocabulário:*

Como já se demonstrou, a pior maneira de interpretar um texto estrangeiro é traduzi-lo para o idioma pátrio. Sem recorrer ao método antiquado e contra-indicado da tradução, os vocábulos contidos no texto podem ser explicados pelos seguintes processos:

- a) Pelo objecto;
- b) Pela imagem;
- c) Por sinónimos;
- d) Por antónimos;
- e) Por definição;
- f) Por explanação ou perífrase;
- g) Pelo contexto.

A explicação do vocábulo novo pelo objecto é a mais expressiva e natural, mas nem sempre se torna praticável. Dela se pode tirar muito partido para a aquisição de novo vocabulário. Se o professor trazer para aula vários objectos, como, por exemplo, caixas, bolas, bonecos articulados, com eles praticará várias acções, que serão enunciadas por ele próprio e pelos alunos. Também estes deverão ser estimulados no sentido de trazer consigo objectos vários para a aula, para o mesmo fim.

Mas a explicação dos vocábulos pela imagem é aquela a que se recorrerá com maior frequência, e, para isso, os livros de leitura devem ser profusa e inteligentemente ilustrados. Inclusivamente, o professor poderá fazer no quadro desenhos muito simples e até levar os alunos mais hábeis a substituí-lo nesta tarefa, que eles executarão com vivo prazer. Também há que recorrer a quadros murais com belas e sugestivas imagens, que sejam, além do mais, uma lição de bom gosto para os alunos. Enfim, o professor poderá levar para a aula estampas, postais, álbuns, livros ilustrados, susceptíveis de o ajudar a explicar o vocabulário novo da lição.

Quando os alunos já possuem o vocabulário francês básico, há que recorrer também aos sinónimos, aos antónimos, à definição e à explanação. Se os trechos estão bem organizados, é, muitas vezes, possível entender a palavra nova pelo contexto, com a ajuda do professor.

Este poderá empregá-la em outras situações que permitam a sua boa memorização.

Só quando todos os meios de interpretação se esgotaram, o professor poderá *excepcionalmente* recorrer à *tradução de vocábulos avulsos*, mas não de frases inteiras. Traduzir, claro está, é a natural tendência dos alunos, em virtude da lei do menor esforço; mas ao professor cumpre combatê-la.

A leitura de um texto, feita pelo aluno, pode mostrar-nos até que ponto ele entendeu e digeriu o respectivo conteúdo. Uma leitura intencional e expressiva testemunha quase sempre a boa compreensão ideológica do texto.

Os novos trechos devem ser preparados oralmente pelo professor, que contará a respectiva história ou grande parte dela, usando de todo o seu poder de sugestão e recorrendo por vezes à mímica; pode empregar vocabulário um tanto diferente do do texto e quanto possível mais simples; no entanto, na sua fala, não deixará de incluir as novas palavras e expressões do texto e de proceder à sua explicação, para o que utilizará por vezes o quadro. Esta exposição oral será entremeada de perguntas, para evitar a monotonia do monólogo. Depois da leitura feita pelo professor e pelos alunos, haverá conversação em torno do assunto do novo texto, para sua completa exploração e para averiguar se a turma compreendeu plenamente os pormenores e o todo. Neste trabalho preparatório, em que o professor recorrerá a todos os processos de explicação do vocabulário acima referidos, não deverão os alunos organizar e fixar listas de palavras desconexas, exercício fatigante e de nenhuma eficiência. «As palavras não devem ser fixadas por meio de listas de vocábulos avulsos» (L. Johnson). É preferível registar a palavra nova em cadernos alfabetados ou em ficheiros, que constituirão úteis instrumentos do trabalho. Só numa fase adiantada do ensino se poderá proceder com vantagem à organização de listas de palavras cognatas, recorrendo a conhecimentos práticos de composição e derivação. «Apontando derivações do inglês, do latim ou das outras línguas, chamando a atenção para o parentesco entre várias palavras conhecidas da língua estrangeira, o professor ajuda o aluno não somente a ampliar o seu vocabulário, mas também a aperfeiçoar a sua técnica de aprendizagem das novas palavras. O professor pode convidar os alunos a escreverem

estas palavras em listas sistematizadas nos seus cadernos de apontamentos» (Laura Johnson).

Os *dicionários* bilingues estão naturalmente excluídos, desde que se põe de parte a tradução e a retroversão. «O dicionário que seja mera lista de palavras com as respectivas equivalências ou as respectivas traduções indicadas indiscriminadamente deve ser posto de banda» (Maxim Newmark). São preferíveis os dicionários na própria língua estrangeira, sobretudo aqueles em que a palavra aparece integrada em frases, através das quais se aprendem, de maneira viva e directa, os vários sentidos que pode apresentar. «O tipo desejável de dicionário para estudantes é aquele que integra a palavra em frases na língua estrangeira, as quais devem ilustrar os diferentes sentidos do vocábulo (ordenação semântica)» (Maxim Newmark).

De aconselhar de maneira muito especial, quando isso se torne possível materialmente, são os *dicionários franceses ilustrados e as enciclopédias francesas ilustradas*, como o *Petit Larousse*, enquanto se não elaborarem entre nós instrumentos de trabalho mais adequados aos fins em vista. Em 2.^{os} e 3.^{os} anos do antigo curso, no estágio de francês, os alunos têm executado, dentro e fora da aula, em tarefas colectivas voluntariamente aceitas, curiosas tentativas de dicionários ilustrados, em que as palavras não são explicadas por sinonímia ou definições, mas sim integradas em frases vivas — exercício muito proveitoso para aquisição e memorização do vocabulário; estes trabalhos, que os alunos empreendem com muito entusiasmo, pois os divertem e vão ao encontro do seu natural desejo de livre iniciativa, são por vezes deliciosos pela ingénua graça e pela frescura de colorido das respectivas ilustrações, que devem ser, quanto possível, de livre invenção.

6. — *Exercícios escritos:*

Os exercícios escritos nem sempre se distinguem dos orais, de que são, por vezes, um prolongamento. Assim, em grande número de casos, os exercícios de composição atrás referidos tanto podem praticar-se oralmente como por escrito. Os de transformação até são mais de utilizar para este último objectivo do que para outra coisa. Os próprios exercícios orais de conversação deverão, às vezes, reproduzir-se no quadro, para que as perguntas

feitas ou as respostas dadas por alguns alunos possam ser submetidas à crítica da turma. «O trabalho oral pode ser seguido do trabalho escrito . . . Nos exercícios usuais de perguntas e respostas, na aula, o trabalho pode ser feito primeiro oralmente e depois por escrito, no quadro . . . Após isto convém consagrar algum tempo à crítica do trabalho do quadro, feita por toda a turma» (*New York State Syllabus*).

A *cópia* é, cronologicamente, o primeiro exercício escrito e executa-se geralmente fora da aula. Só terá utilidade se o aluno ler em voz alta o texto à medida que o vai escrevendo, para assim associar os sons à respectiva representação gráfica, a leitura à escrita. Os exercícios de cópia servem de preparação para o *ditado*, que deve incidir sobre um texto já estudado e que, portanto, os alunos entendam perfeitamente. Podem, no entanto, ser-lhe introduzidas algumas palavras novas. O ditado, que tem como vantagens o treino do ouvido e a prática da ortografia, também pode ser preparado de véspera no quadro, pela explicação da grafia das palavras mais difíceis. A leitura do texto deve ser feita por grupos de palavras, e não por palavras isoladas, e, após a sua conclusão, convirá proceder a segunda leitura, lenta, mas rítmica. Na fase preliminar, o ditado deverá praticar-se em pequenas doses, mas com frequência.

Na fase seguinte são de aconselhar exercícios de *construção de frases*, como os de integração e de transformação, e bem assim os exercícios de *perguntas e respostas*, que devem enxertar-se num texto já estudado ou apoiar-se num exercício oral preparatório. Só em fase bastante mais adiantada do curso se tentarão *composições subsequentes a uma narração oral*, feita na aula pelo professor e que constará de uma pequena fábula ou anedota, que os alunos reproduzem por escrito, depois de estarem de posse dos principais ingredientes — ideias e vocábulos. Na mesma fase podem fazer-se exercícios de *resumo* de trechos lidos, os quais se tornam vantajoso treino para a composição. Constitui a *composição* a última fase dos exercícios escritos. De começo os alunos tendem a fazer uma retroversão mental, porque pensam através da língua materna. Se não forem devidamente ajudados, cometem muitos erros, pois a retroversão é demasiado difícil para eles, como

o acentua com justeza F. G. French. Há, pois, que evitar esse mal, fazendo na aula uma preparação oral do assunto que se pretende versar por escrito. Impõe-se cuidadosa gradação de dificuldades nos exercícios escritos, para evitar quanto possível a acumulação de erros, que pode desalentar os alunos e criar neles hábitos viciosos. Quando os erros se repetem e multiplicam, devemos atribuir tal fracasso a má orientação do ensino e proceder, portanto, à revisão dos seus processos. «Quando os erros se acumulam é sinal de que se está fazendo um mau ensino» (F. G. French).

A correspondência comercial constitui matéria indispensável para quem se destina ao comércio. Exige certa capacidade de redacção, mas as suas dificuldades são circunscritas pelo facto de haver um *formulário* restrito, applicável à quase totalidade das situações que podem ocorrer. Conhecido ele, o aluno domina a técnica das cartas comerciais. Quanto ao mais, como a exposição circunstanciada de qualquer problema, se o aluno for capaz de redigir em francês com algum desembaraço, estará apto a explicar-se satisfatoriamente. De facto, não devemos considerar o chamado «francês comercial» como uma linguagem hermética, só acessível aos iniciados. «Não há necessidade de um estilo especial para cartas comerciais. Ensinam-se tão-sòmente os alunos a dizer com economia de palavras o que pretendem e o que desejam» (E. V. Gatenby). Os alunos devem ler os espécimes mais correntes de cartas comerciais (pedidos de emprego, circulares a anunciar a fundação de uma casa ou modificações na sua gerência ou no seu endereço, pedidos de informações, pedidos de preços e catálogos, encomendas, reclamações, pedidos de pagamento ou de espera, e pouco mais), para verem a técnica da sua elaboração e aprenderem a fazer outras semelhantes em presença de bons modelos. Dir-se-á que, na sua futura vida profissional, os alunos de hoje serão obrigados a traduzir e a retroverter. Se tiverem ficado com conhecimentos satisfatórios do francês, estarão aptos a fazer uma tradução, sem se apegarem demasiado à letra e procurando interpretar sobretudo o sentido do texto. Quanto à retroversão, é melhor que a não façam nunca e reduzam antes a minuta em português aos seus tópicos essenciais, procurando depois no formulário da correspondência comercial em francês as expressões mais apropriadas à situação que se apresenta. Não deve

haver a pretensão exorbitante de estudar *todos* os tipos de cartas comerciais, pois não é possível conseguir tão perfeita especialização em pouco tempo, nem nisso haveria por certo vantagem sensível. Contentemo-nos com o máximo dentro do possível, lembrados de que o óptimo é, não raro, inimigo do bom. Também não deveremos, na segunda metade do curso, fazer ensino quase exclusivo de correspondência comercial e de assuntos comerciais, como acontecia dantes. Daí resultava este duplo malefício: por um lado, a saturação do espírito e o consequente desinteresse do aluno por um assunto de si monótono, a que tinha de limitar-se quase por completo; por outro lado, o contínuo uso e abuso de fórmulas estereotipadas ia-lhe aos poucos fazendo desaprender a língua viva. A técnica da correspondência, a aprendizagem de um formulário restrito são muito importantes, sem dúvida; são até indispensáveis. Mas não são tudo, nem são sequer o principal. Cada coisa no seu lugar. Neste capítulo, certos professores demasiado formalistas que interpretassem rigidamente os antigos programas corriam o risco de cair num verdadeiro contra-senso: alunos fracos que tivessem fixado duas dúzias de frases feitas do formulário comercial poderiam às vezes brilhar, enquanto outros alunos muito mais sabedores, mas menos cautos e menos seguros no manejo do dito formulário, estavam sujeitos a colher, em certos casos, resultados desanimadores. Ora, para o aluno, o essencial é saber francês; a aprendizagem do formulário ou de parte dele é só um complemento, que apenas requer algum treino e alguma paciência.

Por outro lado, em fase adiantada do curso, os alunos podem ser estimulados pelo professor no sentido de apresentarem trabalhos voluntários — redacção de pequenas histórias e anedotas e de artigos de vulgarização, ou elaboração, em tarefa colectiva, de jornais de turma, dicionários ou enciclopédias, tudo com ilustrações a cores e com boa apresentação gráfica, o que animará os textos, suggestionará os alunos e constituirá excelente meio de cada um cultivar e apurar o gosto. Os trabalhos serão apresentados em rascunhos, cujos erros principais o professor apontará, para que os alunos tentem corrigi-los pelos seus próprios meios ou, tratando-se de tarefa colectiva, com a colaboração de uma possível comissão directiva, formada normalmente pelos melhores alunos da turma e assistida pelo professor. Nada

de mais proveitoso do que estes trabalhos voluntários, feitos com amor, em que os alunos, cheios de nobre emulação, procuram utilizar livremente a língua estrangeira. Ao invés das tarefas marcadas pelo professor e executadas no cumprimento de um dever por vezes enfadonho, estes trabalhos de livre iniciativa têm para os alunos o sabor de uma bela aventura, em que embarcam cheios de entusiasmo e de alegria.

Os erros cometidos pelos alunos nos exercícios escritos deverão, em regra, ser apontados pelo professor, mas não propriamente corrigidos, pois tal solução não levaria cada aluno a reflectir, a tentar descobrir o acerto, e distribuir-lhe-ia afinal um papel meramente passivo. Convém, no entanto, que as palavras ou expressões viciosas não sejam nunca sublinhadas, o que as poria em perigoso relevo, mas sim riscadas, o que as condena e anula. A correcção deve fazer-se de preferência no quadro, com a colaboração da turma: tratando-se de exercícios uniformes, a tarefa torna-se muito fácil; tratando-se de respostas individuais, de redacções, resumos ou composições, convirá proceder-se à correcção dos erros mais frequentes ou dos erros típicos. Neste trabalho há que poupar as susceptibilidades dos alunos, não pôr em relevo os erros praticados por este ou por aquele, nem mostrar espanto em presença da infelicidade ou da imperícia de algum, pois isso poderia desgostá-los ou desalentá-los e criar inibições perigosas. Os menos afortunados são precisamente os que necessitam de mais carinho e mais alento da parte do mestre.

C) Livros didácticos

Na organização de livros didácticos de línguas estrangeiras há que considerar, antes de tudo, os vocábulos mais frequentes e as frases-padrões, ou sejam as construções consideradas mais típicas. São estes os elementos básicos, que devem utilizar-se em dosagens cautelosas e progressivas. Em todo o caso, isto não deve fazer-se com rigidez. As listas dos vocábulos mais frequentes da língua francesa, como as de Macmillan e de Chaydleur e o *Basic French Vocabulary*, de G. B. Tharp, deixam-nos por vezes perplexos, pelas surpresas que nos reservam. Assim, *crayon* ocupa, entre os 6028 vocábulos da lista de Chaydleur, o n.º 3435! E *soulier*, *horloge* e *grand-père* os n.ºs 1738, 2436 e 2716, res-

pectivamente! Se seguíssimos à risca os ensinamentos colhidos na referida lista, teríamos de banir impiedosamente tais vocábulos de livros didácticos destinados à primeira fase de um curso elementar. No entanto, eles são indispensáveis no francês corrente . . . Portanto, sem fazermos tábua rasa de tão preciosos elementos de informação, não nos deixemos contudo arrastar por conceitos demasiado rígidos. Por outro lado, palavras importantes para alunos de uma escola, como *pupitre*, *règle* ou *tableau noir*, aparecem-nos na segunda metade da lista. Cumpre-nos seguir um critério de relatividade. Não temos só de considerar em abstracto as palavras de maior frequência, mas também os vocábulos mais em voga em determinado meio que particularmente nos diz respeito, neste caso o meio escolar em que o aluno se move, e que, portanto, solicita o seu interesse imediato. «Um rapaz da aldeia conhece muitas palavras que não seriam entendidas por um rapaz de um centro piscatório ou de uma pequena cidade» (E. V. Gatenby). De facto, num ensino vivo, não se pode desconhecer ou menosprezar a influência actuante do meio.

Quanto a este ponto, há ainda outro importante factor a considerar: a maior ou menor afinidade, o maior ou menor exotismo de uma língua estrangeira relativamente à língua pátria. Tratando-se de línguas muito exóticas para nós, como o inglês ou o alemão, há que limitar a aprendizagem, em cursos elementares, ao círculo restrito das expressões mais frequentes e, por conseguinte, mais úteis. Numa língua irmã, como o francês ou o castelhano, podemos ir mais longe: além deste vocabulário fundamental, ficam ao alcance do aluno todas as palavras de forma e significado afins, como *lion*, *tigre*, *hippopotame*, *former*, *rire*, *agile*, *fort*, *facilement*. Nem que sejam menos úteis, o aluno entendê-las-á sem custo e até com prazer. Não haverá, portanto, sobrecarga de esforço de memorização. «Faça uma lista de palavras que sejam as mesmas na sua língua e em inglês, como *telephone*» (F. G. French). Isto tem de considerar-se, tem necessariamente de pesar na balança. Só há que precaver o principiante contra certas semelhanças enganosas (*éventail* — avental; *canard* — canário; *paysan* — paisano), mas elas são a excepção e não a regra — e não podemos sacrificar a regra à excepção e perder assim tão rico manancial.

Na assimilação de todos esses numerosos vocábulos, a analogia constituirá um elo psicológico do maior valor. Para portugueses aprendizes do francês, tamanha soma de vocábulos vem ampliar muito o campo linguístico, as virtualidades de expressão. E tal facto não pode nem deve ser esquecido na organização de livros didácticos à luz de um critério realista.

No primeiro livro, que conterà os elementos básicos do idioma, além do mais que nele possa caber sem prejuízo, serão explorados os centros de interesse que tocam de mais perto ao aluno, de mistura com pequenas histórias, fábulas e anedotas. Condições a observar, segundo M. West: progressão do vocabulário; enquadramento das palavras novas por palavras já conhecidas; repetição das palavras novas, para sua mais fácil memorização; selecção e simplificação das formas gramaticais (os tempos compostos e as formas passivas não devem surgir cedo de mais); frases curtas, com raras subordinativas. As primeiras narrativas não serão localizadas; logo após, se houver localização, é de preferir o enquadramento conhecido do aluno. A cuidadosa gradação de dificuldades será observada, mas sem rigidez, no que toca ao aspecto gramatical: haverá, por exemplo, que recorrer bastante cedo a algumas formas verbais irregulares, que convirá considerar, nessa fase, como elementos avulsos do vocabulário. Como o aconselha expressamente Radice, o livro de leitura deve ser orgânico. O autor terá a liberdade de adoptar ou não o processo do relato continuado. Este só interessará se, conduzido com alguma imaginação, for mais do que maçudo repositório de noções várias, artificialmente enquadradas nas aventuras de um rapazinho qualquer. «Talvez seja melhor um livro não antológico, cujo desenvolvimento obrigue o aluno a recordar as páginas precedentes, a evocar episódios e pensamentos, enlaçando o proveito de hoje com o dos dias passados, embora distantes» (Lombardo Radice). São de excluir longas e exaustivas listas de nomes, ministradas com o fito visível de esgotar determinados assuntos (o calçado, os chapéus, a cozinha), e tão fastidiosas como perfeitamente absurdas, pois é sabido que os nomes se não contam entre as palavras estruturais do discurso nem tão-pouco abundam entre as mais frequentes. Neste livro, destinado à primeira fase do curso, a mais importante e a mais longa, os trechos

podem ser seguidos de exercícios de conversação bem doseados, de princípio com respostas já parcialmente articuladas e entremeadas de espaços brancos para serem concluídas a lápis no próprio livro (exercícios de integração) ou, pelo menos, completadas oralmente. O *livro-caderno*, adoptado em muitos países progressivos, nomeadamente no Brasil, torna este tipo de exercícios mais fácil, atraente e sugestivo, e toma até, para os alunos, tonalidade afectiva, pois fica sendo também de algum modo obra deles próprios. Tais exercícios não pretendem limitar a iniciativa do professor, mas apenas dar-lhe uma orientação acertada em ponto de muito melindre; o professor poderá alargá-los ou até substituí-los, se for capaz de organizar outros mais graciosos e mais eficientes. Não parece de crer que estes exercícios apresentem qualquer risco de mecanização: só se tem em mira que rasguem um trilho aos alunos, a fim de que estes acabem por forjar a conversação, rompendo o próprio casulo e criando asas.

No segundo livro, destinado à fase final do curso, o âmbito de interesse torna-se maior e mais lato. Não devem, pois, estar ausentes dele as lendas, os costumes, o folclore, as grandes figuras da França, e também a sua arte e a sua poesia. A analogia, já várias vezes sublinhada, entre o francês e a língua pátria permite ir mais longe na escolha de trechos antológicos do que numa língua tão exótica como o inglês, embora se não deva perder de vista que o alvo a atingir é a linguagem quotidiana, não a literatura. Não há que ter nunca a preocupação de fazer a minuciosa descrição geográfica da França, objectivo demasiado ambicioso para a relativa brevidade do curso. Em tal domínio só são de admitir largos apontamentos pitorescos e sugestivos, que constituam resposta adequada à natural curiosidade do aluno, à sua sede de evasão e de aventura. Neste segundo volume haverá uma colectânea não muito longa de correspondência comercial. As formas idiomáticas, que devem ser cautelosamente doseadas no primeiro volume, surgirão já com mais frequência no segundo, embora sempre com a necessária moderação, para que possam ser assimiladas sem grande custo. Importa sobretudo que o livro seja atraente e vivo, facilite a aprendizagem dos alunos e lhes deixe entrever, sem descabidas preocupações de enciclopedismo, um pouco do rosto e da alma da França.

D) Esquemas

1.º ano

I) *A escola*. Pessoas e coisas da escola; formas, qualidades, cores. Matéria e posição dos objectos. Acções principais. O tempo: o dia e a noite, as horas, a semana, os meses, as estações do ano; a idade.

Voici . . . ; voilà . . .

C'est . . . ; ce sont . . .

Artigo definido, suas contracções.

Verbos auxiliares (formas mais simples).

A interrogação e a negação.

Adjectivos possessivos e demonstrativos.

Verbos regulares (formas mais simples).

Numerais.

Flexão dos nomes (casos gerais).

II) *O corpo humano. O vestuário. A família.*

Pronomes interrogativos.

O passado e o futuro dos verbos.

Artigo partitivo.

Pronomes possessivos e demonstrativos.

Emprego de *chez*.

III) *A casa*, suas dependências. A vida doméstica. Alguns bichos.

Imperativo.

Emprego de *on*.

Emprego de *personne, rien* e *jamais*.

Algumas formas de *falloir, faire, dire, aller* e *venir*.

IV) Anedotas, fábulas, pequenas peças teatrais e pequenas poesias.

2.º ano

I) *A cidade, o campo, o mar, a serra*. Os espectáculos, as viagens, os desportos. A alimentação. Animais domésticos e selvagens. Histórias, narrativas, pequenas peças teatrais, poesias, histórias mudas.

Verbos irregulares mais importantes.

Pronomes relativos.

Pronomes pessoais de complemento. *Ne . . . que, ne . . . plus*.

Emprego de *en* e *y*.

Feminino e plural dos nomes.

Concordância do particípio passado.

Adjectivos com formas duplas (*beau, nouveau, vieux*).

Orações condicionais, temporais e concessivas.

Substituição do artigo partitivo por *de*.

Emprego de *depuis, dès, entre, parmi, vers*.

II) Histórias, contos, narrativas, episódios históricos, peças teatrais, cenas de viagens, poesias, histórias mudas.

Revisão e ampliação do conhecido formulário restrito da correspondência comercial.

3.º ano

Como na parte II do 2.º ano, com ampliação da respectiva matéria.

Notas:

a) A ordem que se seguiu ao discriminar a matéria ideológica não obedece a um critério de precedência rigoroso.

b) A matéria gramatical não deve sistematizar-se; surgirá gradualmente nos trechos do livro de leitura e será apenas objecto de exercícios práticos de aplicação; a sua ordenação não deve também considerar-se rígida.

c) No fim do primeiro livro haverá um quadro da conjugação dos principais verbos franceses; não se destina a ser decorado, *o que formalmente se proíbe*, mas apenas a ser consultado pelos alunos, *sempre que o queiram*.

d) O primeiro livro destina-se ao 1.º ano e ao 1.º semestre do 2.º; o segundo livro terá por objecto a parte restante do curso.

Inglês

A) O objectivo

1) *Não deve esperar-se que o estudo elementar de línguas estrangeiras concorra para aperfeiçoar o conhecimento da língua-mãe; e, pelo contrário, o contacto delas quase sempre tenderá para a conspurcar.*

As razões são óbvias. Só escolares cultos, além disso afervorados em resguardar a pureza do idioma pátrio, resistem a deixar-se contaminar das louçanias, das excentricidades, dos recursos expressivos, verdadeiros ou aparentes, que o falar exótico a todo o instante exhibe,

como tentações. Quem reparar em como a gíria bárbara dos desportos, do cinema, da política internacional, tem confundido o linguajar dos portugueses da cidade, não tem, a tal respeito, nenhuma ilusão.

Por outro lado, *não está provado que o estudo exegético das línguas desenvolva no aprendiz aptidões ou faculdades especiais, válidamente transferíveis para outras situações ou actividades.*

Efectivamente, toda a investigação até agora feita — que já não é somenos — se inclina a deixar de pé, seja qual for a língua que se estude pela análise esmiuçada da sua estrutura íntima, o que Browning há muito enunciara quanto ao grego: *Learning Greek teaches Greek, and nothing else.*

A ser assim, não deve orientar a escola (a escola profissional, pelo menos) a preocupação de que é conveniente extrair do estudo das línguas estrangeiras um efeito de formação qualquer, propositadamente procurado na ponderada reflexão da sua *conformação gramatical*. Mais seguro é assentar-se em que o estudo da gramática ensinará gramática e nada mais — paráfrase muito fácil de fazer ao que disse o poeta quanto ao grego.

2) A aceitação destes princípios conduz directamente a estas conclusões: na escola profissional ensinaremos línguas estrangeiras pelo merecimento intrínseco do estudo delas, e só por isso. Não esperaremos que desse estudo advenha benefício algum para a língua que falamos; e, embora crendo que dele provirá um *efeito disciplinar* qualquer, não será a fé na obtenção de tal efeito, que se ignora como e quando seja, o que definirá a acção do professor e haverá de prescrever os seus processos.

O conhecimento de línguas estrangeiras é útil: *útil*, enquanto proporciona o meio imediato e certo de nos inteirarmos do que pensam, acerca de assuntos que nos interessam, os homens de outras partes; *útil*, enquanto nos permite comunicar expeditamente, e eficientemente, com os naturais de outros países que não entendam a nossa língua; *útil*, ainda enquanto nos faculta o fruir em primeira mão, no estado em que nasceram, as obras de arte e de pensamento que nelas se escreveram.

Este *critério utilitário*, que não sacrifica a Hugo ou Shakespeare o conhecimento do falar de cada dia, é que deve orientar o ensino das línguas em escolas como as

nossas, cujo fim primacial, ao ensiná-las, é ministrar ao aprendiz uma *ferramenta* directamente utilizável na conquista do pão quotidiano e na afirmação da nossa presença activa nos *entrepósitos* do Mundo.

Ler, falar, escrever — tais serão os fins em vista. O mais virá por acréscimo, se vier.

B) Os processos

a) *Língua e gramática:*

1) *O conhecimento da gramática raramente facilita a aquisição do domínio da língua viva.*

Desta realidade é imperioso compenetrar os novos professores, porque é de primordial importância na determinação da atitude docente e dos processos metodológicos do mestre.

A doutrina contrária tem adeptos, porque é cómoda. *People hate being made to think, above all upon fundamental problems* — bem diz a humanista; mas, por isso mesmo que há problemas fundamentais, é que devemos de pensar neles, em que pese à nossa comodidade — ou nada de novo se faria no Mundo.

Se a gramática fosse, como a definem, a «ciência que ensina a falar e a escrever correctamente as línguas», é claro que o conhecimento da gramática era todo o caminho andado para a aquisição efectiva delas.

Têm-se feito, neste campo, confusões perniciosas.

Ao mestre é útil a leitura e a reflexão do preceito gramatical, que em regra se mostra suficiente para o tirar das suas dúvidas ou decisivamente o curar do erro: porque a generalização expressa no preceito se integra num cabedal enorme de conhecimento e de experiência, que a torna logo activa e operante.

Incorre em erro grave o mestre que coloca os aprendizes no seu plano e sonha que a enunciação da regra, muito simples, ou a exibição do paradigma, muito claro, é capaz de os conduzir à posição de definitiva clarividência, que é a sua.

Desengane-se.

O conhecimento gramatical, por si, em quase nada contribui para o uso recto do idioma. Fácil é saber gramática; difficilimo applicá-la. Não é por saber conjugar o verbo *haver* (por exemplo) que o estudante lisboês deixou de dizer *tu há-des*; como não é por não

saber conjugar os pretéritos definidos que ele e outros dizem *tu fostes* e *viestes*; como não basta a nenhum analisar perfeitamente as orações para não incorrer em solecismos de que não dá conta.

Há-de cada um reagir, a bem da Escola, contra a irreflectida aceitação de frases feitas que correm cridas sem verificação, consultando a sua própria experiência, até a sua pessoal reminiscência — e tirando dessa honesta consulta as inevitáveis conclusões. Muitas coisas, que parecem evidentes, vistas por dentro estão erradas . . .

2) *A intromissão gramatical até pode estorvar, e não raro estorva, a aquisição do idioma vivo.*

Um ou dois exemplos, colhidos na experiência real de cada um, logo disso convencerão o professor atento e consciencioso.

a) O estudante de francês — o mestre, acaso, incluído — só se liberta de hesitações e erros no emprego dos *possessivos* quando se desembaraça do paradigma (*mon, ton, son, etc.*); se despreocupa de reflectir em qual e como é o possuidor ou a coisa possuída (*sic*); se deslenheia daquela nóttula terrível (*dele* ou *dela; deles* ou *delas*), que em bons compêndios ainda hoje aspira a iluminar o assunto; enfim, só quando no espírito se lhe forma, com o olvido da teoria, o sentido da concatenação — da *rima ideológica* —, que antes da gramática e para além dela vigora entre os elementos da expressão de posse: possuidor, possessivo, coisa possuída. Antes disso, o estudante *não sabe*, por muito que de cor os saiba, os possessivos franceses.

b) Em inglês, regra fácil de entender, conservar e repetir é esta: *os adjectivos vão antes dos substantivos*. À primeira vista parecerá que é útil propiná-la. Mas não é. Será quase sempre preferível omiti-la.

Efectivamente, o conhecimento da regra cria logo no estudante (se consciencioso, pior!) duas preocupações: a primeira é determinar qual dos dois elementos é *realmente* o adjectivo; a segunda é decidir ao certo, pela repetição mental da regra, qual dos dois, ao cabo, é o primeiro . . . Muito tempo perdido (o tempo e o resto) para produzir *blue book*, em vez de *book blue*.

A conformação de cada língua assimila-se pela imitação de casos típicos, não por meio de regras. A repetida imitação torna mecânico — inconsciente — o conhecimento, que o instinto analógico acorre a fecundar.

À força de ouvir, ler, dizer e escrever *blue book*, *red book*, *white book* . . ., ninguém já diz *pencil blue* sem sentir que está a dizer mal — se acaso o chega a dizer, que provavelmente não chega.

3) A adesão a estes princípios obriga imediatamente à rejeição, nas aulas, de todo e qualquer compêndio de gramática; e impõe ao mestre a obrigação de estar atento ao que Jespersen ensinou: *Much of what is found in grammars is really of no value, except to the philological specialist. Never tell the children anything that they can find out for themselves.*

Mas a língua tem a sua estrutura, a sua organização — a sua gramática. Pois tem, e não se renuncia a ensiná-la; simplesmente, todos os tópicos dessa organização melhor se assimilam pelo *exercício* do que pela *reflexão sistematizada*.

O *segredo*, aqui, chama-se *repetição*.

Quem muito repetir certo tipo de construção fraseológica inconscientemente se impregnará dela; e, por analogia também inconsciente, *criará* novas construções do mesmo tipo.

Este estado de «impregnação proliferante» é possível, e não é custoso, criá-lo, por meio de exercícios orais e escritos apropriados, como os *quadros de substituição*, por exemplo, e os fascinantes *exercícios ilustrados*, que Palmer, West e outros modernamente introduziram no ensino da língua inglesa. Por via deles é fácil e agradável o ensino da *gramática inglesa* como ele deve ser para se tornar útil: ensino da língua pela língua, e nada mais.

Lá no final do curso não há inconveniente em que alguma síntese se apresente das generalidades gramaticais da língua; mas esta mesma é preferível que a organizem os alunos, estimulados e orientados pelo professor: aqui, induzindo a *regra* da observação dos *casos*; ali, construindo o paradigma, em vez de o decorar; mais além, anotando e formulando as peculiaridades que diferenciam o idioma inglês da língua que falamos.

Haverá então que banir do ensino, antes dos fins do curso, toda e qualquer intromissão gramatical?

Não tanto.

Em alguns casos a enunciação de um preceito simples aclara dúvidas ou antecipa ilações que sem ela seriam custosas de tirar. São as três «ocasiões» que ta-

xativamente aponta Amdur: quando o conhecimento do preceito acelera a compreensão; quando ele *indubitavelmente* concorre para a fixação da forma correcta; quando o aprendiz quer ser expressamente elucidado.

Por exemplo: não deve ter-se por inconveniente, nem escusado, que em frases do tipo de *I shall speak to-day* o aluno seja informado de que o verbo está no futuro.

A regra segura, todavia, é a de Jespersen: *Away with lists and rules; practise what is right, again and again (. . .), with as few theoretical reasons as possible.*

b) *Tradução e retroversão:*

1) *Traduzir, se nem sempre será trair, é quase*

sempre a mais longa e penosa via para alcançar a compreensão; e esta é só o que interessa a quem lê.

O objectivo de quem lê, regra geral, é apenas entender o que está escrito; e para o conseguir não é mister que substitua o que vai lendo por expressões sinónimas.

Quem escreve produz *ideias*; quem traduz, na aula, pretende substituir por *vocábulos* as *ideias*, utilizando um instrumento de mortificação, que é o *caderno de significados*.

O estudante inteligente logra às vezes opor *ideias* às *ideias*, saindo da literalidade, se disso o não coíbe o mestre. O outro, escravo do glossário e do caderno, quer é substituir *palavra* por *palavra*, não se lhe dando de mutilar horrorosamente a língua em que traduz.

Enquanto a tradução dura, e em regra dura muito, os tradutores não fazem um exercício de língua inglesa: o *inteligente*, porque a sua preocupação foi só que fizesse bom sentido o que dizia — em português; o *outro*, porque não soube o que fazia; o *diligente*, porque se limita a repetir na aula a tradução que decorou em casa, aprendida de qualquer maneira; o *preguiçoso*, porque não fez mais que decifrar a custo o que à última hora rabiscou a lápis, nas entrelinhas do texto.

Quer dizer: um péssimo exercício de língua nacional, consumado em prejuízo da estrangeira, que deixa de prevalecer na aula, substituída por um dialecto-de-ninguém, forjado numa tentativa falhada de descobrir equivalências, que não há, entre a língua de fora e a língua própria, por decifreadores inexperientes.

Durante todo aquele tempo a aula saiu do seu *clima*, que só a custo se retoma; e a turma, distraída, divagou por onde quis.

Isto é — a *tradução escolar*. Negá-lo seria negar a evidência; e ninguém, por certo, está nisso interessado. De propósito se descreveu aqui sem esbatimento ou atenuação; para que nas justas cores atente o mestre consciencioso, e da prática bárbara se despeça — deliberadamente.

Não se nega a utilidade, lá para o ano final do curso, de exercícios ocasionais de tradução, pelos quais o mestre radiculará nas memórias o conhecimento das capitais diferenças que um do outro distinguem os dois idiomas: dois espíritos, dois povos, duas almas — duas sintaxes.

O professor escolherá com discernimento os textos em que tais diferenças melhor se patenteiem; os cindirá em «unidades fraseológicas» adequadas; pedirá aos alunos o equivalente português de cada «unidade»; e só ao cabo deste estudo parcelar, comentado e esclarecido como deve ser, convidará os alunos a darem a versão do todo, em português de Portugal — que tudo realmente consiste em dar, em cada passo, uma expressão portuguesa recta que traduza a *ideia* que o autor quis produzir.

2) *Pior que traduzir é retroverter, exercício que consiste em deturpar mais ou menos frases portuguesas, quase sempre desconexas, para que renasçam em inglês tolerável, o que é raríssimo.*

Não admira. O exercício é de gramática — não tem outro sentido. Extenso não pode ser, bem se entende porquê. Seja então curto. Mas aspira a ser, também, instrumento suficiente de averiguação do aprendido. Remédio há um: inçar cada frase de todas as dificuldades quantas nela caibam.

Exemplo:

O seu livro (deles) e os seus cadernos (dela) não pareciam tão bons como os de teu pai; os dele eram muito melhores.

Colhida dum exercício real, passado em escola nossa, a frase é lapidar: não há mestre que a traduza sem muita hesitação; ninguém, lendo-a duas vezes, é capaz de reproduzir o que ela diz, porque em verdade não diz nada que alguém tenha de dizer ao menos uma vez na vida;

e, vista à luz da mais comezinha ética, não passa duma cilada, feita de meia dúzia de armadilhas.

Exercício de inglês é que não é — que esse seria pensado e organizado em inglês, para ser resolvido em inglês, sem mistura de mais nada. Toda a intromissão escusada da língua-mãe em sessão de aula de línguas estrangeiras é reprovável; esta é-o mais que qualquer outra, pois acintosamente se presta a alimentar o vício, que todo o mestre se afanará por erradicar, de se *falar inglês* pensando em português, por meio de laboriosa tradução mental.

3) Em suma: na lição de inglês proceda o mestre como se a língua portuguesa só por excepção seja a sua.

De entrada, claro, não é fácil; à medida, porém, que o curso progride e o cabedal de conhecimento se acrescenta, a coisa vai-se tornando cada vez mais viva e corrente — e ao cabo tanto se amplia que mal chega o tempo para se *falar* de tudo o que se sabe.

Se o mestre domina razoavelmente a língua, melhor é. Mas não cuide que é indispensável ir a Londres para ensinar vantajosamente inglês a moços portugueses.

O mestre tem a sua preparação cuidada e longa. Muitas vezes, por timidez, ignora-lhe a vastidão, e não se atreve a manuseá-la toda.

Pois perca a timidez.

Está na aula sozinho com os seus alunos; e é certo que, se lhe cumpre *servi-los*, ninguém como eles o *serve* tão inteiramente na função de se aperfeiçoar para os melhor *servir*.

Prepara decerto esmeradamente as suas lições. Sabe *de cor* o que vai fazer — até o que vai dizer. A maioridade e a experiência dão-lhe facilidades de memorização que tornam fascinante o que poderia ser fastidioso: decorar frases, atitudes, situações.

A breve trecho verificará o que provavelmente já sabia: que todas as frases da língua inglesa são afinal construções redutíveis a um limitado número de *frases-tipos* que lhe eram todas conhecidas . . .

Não é difícil presumir que algumas dessas *frases* são mais frequentes do que as outras; e está naturalmente indicado insistir nas mais frequentes. Aqui está um programa de iniciação, mui fácil de cumprir.

Anime a sua aula. A arte de ensinar é a arte de interessar, de despertar a curiosidade; e só há curiosidade fecunda em espíritos desanuviados.

Não tenha contra o que é *novo* preconceitos obstinados. Experimente com fé, que obra milagres maiores do que remover montanhas. A experiência gorada (se outros, com autoridade, a recomendam) é quase sempre a que se fez sem crença.

O orgulho do professor que se desvanecer a apregoar as dificuldades do que ensina, desmoralizando a quem aprende, é vaidade boçal. Na aula do mestre inspirado tudo é fácil, até o que o não é tanto. A língua inglesa é facilíma — pois não é?

Dê um *nome inglês* a cada aluno da turma: maneira cativante de lhes ensinar vocábulos úteis (nomes dos meses, dos dias da semana, das estações do ano, dos pontos cardeais . . .) e de insistir no ensino da notação fonética, pois cada nome é escrito na ardósia e transcrito em símbolos fonéticos.

Pronuncie, e faça pronunciar, tudo o que se disser ou ler, com esmero possível.

Não traduza senão por excepção, quando a clara compreensão o exija, e nunca mais. Se o livro de texto é bem organizado, poucos serão os vocábulos novos em cada trecho; e deles o significado, muitas vezes, adivinha-se pelo sentido. Escreva a todos no quadro, com a pronúncia indicada em símbolos; depois de pronunciados, explique em inglês os mais obscuros, socorrendo-se de sinónimos, de perífrases, do gesto, da voz, do jogo fisionómico, dos objectos existentes na aula, do desenho ou da gravura, para que perfeitamente o entendam. A tradução mental é aqui inevitável: quando os alunos descobrem a significação do termo, é decerto em português que a formulam, ainda que só para si próprios; mas chegaram a ela por via do inglês, que foi o que o mestre falou para se explicar.

c) *Da composição:*

1) Aos exercícios de *tradução sistemática*, que atrás se proscreveram, e aos temas de *retroversão*, que se declararam condenáveis — prefira-se a prática intensiva da composição oral e escrita, que não é difícil tornar variada e fecunda, com aprazimento de quem ensina e interessada aplicação de quem aprende.

Aqui se indicam alguns tipos de exercícios, na certeza de que estão cheios deles as obras dos modernos

vulgarizadores da língua inglesa, que são muitos e bem conhecidos.

a) *Action chains*. — Consistem em os alunos (um de cada vez) executarem uma série de seis a dez acções, concatenadas de forma que cada uma delas sugerirá a seguinte.

Exemplo: *Stand up! Go to the door! Open it! Go out of the room! Come into the room! Shut the door! Go back to your place! Sit down!*

Umaz vezes o executante cumprirá em silêncio as instruções do professor, mostrando que as entendeu à letra; outras vezes a execução será acompanhada da declaração da acção praticada: *I'm standing up. Etc.*; outras é ainda um *terceiro* quem diz o que se fez: *He is standing up. Etc.*

«As *action chains*, que primordialmente se destinam a *praticar verbos*, incidentalmente prestam-se à aprendizagem de outras espécies de palavras e de variadas construções» (Palmer).

b) *Daily series*. — É exercício afim do anterior, porém mais longo e mais complexo, que se vai construindo aos poucos, à medida que o conhecimento vocabular aumenta. Consiste na enunciação dos actos praticáveis durante um dia, na escola e fora dela, desde o erguer até ao recolher: *I get up at . . . o'clock. Etc.*

Cada acção é ilustrada esquemáticamente, para que a ilustração sugira a frase.

São cerca de um cento de frases, que se podem dizer no presente, no passado e no futuro, e se prestam a exercícios de conversação vários.

c) *Quadros de substituição*. — «Um quadro de substituição é um arranjo, em colunas, de *unidades linguísticas*, que se combinam para formar frases» (Hornby).

Com um só quadro, não muito complexo aliás, é possível construir centenaes de frases, que se prestam à fixação de vocabulário e a automatizar em hábitos os factos característicos da syntaxe inglesa.

Se ilustrados, como faz Palmer, com pequenas gravuras sugestivas, estes exercícios mais se valorizam, não só porque quase sem esforço se fazem *de cor*, mas também porque, a partir deles, se organizarão conversações animadas e pitorescas.

d) *Exercícios de transformação*. — São correntes na prática escolar portuguesa. Têm sua utilidade uma vez

por outra, como meios de averiguação de certos conhecimentos gramaticais.

Como é sabido, trata-se, neles, de converter certo tipo de frase em outro: afirmação em negação; presente em pretérito ou futuro; etc.

e) *Exercícios de ordenação*. — Consistem em se ordenarem frases desorganizadas, para que façam sentido: *Portuguese I boy a am (= I am a Portuguese boy)*.

É exercício sugestivo, que, pondo em jogo faculdades de compreensão, exige, nos casos mais complexos, cabal conhecimento do vocabulário e da mecânica da frase.

f) *Exercícios de integração*. — Consistem no preenchimento de frases incompletas, com a palavra ou expressão apropriada.

g) *Jogos de entendimento*. — Um exemplo, de entre as muitas centenas do Dr. Michael West, definirá este tipo de exercício, que, por um lado, se presta à fixação ideológica e ortográfica de vocabulário, e, por outro, põe à prova a capacidade de rápido discernimento revelada na resolução de pequenos e graciosos problemas de interpretação formulados em inglês:

My name is Tom. My sister's name is Rose. My father is Mr. Todd. My mother is Mrs. Todd. What are the names of my mother's son?

Cada problema é ditado a um aluno, que o escreve no quadro. Os mais arquivam-no no caderno, com a solução oralmente obtida. Assim, em pouco tempo se forma, à medida que o conhecimento progride, uma coleção considerável.

h) *Exercícios de reprodução*. — Consistem em se reproduzir de cor um texto, mediante a livre consulta de *palavras-guias* extraídas do mesmo texto.

Exemplo:

The hen of the golden eggs

Text	Guide words
Once upon a time there was a poor peasant who had a yellow hen...	Once... there... p. p. who... h... y... hen.
Etc.	Etc.

Ao princípio é o professor quem dá as *guias*. Depois encarrega os alunos de as organizar em casa, incitando-os a que tentem suprimi-las progressivamente, até poderem reproduzir o texto (em geral uma história curta, uma anedota, uma pequena poesia, um diálogo) com um mínimo razoavel de *marcos mnemónicos* — ou sem nenhuns.

Note-se que, muitas vezes, as *guide words* são substituíveis por gravuras: os elementos da acção da «Galinha dos ovos de ouro», por exemplo, são todos com facilidade representáveis por imagens.

Assim sem grande custo se fixam pequenos textos, que depois se reproduzirão na aula; assim também se preparará com gosto a *aula-festa* de final de período, com recitações, reconto de anedotas, jogos de entendimento, representações dramáticas — em que cada um terá o seu papel ou a sua tarefa.

i) *Conversação*. — Muitas vezes (de início, quase sempre) é a que resulta de execução literal de exercícios existentes no livro de leitura; outras vezes (com o andar do curso, cada vez mais) é a que naturalmente se estabelece entre o mestre e os alunos, acerca dos textos lidos e do que ocorre na aula.

j) *Exercícios de dramatização*. — No livro de leitura haverá decerto trechos dialogados: peças pequenas, sem dúvida, ao princípio, de falas curtas e simples, fáceis de memorizar e de reproduzir; depois, trechos maiores, quanto possível abundantes em personagens, e seu enredo sentimental ou gracioso.

A peça é lida na aula, cada leitor em seu papel, por mais do que um elenco; e logo aí se insiste por leitura aprimorada, expressiva, intencional. Depois, não faltará quem a queira representar de cor — *ipsis verbis!* —, em dia assinalado: efectivamente representar, com todo o movimento, toda a vivacidade, toda a intenção que o assunto imponha.

Com o andar do curso as peças são feitas pelos alunos: em regra adaptações de histórias curtas, já de si dialogadas — com muita fidelidade à *letra* original. Esta precaução é de preceito. Efectivamente, em língua de compleição pouco gramatical, o certo e o errado moram paredes-meias; e é prudente evitar que ambos se encontrem muito.

2) Tudo o que haja de *escrever-se*, primeiro *se diga*, podendo ser. Este princípio é universal, tratando-se de

línguas vivas, que naturalmente mais se utilizam falando que escrevendo.

Tenha pois a oralidade sobre a escrita, sempre, a primazia: porque é, na escola, mais estimulante, e é mais útil na vida.

Professor diligente e esclarecido não deixará nunca de tornar em exercício oral, por via da adaptação que for precisa, o tema que acaso nasceu escrito; e não terá empenho nem pressa em reduzir a escrito senão o pouco em que a escritura ajude a memorização, sem arrefecer o entusiasmo nem quebrar o ritmo normal da aprendizagem. Nada como o convencimento de que a fala estimulará tanto o aprendiz da língua.

Escrever é — ter de reflectir; e a verdade é que o saber difuso, aparentemente desregrado e inconsistente, que pela mera oralidade se apreende, é saber verdadeiro e útil, porque se tomou com o gosto do contacto directo com a *realidade viva* que o mestre soube criar, e se firma na necessidade inevitável de expressão dos eventos dessa realidade.

Professor gramático *escreve*; professor completo *fala*. Aluno mal orientado *não fala*, nem bem nem mal; aluno bem orientado *falará*, por certo: ao princípio, naturalmente, pouco e mal; depois, naturalmente, cada vez melhor. A *posse plena* virá devagar, com altos e baixos, progressos e retrocessos, planuras de folga e expectativa . . . Aprende-se assim, e não de outra maneira.

d) O vocabulário:

1) *Quem já sabe, e quer aprender mais, tem prazer em consultar o dicionário; mas quem pouco sabe é raro que esteja interessado em compulsar profusamente obra tamanha, tão prolixa — e tão pesada.*

O gosto da concentrada diligência é próprio de seres amadurecidos, que da vida já escolheram a lição de que podem ser remuneradoras as tarefas enfadonhas; mas gente moça dificilmente se deixa convencer pela promessa de compensações longínquas, quase sempre duras de alcançar.

Está por fazer, em Portugal, o que noutras partes já tem tido realização auspiciosa: um dicionário escolar da língua inglesa, constante só do léxico essencial, ilustrado com prodigalidade e esmero, em que o concreto

ou concretizável se traduza pela imagem e o mais se defina e viva em *colocações* inteligíveis e pitorescas — coisa bela e tentadora que se dispense de falar em português, porque está comprometida a fazer-se entender em toda a parte.

De livro assim, gracioso e leve, não teria ninguém de forçar a consulta, que ele se imporia por si à curiosidade interessada do aprendiz . . .

Tem o mestre de suprir a falta, enquanto vai pensando em realizar a obra . . .

Explicado o vocábulo novo, na aula, faça-o registrar no caderno, com representação da pronúncia. Boa prática é a da inscrição alfabetada, em caderno próprio, ou em fichas, que permitem maior mobilidade.

Depois, ponha o vocábulo a *viver* em exercício apropriado, de que fique no caderno, ou na ficha, transcrição suficiente, ilustrada quando o puder ser: o que para o mestre é custoso, se não sabe desenhar, é para os moços fácilimo de fazer e cativante.

Estes exercícios devem existir no livro; mas nem sempre o professor está obrigado a considerá-los bons, nem suficientes.

Estudado e rememorado por vias destas o vocabulário novo, forçosamente pouco em cada trecho, não haverá já quem incorra em mandar decorar listas ou róis, seja do que for.

2) *O glossário melhor da turma pode admiravelmente ser feito pela turma.*

No estágio de francês, uma turma do 2.º ano pôs mãos à obra de fazer um dicionário ilustrado da língua francesa; obra colorida, fresca, original, que, se tiver continuação, dará de si o mais formoso dicionário que ainda se escreveu!

A *disposição criadora* dos alunos é, a bem dizer, inegotável; e não consta, senão como exceção, que se tenham servido dela os mestres de línguas vivas, entre nós.

Estas e outras sugestões hão-de retomá-las, porém, sem dúvida, os novos professores, convictos de que não há *home work*, por mais que se excogite, mais proveitoso do que aquele que se harmonize com as faculdades, os gostos e as propensões de cada um.

Em conclusão: não deve pretender-se isentar de esforço extra-escolar os moços, antes convém habituá-los

à obrigação quotidiana de se ocuparem de tarefas relacionadas com a sua vida de escolares; mas é absoluto e contraproducente ensombrar-lhes escusadamente os ócios com fainas que os não interessem, pois o progresso da aprendizagem não é proporcional à aridez do que se aprende.

Decorar vocabulário é repugnante; organizar, ordenar e ilustrar um glossário é tarefa pessoal e cativante. Uma coisa é *servidão*, a outra é *criação*: está tudo dito. As duas palavras rimam, mas os seus significados são antípodas.

Too often, unfortunately, teaching seems to proceed on the philosophy that adults have to do dull jobs, and that children should get used to dull work as quickly as possible. The result is an entirely justified hatred and contempt for all kinds of learning and intellectual life.

Estas palavras terríveis escreveu um grande professor inglês. Requerem-se obreiros ardentes e iluminados que libertem da tremenda acusação a escola profissional portuguesa. Sem mestres não há ensino.

e) O livro:

1) *Do que se lê na aula depende, em grande parte, o que e como se aprende.* Por isso, o livro de leitura é coisa muito importante na aula de língua estrangeira; e o vocabulário que contém e a fraseologia em que está escrito são problemas muito graves.

Critério ideal de selecção de vocabulário é este: há-de preferir-se o acervo lexical que mais útil e necessário seja a quem aprende. Mas não é fácil — em rigor, não é possível — adequar um vocabulário a todas as prováveis necessidades dos que o hão-de utilizar, pois estas diferirão com os indivíduos: o seu meio, a vida que os rodeia, a índole dos seus estudos, a profissão a que se dirigem — o Destino . . .

Mas, dedicado como é a um curso elementar de língua inglesa, o livro não pode utilizar indiscriminadamente um léxico qualquer, só de acordo com as predilecções de quem o faça e alheio aos interesses fundamentais de quem o há-de ler.

Demonstrado está isto: com menos que as duas mil palavras *mais frequentes* da língua — apuradas em estudos exaustivos de conspícuos investigadores — é pos-

sível e expedito escrever uma longa novela de acção, em inglês fluente e certo. A mais não podem aspirar do que a entender tal obra (se a tanto devem) os nossos estudantes.

Ao organizador do livro, como ao professor em suas aulas, interessa ter sempre presente uma distinção, que um e outro não raro se esquecerão de ponderar: e é que, entre as palavras *com que se fala* (preposição, advérbio, conjugação, pronome, verbo auxiliar . . .) e as palavras *de que se fala* (regra geral, os nomes), as primeiras são as que mais importa manusear e dominar, pois são as *articulações mestras* do organismo que é a língua. É erróneo supor que melhor falará quem tem *de quê* do que *com quê*: quem sabe *com que* falar falará do que logo aprende — quando de tal tiver necessidade. O que mais importa, em suma, não é adquirir quanto antes acervo grande de vocabulário concreto; é manejar com fluência razoável o conhecido, por via do domínio dos arranjos fraseológicos que com o outro vocabulário se constroem.

Não é inútil nem supérfluo que o autor e o mestre saibam que: em cem frases correntes há em média trezentas preposições, dois centos de pronomes e um cento de outros *vocábulos estruturais*; entre as duas dúzias de palavras mais frequentes não se conta um *substantivo*, e só cinco aparecem no rol das cem primeiras; nos quinhentos vocábulos mais usados incluem-se praticamente todas as preposições, advérbios e pronomes e todos os *finitos anómalos* de Palmer — e menos de cento e trinta substantivos. . . .

Assim morre o critério antigo, segundo o qual o livro haveria de conter os assuntos da vida quotidiana (*sic*), entre os quais se julgava imprescindível incluir a cozinha, o hotel, a fábrica, a herdade, a construção, e quejandos, por se considerar indispensável ministrar o conhecimento de espesso vocabulário concreto — em catadupas.

Vem aqui a propósito versar o problema da *fraseologia*.

A língua inglesa já houve quem chamasse a *mais perfeita*, porque a mais solta de regulamentação, a mais desenleada de freio gramatical — a mais adulta.

Tomou daqui e daí o que lhe conveio; aproveitou do mundo inteiro o que lhe aprouve; e, na impossibilidade de adoptar e usar a todas as gramáticas, a bem dizer ficou sem ter nenhuma.

O resultado foi tornar-se num formidável instrumento de expressão, maleável, fluido, sinuoso, que não olha a meios para lograr seu fim de se fazer entender como quer que seja, e o consegue sempre, manejando a poeira dos seus monossílabos com desenvoltura admirável. Por alguma razão dirá dela Palmer que nove décimos, ou coisa parecida, não são *gramaticais*.

Daqui provém, inevitavelmente, que o *livro de leitura* não pode, nem deve, refugir da «frase feita», do modismo, do giro idiomático — pois dessa carne viva se compõe a porção maior, e a melhor, do idioma.

Pois não.

Mas não havemos de ir ao ponto de esquecer ou ocultar que o povo inglês faz parte do género humano e que hauriu da latinidade, em contacto longo e fecundo, um falar em boa parte reconhecível por quem no mundo latino nasceu e se fez gente.

Por outras palavras: não estão certos, para leitura e aprendizagem de portugueses, os textos elementares que, podendo ser compostos em linguagem em grande parte *reconhecível*, propositadamente se inçarem de modismos rebarbativos, pela absurda convicção de que não é tão bom inglês o «décimo gramatical» em que os melhores ingleses têm escrito páginas e páginas dos mais elevados pensamentos, sem constrangimento nem affectação.

Seria pelo menos estulto pretenderem autores portugueses contrariar, em coisa de tanta monta, os cativantes esforços dos mais estrénuos paladinos da divulgação da língua inglesa.

A regra certa é a de Irving Amdur: *Eliminate all idioms which cannot be kept alive through repeated use in unforced and varied situations.*

O «décimo gramatical» seja, pois, no livro, o *fulcro* de que se abeire sem temor o aprendiz; e a novidade idiomática introduza-se aos poucos, e a propósito. O tal «décimo» também é inglês.

2) *A correspondência comercial inglesa faz-se, em grande parte, numa linguagem privativa, com seu vocabulário e a sua fraseologia; e combatê-la ou alterá-la não pode ser missão de livros nossos.*

É copiosíssima, como bem se sabe, nos países de língua inglesa, a produção de manuais de correspondência mercantil; e é enorme a importação que deles se faz

nas outras partes, porque muito se procuram e abundantemente se vendem.

Os mais pretensiosos abrem por longa e ponderada introdução, em que acerbamente se castigam as fórmulas, as «frases feitas» do comércio, a gíria tradicional do estilo epistolar, os seus desvios do bom senso e do bom gosto — em que se reprova, em suma, o *dialecto* em que há séculos se compõe a epistolografia mercantil do povo inglês.

A introdução seguem-se as cartas; e as cartas são a negação completa de toda a doutrinação, longa e ponderada, que na introdução meticulosamente fora exposta . . .

É que a introdução expõe *o que deveria ser*, mas as cartas revelam *o que é*; e *o que é* é tão diferente do *que deveria ser* que não é impossível existirem correspondentes eficientes em língua inglesa que da língua inglesa mal *sabem* o essencial.

Esta é a realidade; e enquanto o for, em que pese aos puristas da Comunidade Britânica, não interessa à Escola Portuguesa modificá-la, até porque lhe falta autoridade e competência para aspirar a leccionar a *City*.

Devemos, pelo contrário, enfrentá-la — e adoptá-la. E como a *linguagem mercantil* não é custosa de ensinar, e até não lhe falta pitoresco, que a torna boa de aprender, segue-se que é bom preceito consagrar-lhe algumas horas no final do curso de comércio e reservar-lhe um canto à parte no livro de leitura.

Simplemente, é indispensável introduzir na apresentação do assunto alguma alteração ao que quase sempre se tem feito.

Em primeiro lugar, devemos circunscrever-nos a assuntos correntes: anúncios de constituição de firmas; informações respeitantes à capacidade financeira de alguma empresa, e também acerca de catálogos, tabelas de preços, condições de venda e de pagamento de produtos; encomendas; pagamento do encomendado — e nada mais. A firma *constitui-se*; *informa-se* a respeito do que interessa ao seu negócio e responde às informações que lhe são pedidas; faz e satisfaz *encomendas*; *paga* o que comprou, ou *recebe* o custo do que vende.

Mais é superfluidade e confusão. Não é acertado admitir que haja de ser exaustivo em correspondência mercantil inglesa o curso que o não pode ser no mais.

Depois, também aqui, aprende-se, praticando. Não pode partir-se do princípio, que não é sensato, de que se aprende a *fazer* correspondência mediante a leitura e tradução de algumas cartas desconexas. O que poderia ser verdade se se lessem alguns milhares por certo não o é se se lerem só dezenas; e milhares, nem centenas, ninguém pensa que se possam ler.

Portanto, *ler* não basta; é preciso *fazer*. Aprende-se a *escrever* cartas, *escrevendo-as*. Interessa ler algumas, poucas, só para que se possa ver como são feitas, e a imagem delas construir as outras.

Para tanto, o livro deve ministrar ao aprendiz, distribuídas pelos assuntos capitais, as «fórmulas» usuais da linguagem mercantil inglesa: é claro, as mais correntes; outras não.

Por via delas o estudante habilita-se a compor uma quantidade muito grande de pequenas cartas; e a «verter», com interesse e facilidade, pequenas cartas redigidas em língua portuguesa.

Também aqui não se trata de um trabalho de retroversão propriamente; mas de um «jogo de equivalências ideológicas», que é fácil aprender e agradável praticar.

Por exemplo, a seguinte carta:

. . . , 21 de Janeiro de 1950.

Amigo e senhor:

Tenho o prazer de acusar a recepção da carta de V. S.^a, de 15 deste mês, a que prestei a devida atenção.

E favor V. S.^a remeter-me, na volta do correio, os seguintes artigos:

A . . .
B . . .
C . . .

Sem outro assunto me subscrevo,

De V. S.^a
At.^o, V.^{or} e Obj.^{do}

F . . .

não deve o estudante encará-la como trecho português que lhe cumpre *retroverter*; deve, antes, considerar que a carta contém, além da data:

- 1) A notificação da recepção de uma carta de 15;
- 2) Uma encomenda ou pedido de artigos;
- 3) Um fecho.

Para cada coisa o livro lhe facultará variadas «fórmulas», qualquer delas, em geral, apropriada; e a vantagem está em que ele se habitue a usar qualquer, por sentir entre todas a clara equivalência, e as aprenda de cor por as usar. O melhor meio é deixá-lo, por um tempo, consultar o livro, mostrando-lhe, em cada caso, como a «fórmula» que usou podia ser substituída por algumas outras.

Cada aluno — cada temperamento — começa por se afeiçoar à sua fórmula, em cada *capítulo*: o preguiçoso escolhe a breve e fácil; o imaginoso, decerto, a mais complexa; e, como é igual em todos o gosto de variar, a breve trecho todos as sabem todas, sem nenhuma violência.

Porque nem sempre é assim exercitado, o que em geral acontece é o estudante *retroverter* a carta. O resultado, claro, é lastimoso:

Ê favor V. S.^a remeter-me . . . It is favour you send me . . .

Ê isto, ou pior ainda!

Estudante versado em procurar *equivalências* vê que o que ali se faz é um *pedido*: e então utiliza uma fórmula desse capítulo: *Kindly send me . . . Please send me . . . Be kind enough to send me . . . I beg you to send me . . . Etc.*

3. — Pretende-se um livro *fácil*, agradável, profusamente ilustrado, em que por intuição muito possa adivinhar-se, e em que tudo se queira entender mediante grato esforço de reflexão, por tudo ser conexo e muito sugestivo: livro atraente; livro a que se queira bem; livro que estimule em vez de atormentar.

Escreva o autor o *primer* (ou parte dele), pois sabe como o quer orientar; no mais não intervenha, a bem dizer, senão para seleccionar o que for melhor, da massa enorme de material realizado pelos mais autorizados divulgadores da língua (Palmer, West, Hornby, Morris, Eckersley, Gatenby, French, Yates, Besier, Wear, Thornby, Glover, Faucett e outros), que todo está cientificamente organizado, e é todo, ou quase todo, belo e sugestivo.

Tenha não mais de duzentos vocábulos a parte do *primer* destinada ao 1.º ano; e à volta de quinhentos vocábulos novos a segunda parte. Do máximo de setecentos a

oitocentos vocábulo novos constará o 2.º volume, não incluindo neste número o acervo vocabular contido na correspondência mercantil.

Destine-se o *primer* aos primeiros dois anos; e a colecção de trechos seleccionados ao terceiro. Fica obra completa no seu grau, pois cumpre um programa vocabular suficiente e útil, e contém, pois não podia mesmo não conter, *toda a gramática* da língua.

Vise o *primer*, sobretudo, a oralidade; ouvir, ler, falar — eis o que devem ser as operações primordiais. Abra, por isso, com uma introdução, em que os alunos tomem conhecimento dos símbolos de transcrição fonética e se familiarizem com eles — o que não quer dizer que se lhes passem exercícios de transcrição nenhuns. Regra geral, a transcrição dos numerais cardinaes e a dos *nomes ingleses* dos alunos, feita pelo mestre no quadro e por eles inscrita no caderno — é quanto basta.

Nos dois livros não devem faltar exercícios, sobretudo os destinados à rememoração vocabular e à prática da syntaxe e da fraseologia; e tais exercícios, pelo seu vulto, pela sua oportunidade e até pela sua graça, deixarão de ser no curso a *matéria inerte* que dantes eram. Não sejam meros fechos de trechos, que dir-se-iam postos ali para se não fazerem; mas abram e preencham determinadamente páginas do livro, que se torne impossível menosprezar sem trair as intenções do curso.

De esperar é que o professor ainda os acrescente, por verificar que se lhe tornou possível e fácilimo, por via deles, manter vivo o interesse dos seus alunos — os mesmos que se lhe negavam a aprender ou aplicar as regras de gramática e agora praticam a *gramática* toda.

É fátuo pretender que os dois volumes dêem a conhecer a vida, os costumes, a índole do povo inglês e mais a grandeza do seu império. É fátuo, porque é impossível. Histórias, anedotas, diálogos, peças folclóricas, poesias de cunho popular, fábulas, lendas, trechos de amena divulgação do Universo, pequenas descrições do país — eis o que se recomenda que se inclua no livro de leitura.

Não percamos de vista que o nosso objectivo, aqui, é ensinar inglês, não é descobrir a Grã-Bretanha e esquadriñar os seus domínios.

E assim fixados, quanto podem sê-lo, os limites do *complexo vocabular*; imposto sensato comedimento à

variedade fraseológica; e determinada a índole geral dos *textos* — não seria adequado elaborar um programa de trabalho, pois todo o programa se encontrará no livro de leitura.

Todavia, por facilitar as coisas onde seria mais melindroso que lhes não seja dada a melhor interpretação, sempre adiante se esboçará um plano de acção para o 1.º ano do curso, o qual não pretenderá fazer imposições nenhuma quanto à ordem dos assuntos e ao tratamento deles, mas somente *sugerir* e *orientar*.

Aqui se exara apenas uma prevenção muito importante: nenhum número do programa se há-de interpretar por forma que da *realização* que dele se fizer resulte, senão por excepção, a necessidade de se fixarem listas de vocábulos. Tão grande distância medeia, por exemplo, entre a *cabeça* e os *pés*, que bem pode ser inadequado incluir a uma e aos outros em um mesmo trecho.

Programa do 1.º ano

1) *A escola* (Pessoas e coisas da escola e da aula):

O que são; quem são; que nomes têm; onde estão; de quem são; de que são feitas; o que têm, o que dizem e o que fazem.

To be: presente afirmativo, negativo e interrogativo. Formas progressivas.

What? Who? Where? Whose?

What . . . made of?

I, you; he, she . . ., etc.

Me, you, him, her . . ., etc.

A posse: *of; 's; possessivos. Demonstrativos.*

Os três géneros e os dois números.

To have: presente afirmativo, negativo e interrogativo.

(O estudo das categorias gramaticais citadas far-se-á só por via do uso, no texto e nos exercícios, sem sistematização nem paradigmas. nenhuns exercícios de conjugação).

2) *Da janela* (O jardim: plantas e flores. Luz, cor, som: os sentidos. O céu):

O que se *pode* ver, olhando. O que *há* em volta.

Como são as coisas; a forma e a cor.
 Quantas coisas . . .
 Que espécie de . . .

There is; there are: afirmativo, negativo e interrogativo.

How many . . . ?

Can: presente afirmativo, negativo e interrogativo.

What . . . like? What shape?

What colour? What sort (kind) of . . . ?

Imperativo: afirmativo e negativo.

3) *A casa* (O edifício. A família: pais, filhos; irmãos, irmãs. A idade de cada um. Bichos):

Onde é, como é.

Onde vive; como vive.

Em que ano, em que estação, em que mês, em que dia, a que horas. O calendário e o relógio.

O que se *pode*, ou não pode, e o que se *deve*, ou não deve, fazer.

When. If — O futuro.

(Nenhuns exercícios de conjugação).

Introdução de pronomes relativos nos textos.

May e *must:* afirmativo, negativo e interrogativo.

Sempre e só negações e interrogações com os «*verbos anómalos*»: *be, have, can, may, must, shall, will . . .* (presente e futuro).

Geografia

Da Geografia, dos seus métodos e dos seus processos de ensino tudo está dito. Nem haverá nada a acrescentar às observações que acompanham o programa de *geografia geral e económica* do curso de comércio (Decreto n.º 36 356, de 18 de Junho de 1947).

Incluída a disciplina de Geografia num curso de formação de índole comercial, ela terá, em boa evidência, de ser chamada a colaborar amplamente nessa formação: isso levou a considerar que este ano de Geografia fosse principalmente dedicado à geografia económica de Portugal e, como complemento desta, à geografia económica geral. O elo de ligação estabelece-o natural-

mente o estudo do comércio externo de Portugal e do seu império, que nos dá a conhecer para onde vai o que nos sobra e donde se importa o que nos falta. Não se perderão assim oportunidades de aflorar a descrição simples de alguns problemas económicos nacionais e mundiais. Eles se sugerem em um ou outro ponto do programa, mas tantos outros serão ainda igualmente cabidos.

Do programa não se dirá que seja taxativo, embora se tivesse recorrido a certa pormenorização e esquematização, que tendem a dar ao ensino o necessário grau de uniformização e servirão de guia ao coordenador do compêndio. Quer-se que este compêndio seja um livro formoso, tanto pela sua apresentação como pelo seu conteúdo sugestivo, que substituirá por imagens simples do mundo moderno os complexos dados geográficos com que costumam pejar-se manuais de ensino. Se se computar uma média de cinco a seis páginas para cada um dos números do programa, poderá ter-se um manual de aproximadamente duzentas páginas de duas colunas, que será simultâneamente atlas e livro de texto. As ilustrações serão cuidadosamente escolhidas e constituídas quer por fotografias, quer por desenhos a preto e a cores.

Para auxiliar o ensino não se esquecerá o professor de que os seus alunos têm dois anos de prática de desenho e de trabalhos manuais.

O estudo que se fizer terá de ser baseado nos conhecimentos de ordem geográfica ministrados nos dois anos do ciclo preparatório na disciplina de *Ciências Geográfico-Naturais*. Deverá, pois, iniciar-se por uma revisão ordenada de tais conhecimentos geográficos, completada com novas noções sempre que se entender necessário, e continuar, no curso de formação, com matérias que liguem aqueles conhecimentos ao programa de geografia económica de Portugal, que será leccionado de seguida.

Far-se-á essa revisão de acordo com o seguinte esquema:

- 1) Revisão e complemento das noções de cosmografia dadas no ciclo preparatório. O Universo. Os astros. O sistema solar. A Terra, sua forma e dimensões. Movimentos de rotação e de translação. Causas da desigualdade

dos dias e das noites. As estações, sua explicação.

- 2) Revisão e complemento das noções de geologia dadas no ciclo preparatório.
- 3) *Continentes e oceanos*. Características fisiográficas da Europa, Ásia, África, América e Austrália. As grandes cadeias de montanhas. Rios e bacias hidrográficas. Planícies. As ilhas. Mares litorais e interiores.

1.º ano

1) Geografia geral

- 1) *Noções muito gerais sobre clima, seus elementos e factores:*

Composição e altura do atmosfera.

A temperatura; causas principais da sua variação; temperaturas médias e regimes de temperatura.

A pressão atmosférica; a distribuição das pressões no Globo e algumas das suas causas.

A circulação da atmosfera; os ventos e sua distribuição geográfica; as perturbações atmosféricas.

A humidade do ar; ar seco e ar saturado; nuvens; chuva, neve e granizo.

Os regimes de chuvas e sua correlação com os elementos climáticos anteriormente estudados; repartição das chuvas no Globo.

Uma definição de clima; a universalidade e a persistência das influências climáticas.

- 2) *Classificação dos climas:*

Diferença entre meteorologia e climatologia.

Uma primeira classificação dos climas baseada na temperatura; subdivisões desta classificação pela consideração dos regimes pluviométricos e da proximidade ou afastamento dos mares.

A influência do clima sobre a vida vegetal e a vida animal.

Os tipos principais de associações vegetais e sua distribuição pelo Globo.

A fauna; fauna aquática e fauna terrestre; tipos principais duma e doutra e sua distribuição na Terra.

Noções muito ligeiras sobre as diferentes zonas de vida económica do Globo e suas características fundamentais intimamente relacionadas com a distribuição dos climas e das associações vegetais e animais.

3) *A população do Globo:*

Geografia física e geografia humana; conceitos duma e doutra e suas subdivisões principais.

Factores gerais da distribuição da população; dados numéricos principais da distribuição do homem pela Terra.

A naturalidade e a mortalidade; o aumento da população no Mundo; zonas de maior e menor crescimento da população.

Emigração e imigração.

Raças, línguas e religiões; a proporção das três raças principais no povoamento da Terra; o aumento crescente da área de certas línguas; a reunião numa mesma fé de povos muito diversos; a influência das religiões na vida material dos homens.

O homem e a Natureza; os factos essenciais da geografia humana. As nações e os Estados; indicação muito sumária dos factores geográficos que intervêm na formação e desenvolvimento dos Estados.

O mar como estimulante da actividade política dos povos.

As fronteiras e as capitais.

Impérios e grandes Estados.

As colónias; colónias de povoamento e colónias de exploração.

Protectorados, zonas internacionais e mandatos.

4) *A Europa:*

Um continente pequeno dividido em muitos países; os Europeus nas outras partes do Mundo; a civilização moderna é essencialmente europeia.

A Europa Ocidental.

As Ilhas Britânicas (a Grã-Bretanha, a Irlanda, o Reino Unido, a Comunidade das Nações Britânicas e o Império Britânico); a sua localização favorável, as suas riquezas naturais e a sua navegação; o Eire.

A Noruega, terra de pescadores, e a riqueza das suas florestas; a Suécia, terra de madeiras e de ferro; a Dinamarca, terra de camponeses.

A Bélgica, terra de fábricas; a Holanda, terra feita pelos Holandeses; a França e a sua excelente situação na Europa; os seus recursos agrícolas e a sua indústria.

5) A Europa (continuação):

A Europa Central e Oriental.

A Alemanha e a sua grande contribuição para a cultura mundial; a Suíça, terra de paz e da unidade na diversidade; a Polónia, velho país com fronteiras novas; a Checoslováquia, terra do povo laborioso, a Roménia e o seu petróleo; a Jugoslávia, país com três raças; a Rússia.

A Europa Meridional.

A Grécia, pátria da mais gloriosa cultura; a Itália, berço de uma grande civilização; a Espanha, o grande império espanhol do século XVI; a sua agricultura e os seus recursos minerais.

6) A Ásia e a Oceânia:

O Médio Oriente e as suas primitivas civilizações; a região onde se tocam três continentes e se cruzam os interesses de grandes potências.

A Península Arábica; a Arábia Saudita, deserto rico de petróleo; o Iémene, terra do café de Moca.

A Índia, colónia inglesa que se tornou independente; terra de contrastes e terra dividida; o Himalaia, as grandes planícies fluviais, o planalto do Decão; as suas culturas, florestas e riquezas minerais.

A Malásia Britânica e Singapura, terras do estanho e da borracha; o Sião; a Indochina Francesa e a luta pela independência.

A China, terra de velha civilização; o Oriente e o Ocidente; as terras chinesas e o seu destino; a velha agricultura, as indústrias novas, a seda.

O Império Japonês; o Japão de ontem e o Japão moderno; o imperialismo japonês; a agricultura e a indústria; o futuro do Japão.

As Índias Neerlandesas Orientais e as suas grandes riquezas; a República das Filipinas, nação nova; a República da Indonésia, estado novíssimo; as pequenas ilhas do Pacífico.

A Austrália e a Nova Zelândia; a sua agricultura e comércio.

7) *O continente americano:*

Um continente com três mundos diferentes.

Os Estados Unidos da América do Norte, país enorme mas de constituição física uniforme; a pequena zona de clima temperado; as suas grandes aptidões vegetais e minerais; a fraca densidade da sua população e a grande imigração; a unidade linguística dos Estados Unidos; o imperialismo americano.

O Canadá e a sua semelhança com os Estados Unidos.

A América Hispânica, as influências europeias e as influências americanas.

O México, terra de contrastes; as suas enormes riquezas e o seu fraco desenvolvimento económico.

A América Central; o Canal do Panamá; a sua vida económica; as plantações de bananas; as Índias Ocidentais.

A Colômbia, a Venezuela e as Guianas.

O Brasil, terra adoptiva do café; os recursos naturais do vale do Amazonas; a indústria e o comércio do Brasil; a colonização do Brasil pelos Portugueses; a evolução económica do Brasil.

A Argentina e o Uruguai, despensas da Europa; o Chile e os seus produtos minerais; Bolívia, Peru e Equador.

8) *A Africa:*

Um continente de colónias ou o continente preto; as zonas africanas de povoamento europeu.

Os Estados da Costa da Berberia: Argélia, Tunísia e Marrocos.

O Egipto, terra de velha civilização; o Nilo e o Canal de Suez; a Etiópia, terras de Preste João.

A África Oriental Britânica, terras de caça.

Madagáscar e a sua situação estratégica.

A União Sul-Africana, terra de ouro e de diamantes; as suas grandes pastagens.

A África Ocidental, término de linhas transatlânticas aéreas.

O Congo Belga e as suas grandes riquezas minerais.

A Libéria, primeira república negra do Mundo.

As colónias portuguesas; a sua situação privilegiada; os seus portos.

9) *Introdução à geografia económica:*

Os produtos económicos.

A produção, a circulação e o consumo.

Os factores naturais e humanos da produção: as matérias-primas; a energia; as comunicações; o capital e as suas formas; a propriedade; a mão-de-obra, a técnica e os meios financeiros.

Formas típicas da produção; a colheita dos frutos e as culturas; o desbaste das florestas e as plantações; a caça e a pecuária; a pesca e a piscicultura; as minas e a indústria; a grande indústria e a concentração das produções.

As condições do comércio; os meios de transporte, a organização financeira.

Factores do consumo: a densidade da população; a riqueza e a civilização.

II) *Geografia económica de Portugal*

10) *O meio físico português:*

A Europa, a Península Ibérica e Portugal; o destino histórico da terra portuguesa.

O território português e os seus limites; como se formou Portugal.

Características fisiográficas da terra portuguesa da quem e dalém-mar; o relevo, os rios, os climas.

Síntese da flora e da fauna dos diferentes quadros geográficos da terra portuguesa.

11) *O povo português:*

Os elementos étnicos do povo português.

A distribuição da população portuguesa.

Formas mais características da aglomeração da gente portuguesa; as cidades portuguesas.

Os povos das terras do ultramar.

O povoamento dos territórios ultramarinos pelos Portugueses; comparação do esforço dos Portugueses e dos demais povos colonizadores.

Os traços mais salientes da colonização portuguesa.

A língua portuguesa; presença de Portugal no Mundo.

12) *A estrutura económica de Portugal:*

Alguns traços da evolução económica portuguesa; o grau actual do desenvolvimento económico do País.

A divisão regional de Portugal; a opposição Norte-Sul.

A actual base agrícola e o potencial industrial; as possibilidades da indústria nacional.

As possibilidades económicas das terras portuguesas do ultramar.

A autarcia económica.

13) *As fontes de energia:*

A idade da máquina; os combustíveis.

A hulha e outros carvões fósseis.

Principais carvões nacionais; o aumento da produção dos carvões portugueses; o consumo e a importação.

A Europa é o continente que produz as maiores quantidades de carvão; as enormes reservas da América e a rapidez do seu progresso económico; os grandes recursos da Ásia e a mediocridade do seu desenvolvimento económico.

A importância da produção não é determinada só pela riqueza dos jazigos, mas também pelo desenvolvimento económico, pela existência duma mão-de-obra numerosa e pela abundância de capitais.

O comércio da hulha e as suas tendências actuais.

14) *As fontes de energia (continuação):*

Os carburantes líquidos.

O petróleo: sua origem; preferência de localização nas zonas de intensos deslocamentos da crusta terrestre.

Prováveis zonas petrolíferas portuguesas no continente e nas colónias; a importação dos produtos derivados do petróleo.

A produção do continente americano, da Rússia e da Ásia; a Europa é mediocrementemente provida; a capacidade de refinação de petróleos na Europa e na América.

A localização das indústrias do petróleo.

A importância do comércio do petróleo e a utilidade dispendiosa de que necessita.

A idade da electricidade; a vida material do mundo moderno e a energia eléctrica.

A energia eléctrica de origem térmica e hidráulica; as razões que explicam a importância da electricidade de origem térmica.

O progresso da produção da electricidade de origem hidráulica; onde são favoráveis as condições físicas e económicas do seu desenvolvimento.

O relevo e o clima de Portugal; regiões hidroeléctricas portuguesas; as centrais térmicas portuguesas; o consumo de energia eléctrica em Portugal; o plano de electrificação do País.

15) *O ferro:*

O pequeno aproveitamento do subsolo português; dados gerais da constituição geológica do País.

O ferro, o mais espalhado de todos os metais; principais minerais que o contêm.

As minas de ferro de Portugal e as condições da sua exploração.

A produção, o consumo e o comércio do ferro em Portugal.

Os principais fornecedores de ferro; a Europa é o maior produtor; as produções da América do Norte e da Rússia.

A concentração da metalurgia do ferro; a metalurgia pesada e as indústrias de transformação; os progressos que realiza em todas as partes do Mundo.

A indústria siderúrgica portuguesa, suas possibilidades; progressos em curso.

16) *Os metais não ferrosos:*

O cobre e os seus usos múltiplos; as ligas.

As minas de cobre em Portugal e colónias portuguesas; dados gerais da produção e comércio do cobre em Portugal.

Os Estados Unidos e o monopólio do cobre; os progressos da produção africana.

O alumínio e as suas grandes utilizações no mundo moderno; produtores principais.

O zinco e o chumbo encontram-se nas mesmas regiões; a riqueza do subsolo português; os empregos destes dois metais.

A antiga exploração das minas de estanho em Portugal; os principais jazigos de estanho encontram-se

na Ásia; a grande riqueza nacional do volfrâmio; as suas principais aplicações e a sua exportação.

Minerais radioactivos abundantes em Portugal; a procura actual destes minerais; a energia atómica e o seu futuro.

O ouro, metal precioso por excelência; a África, maior produtor de ouro; a produção do ouro em outros períodos históricos; as aplicações do ouro.

A prata e a platina.

O diamante, a mais importante das pedras preciosas; a produção do Congo Belga, da União Sul-Africana e de Angola; a concentração da indústria de lapidação dos diamantes.

17) *Os minerais não metálicos; a indústria química:*

As pirites de ferro e o enxofre; aplicações; alguns dados referentes à sua utilização em Portugal.

O sal comum; as marinhas portuguesas e o sal-gema.

Os materiais de construção; os excelentes mármorees portugueses e o seu comércio.

A riqueza do subsolo português em águas minerais.

A indústria química portuguesa.

Os adubos potássicos e os adubos azotados; o progresso da indústria dos nitratos sintéticos.

A indústria de explosivos.

A indústria químico-farmacêutica.

O cimento, a cerâmica e o vidro.

18) *Aproveitamentos florestais:*

As florestas; sua classificação e sua distribuição pelo Globo.

As florestas frias boreais e as florestas das regiões intertropicais; as grandes reservas de madeiras das primeiras e a sua grande produção quando comparada às segundas.

A distribuição das espécies florestais em Portugal; a conservação das florestas e a obra de repovoamento florestal de Portugal.

Produtos florestais de exportação portuguesa; as madeiras, as resinas e as cortiças; as indústrias portuguesas que se relacionam com estes produtos.

A madeira conserva a sua importância como matéria-prima essencial, apesar do aproveitamento de numerosos

produtos de substituição; o grande comércio mundial da madeira.

Indústrias derivadas das florestas da zona temperada; a indústria do papel; o comércio da pasta de papel e o seu futuro em Portugal.

19) *Aproveitamentos florestais* (continuação):

As florestas das regiões intertropicais, principais espécies do ultramar português.

A borracha e as plantas que a fornecem; a borracha de colheita e o que foi a grande produção do Brasil.

O desenvolvimento do automóvel e a extensão das plantações de borracha.

As crises da produção da borracha; um pouco da história económica deste produto.

A produção da borracha e as suas exigências materiais e humanas; a grande produção da Ásia do Sueste; possibilidades de produção do ultramar português.

A indústria da borracha; sua localização.

Os grandes mercados da borracha.

20) *A agricultura portuguesa*:

A terra, factor da produção; a agricultura intensiva e a agricultura extensiva.

A agricultura em Portugal; a percentagem da população agrícola em relação à população total de Portugal; a importância da Europa na produção agrícola.

A repartição da terra portuguesa quanto à sua utilização agrícola.

A divisão da propriedade no Norte e no Sul do País; os regimes da exploração da terra; a mecanização da agricultura.

Descrição e classificação do solo português; a hidráulica agrícola: possibilidades dos rios portugueses e enumeração das grandes obras em curso; a colonização interna.

A agricultura ultramarina portuguesa.

21) *A produção cerealífera*:

Os cereais na alimentação dos Portugueses.

O trigo, o arroz e o milho em Portugal e no ultramar português; extensão actual da cultura e possibilidades de expansão; indicação sumária de algumas variedades cultivadas e dos mais correntes processos de cultura.

O comércio português de cereais.

O grande domínio da cultura do trigo; sua fácil adaptação a climas variados; as exigências de solo e de mão-de-obra; a sua produção na Europa, Ásia, África do Norte e hemisfério sul; os consumidores principais; o grande comércio mundial do trigo; os portos exportadores e a sua aparelhagem.

A área de cultura do arroz e a sua limitação por condições humanas: a Ásia das monções; o comércio do arroz.

O milho na alimentação humana, do gado e nas suas aplicações industriais; área geográfica da produção do milho.

22) *A batata, os legumes e as frutas:*

As produções da batata em Portugal e o seu consumo.

O comércio português da batata.

A grande colheita mundial da batata; a limitação do comércio internacional da batata.

O valor económico da cultura dos legumes em Portugal e nas ilhas adjacentes; as leguminosas do ultramar português.

Os grandes produtores de legumes da Europa, América do Norte e Ásia das monções; a importância limitada do comércio dos legumes.

As esplêndidas condições da fruticultura em Portugal; o comércio português das frutas; algumas frutas do novo ultramar.

As excelentes conservas portuguesas de frutas.

A extrema variedade da produção mundial de frutas; a produção de frutas nos Estados Unidos e na Europa mediterrânea; os grandes produtores de frutos tropicais; a indústria do frio e o comércio das frutas.

23) *A oliveira e outras oleaginosas:*

A oliveira e outras oleaginosas das regiões temperadas; o declínio da cultura destas últimas.

A área ocupada em Portugal pela oliveira; os distritos de maior produção; o comércio do azeite português; a oliveira na região do Mediterrâneo.

As oleaginosas dos países quentes são hoje os principais fornecedores de gorduras vegetais; o amendoim, o algodoeiro, o coqueiro, a palmeira de azeite; as condições da sua produção nos nossos domínios africanos; os maiores produtores; as suas principais aplicações.

A soja, oleaginosa exótica de brilhante futuro nos países temperados; o seu interesse alimentar e o seu interesse industrial.

24) *As plantas industriais:*

As plantas industriais que se dão no território português.

A cultura do linho e a indústria doméstica; as suas aplicações industriais; regiões produtoras em Portugal e no Mundo; o recuo da sua produção e a transformação da distribuição geográfica; a produção do cânhamo.

A produção do algodão dependente de causas naturais e das necessidades dos países manufactureiros de se proverem de matéria-prima em territórios dependentes.

Os Estados Unidos, produtor antigo; a Índia e o Egipto, produtores modernos; a produção portuguesa.

A concentração dos mercados de algodão.

A seda, têxtil de luxo; a grande produção do Extremo Oriente, determinada mais pelas facilidades de mão-de-obra do que pelas condições naturais.

O antigo monopólio europeu da fabricação dos têxteis de seda; a produção maciça actual dos Estados Unidos e do Japão.

Têxteis secundários de origem tropical; têxteis artificiais.

25) *A vinha:*

O vinho é a mais apreciada das bebidas fermentadas.

A vinha, cultura nacional por excelência; a área ocupada em Portugal pela cultura da vinha; o seu limite em altitude; a cultura da vinha no Douro.

Os tipos de vinhos portugueses; as variadas regiões vinícolas de Portugal.

A exportação de vinho; a fama dos vinhos portugueses no estrangeiro.

O vinho, bebida dos povos latinos; a produção da França e da região mediterrânea; outros produtores de vinho.

A cerveja é a mais espalhada das bebidas fermentadas; o seu consumo nos povos de origem germânica e escandinávica; a produção da cerveja é maior que a do vinho, mas o seu comércio é muito menos importante.

26) *Bebidas não alcoólicas:*

A grande importância do comércio mundial do café; a transplantação da cultura do café da África para a América.

As condições naturais e humanas da cultura do café; as zonas de distribuição da cultura; principais cafés portugueses.

A produção da América e das Índias Neerlandesas.

A crise de superprodução de 1939.

O chá, bebida de metade do género humano; a grande área da sua cultura; as grandes exigências de mão-de-obra.

A produção da Ásia das monções; monopólio da produção e consumo do Império Britânico.

A cultura do chá em território português.

Portugal já foi o primeiro produtor mundial de cacau; pequena história da produção do cacau em S. Tomé; a grande produção africana deste produto de origem americana; outros produtores espalhados pelo Mundo.

O cacau é uma bebida e a matéria-prima do chocolate.

27) *O açúcar:*

As plantas do açúcar.

Todos os climas quentes convêm à cana-de-açúcar; o ultramar português e a área de distribuição da cana-de-açúcar.

A limitação da cultura pelas exigências do solo, mão-de-obra e capitais abundantes; a produção das colónias portuguesas e do arquipélago da Madeira e o seu destino.

As grandes produções das regiões limítrofes do mar das Antilhas e da Ásia das monções.

Os climas temperados permitem a cultura da beterraba; as condições de solo e de mão-de-obra necessárias.

A grande zona de produção que se estende da Grã-Bretanha à Rússia.

Ligeira história da concorrência cana-beterraba.

A produção do açúcar no Mundo.

28) *Pastorícia e riqueza pecuária:*

A caça e a pastorícia nómada; os efectivos do armento nacional, sua distribuição e seu valor económico.

A criação de gado no Mundo; as terras que se lhe consagram.

O progresso contínuo da criação de bovinos e de suínos.

Uma criação estacionária — a de carneiros — e uma criação em recuo — a de cavalos.

As zonas de grande produção da carne não correspondem exactamente às zonas de grande criação; a grande produção da América do Sul.

A Europa industrial é o grande mercado de compra; o comércio da carne tem uma amplitude comparável ao do trigo; a indústria do frio e o progresso dos transportes.

Carneiros produtores de boa lã; a produção dos países novos de vegetação estépica e povoamento europeu.

A concentração na Europa da indústria da lã.

As matérias gordas de origem animal.

O leite como bebida e como matéria-prima dos lacticínios; os produtos derivados do leite constituem a parte mais importante das gorduras animais; a indústria dos lacticínios em Portugal.

Outras gorduras animais; indústrias portuguesas que se lhe consagram.

29) *O mar e a economia:*

As costas de Portugal e o relevo submarino; sua breve descrição.

A actividade piscatória dos Portugueses, nomeadamente nas pescas da sardinha, do atum e do bacalhau.

O lugar do peixe na alimentação da humanidade; as indústrias que derivam da pesca.

As principais pescarias do Mundo; a pesca emprega uma utensilagem cada vez mais aperfeiçoada; as pescas comerciais de água doce.

Outros produtos fornecidos pelo mar; a ostreicultura em Portugal.

A indústria das conservas do peixe em Portugal e outras regiões, principalmente a Europa; a exportação portuguesa das conservas.

30) *As indústrias portuguesas:*

As diferenças entre a actividade agrícola e pecuária e a actividade industrial; épocas de prosperidade da indústria em Portugal.

Condições que dificultam o progresso rápido da indústria nacional; ligeira classificação das nossas indústrias.

As indústrias extractivas; a exploração florestal e as explorações minerais; zonas industriais que lhes correspondem.

As indústrias de transformação.

A indústria têxtil; sua evolução histórica; o *deficit* de matérias-primas e a sua importação.

Enumeração, com revisão de conhecimentos já adquiridos, de outras indústrias de transformação existentes no nosso país.

Estatística da população industrial portuguesa.

As indústrias novas recentemente instaladas; o plano de fomento industrial em execução; as indústrias das nossas colónias.

As grandes regiões industriais do Mundo.

31) *As vias de comunicação terrestres:*

A evolução dos meios de transporte; o transporte humano, a tracção animal, os veículos primitivos; as vias de comunicação antes do automóvel; o caminho de ferro e as suas conquistas técnicas; a substituição das fontes de energia; a estrada e o automóvel; os progressos da construção de estradas; os mútuos serviços que se prestam ao caminho de ferro e a camionagem.

As condições da circulação em Portugal.

A rede das estradas portuguesas; o seu extraordinário desenvolvimento nos últimos anos; as estradas romanas.

As linhas férreas de Portugal metropolitano e ultramarino; a ligação de Portugal com a Espanha e a Europa; as grandes linhas férreas do Mundo.

A navegação fluvial do Mundo; as vias fluviais portuguesas; os rios de Portugal e do ultramar português.

32) *As vias de comunicação marítimas:*

A navegação marítima; sua evolução; a vela e o vapor; as grandes companhias e as marinhas mercantes de hoje; os canais interoceânicos.

A ligação de Portugal com o Mundo; os portos de Portugal metropolitano e ultramarino e os grandes serviços que prestam à navegação mundial; a nossa marinha mercante.

As principais linhas de navegação; os grandes portos mundiais, sua classificação, sua localização e suas funções principais.

Articulação dos transportes terrestres com as linhas de navegação.

33) *As vias de comunicação aéreas:*

A navegação aérea; o progresso dos aparelhos voadores.

Linhas aéreas nacionais. Portugal, precursor da navegação aérea.

A excelente posição de várias terras portuguesas nas grandes linhas internacionais e intercontinentais; alguns dados numéricos do movimento dos nossos aeroportos.

A importância crescente da navegação aérea.

Os correios, os telégrafos e os telefones; cabos submarinos.

Telegrafia e telefonia sem fios.

34) *O comércio português:*

Dados gerais referentes ao comércio geral e comércio especial; as excelentes condições de Portugal para o desenvolvimento do comércio geral; o desenvolvimento do comércio externo português.

Balança comercial e balança de contas; sua evolução.

As importações que mais avultam pelo seu valor; as nossas principais exportações; a difusão geográfica dos nossos produtos de exportação.

Os compradores e os fornecedores de Portugal; o nosso comércio com as províncias ultramarinas.

O comércio de Portugal ultramarino.

As bases do comércio internacional.

35) *Síntese do Mundo Português:*

Portugal na carta política da Península Ibérica.

A irradiação de Portugal no Mundo; os marinheiros, os exploradores e os missionários portugueses, os padrões dos descobrimentos.

Os núcleos de população portuguesa no estrangeiro.

Portugal não é um país pequeno!

Nota. — Haverá um *compêndio* de geografia.

História Geral e Pátria

No programa que se segue, composto em grandes quadros, especialmente consagrados ao estudo sumário dos elementos orgânicos da civilização ocidental ou atlântica e dos grandes acontecimentos que contribuíram para o património histórico que a constitui, procura dar-se a conhecer ao aluno o ciclo evolutivo da mesma civilização. O objectivo final consiste em, na medida do possível, torná-lo capaz de compreender o presente, tomando consciência da forma como, por desenvolvimento, ele sai do passado. Consequentemente importa em cada época estudar apenas os factos dominantes e verdadeiramente representativos, devendo como tal considerar-se não os mais espectaculares ou de maior retumbância política, mas os que maior influência exerceram na evolução dos povos e da humanidade, aqueles cujas consequências atingiram o mundo contemporâneo. Fixe-se, pois, a atenção dos alunos naqueles factos, instituições, ideias ou figuras que constituem o que podemos chamar as *nervuras* da história.

O evento isolado na sua singularidade pode ser objecto de investigação; não interessa, porém, ao ensino ministrado nas escolas médias. O que aqui interessa é a inteligência do facto, a sua explicação, quer dizer, a sua posição relativa na série de causas e efeitos, e designadamente a sua projecção na vida cultural, social, política, económica ou religiosa dos povos.

Para as lições de história pátria do ciclo preparatório recomendou-se abertamente um método sugestivo, de tom poético e andamento heróico, como o mais próprio para mover a imaginação dos alunos, naturalmente ainda insensíveis à fria objectividade científica. Agora, com outra idade, de crer é que se mostrem já aptos a, num primeiro esforço reflexivo, ensaiarem as suas faculdades críticas na análise dos factos postos ao seu alcance. Quanto à história de Portugal, estes são afinal os mesmos. Sòmente se desloca o ponto de vista, para obter mais ampla perspectiva ou exame mais demorado e não para rectificar o que anteriormente se ensinou.

Porque se deseja uma história explicativa e não memorialista ou meramente narrativa, tanto o professor nas suas lições como o autor no seu compêndio hão-de sacrificar o episódico e momentâneo ao que, na pers-

pectiva do tempo, se prolonga pelos acontecimentos futuros e assume assim valor permanente. Isto não significa que se ponha de lado aquilo que pode concorrer para uma exposição viva, animada e atraente, requisitos indispensáveis a uma boa lição de história. Significa apenas que se exige aprofundamento compatível com o âmbito do curso, seriedade de processos e método rigoroso de análise para que à síntese a elaborar pelo aluno não faltem os elementos necessários.

Não queira o professor ensinar muito porque tal desígnio lhe fará correr o risco de não ensinar nada. Contente-se com versar os factos mencionados no programa e esforce-se por que, em relação aos essenciais, os alunos apreendam com nitidez, em análise equilibrada e conscienciosa, o sistema de ligações que os encadeiam aos seus antecedentes e às suas mais remotas consequências, pois só assim adquirem significação e podem ser compreendidos e legitimamente interpretados.

Por certo que essa reflexão sobre os factos tem de ajustar-se à capacidade dos alunos, aos limites do seu modesto património cultural. Igualmente certo é porém que, só praticando-a, a história deixará de ser um passatempo ou uma fastidiosa enumeração de nomes e datas para assumir o valor de autêntica *disciplina*. Ao professor cabe discernir até onde, por esse caminho, lhe é lícito conduzir a sua turma.

Estudando as origens das instituições actuais, avaliando o que nelas é obra de experiência secular gradualmente acumulada, apercebendo-se das condições históricas da sua continuidade, o aluno sentir-se-á conduzido a estimá-las e a respeitá-las na integridade das características que lhes garantem a sobrevivência. Algumas vezes será de adoptar nestes estudos o *método regressivo*, partindo da observação da sociedade actual, que se tomará como centro de interesse. Assim se facilita a compreensão dos factos históricos e pode suscitar-se, em torno deles, a reflexão crítica dos alunos.

Conforme à concepção que ficou esboçada, não se fará em separado o ensino da história geral e da história pátria, antes uma e outra devem articular-se o mais intimamente possível, tomando a evolução da nacionalidade como eixo ordenador da matéria. Sempre para Portugueses o centro do Mundo há-de ser Portugal.

A história dos outros povos, das ideias e das instituições de carácter geral será estudada em função da história do povo português, na medida, portanto, em que interfere na sua evolução: ou porque sejamos participantes de valores por outrem criados, ou porque sejam os demais povos beneficiários da nossa acção civilizadora, ou ainda porque de qualquer modo a influência alheia se projecte no horizonte histórico e espiritual do Mundo Português.

A aula de História é daquelas em que o professor mais tem de falar e consequentemente em que mais facilmente «corre o risco de falar de mais».

Uma exposição seca e prolongada cansa depressa a atenção do aluno, se o professor não souber animá-la e torná-la viva mercê dos recursos que lhe fornece o mapa, a gravura, o quadro, a imagem animada ou fixa. Os mapas, especialmente aqueles em que se fixem os itinerários das grandes viagens e explorações ou o curso das migrações e invasões, podem quase sempre ser elaborados pelos próprios alunos. Por isso se recomenda o recurso constante a estes meios, sempre fáceis de encontrar pelo professor curioso e interessado, com o concurso dos alunos, sempre dispostos a reunirem colecções de imagens e outro material quando o mestre os sabe guiar e consegue despertar o seu interesse. Igualmente são de aconselhar a consulta de documentos facilmente acessíveis e de crónicas e narrativas coevas, de tão saboroso e sugestivo encanto e de tão grande proveito pedagógico, bem como a leitura de obras de reconstituição histórica, páginas de Fernão Lopes, da *História Trágico-Marítima*, de *Os Lusíadas*, de *Frei Luís de Sousa*, de Alexandre Herculano, de Oliveira Martins (*Filhos de D. João I* e *Vida de Nun'Alvares*).

Para exercícios escritos nada melhor do que habituar o aluno a fazer juízo por si, a investigar, a consultar, a ler. Para isto basta que o professor o auxilie com a sua experiência, lhe indique a bibliografia aproveitável, o anime no seu trabalho pessoal, o entusiasme para que não pare no caminho. Exercícios que se limitam a copiar o livro ou a reproduzir a lição do professor não servem de estímulo ao estudante. Trate, antes, o professor de pôr problemas que despertem a curiosidade do aluno e deixe que este os resolva mercê

do seu esforço pessoal. Assim praticará método activo e do melhor.

Hão-de surgir naturalmente *monografias* que constituirão óptimos exercícios de adestramento mental. Qualquer que seja o valor dessas *produções*, há-de o professor apreciá-las com ampla e compreensiva benevolência. Louve sempre que possa e anote caridosamente as deficiências, sem comentários que firam ou inibam o espírito de iniciativa dos alunos. Seleccione os trabalhos e promova a transformação dos melhores em *conferências*, a realizar nas aulas ou em sessões culturais destinadas a diversas turmas, ou em *ensaios* a publicar no jornal escolar.

Mas outras oportunidades oferece ainda o estudo da História ao trabalho pessoal dos alunos, deixando-se a cada um naturalmente a escolha do género que mais lhe agrada: reprodução, em caderno, de documentos ou de breves textos históricos (talvez haja calígrafos-artistas capazes de tentarem a *iluminura*); desenhos de momentos (se possível colhidos em visitas de estudo), de armas e instrumentos, de símbolos e bandeiras; construções plásticas em que se reconstituam castelos, naus, alfaias agrícolas, utensílios ou aparelhos industriais. Nem lhes falte, para a realização dos seus projectos, o auxílio do professor de Português ou de Desenho e também do mestre de oficinas, se os há na escola.

Ao 1.º ano é reservado o estudo da Antiguidade e da Idade Média, de tal forma que o programa possa ser integralmente cumprido dentro do tempo marcado.

No ensino da Pré-História só interessa frisar o desenvolvimento da actividade do homem primitivo e a vitória da sua inteligência sobre a natureza envolvente, sem descer a pormenores escusados.

O estudo da Antiguidade Oriental serve de introdução à Antiguidade Clássica, de mera introdução, entenda-se bem. Nestas condições basta que o professor assinala com precisão as características diferenciais da civilização de cada um dos povos mencionados, com o que não deve ocupar mais de três a quatro lições.

No estudo da Civilização Clássica já é de desejar exposição mais longa, não só porque se trata de povos de cultura complexa, mas ainda devido à contribuição que forneceram para a civilização europeia, para a nossa

civilização actual. Torna-se, por isso, necessário, antes de expor as características especiais do classicismo greco-romano, fazer uma digressão através da sua história, digressão embora rápida, mas nunca inorgânica ou desprovida de unidade.

O advento do Cristianismo, pela sua importância transcendente, merece estudo especial. Nem qualquer estudante de História pôde algum dia honestamente fechar os olhos à excelsa luz que dessa augusta fonte se derrama sobre todos os séculos futuros.

Com a invasão dos Bárbaros entra-se no estudo da Idade Média. Durante este longo período o que importa é ver como a Europa conseguiu libertar-se do caos das invasões, organizar-se e constituir a Cristandade. Importa, pois, principalmente, a análise dessas forças construtivas — a Igreja, o Feudalismo, a Cavalaria — e por fim verificar como as últimas se desagregaram perante o movimento ascensional da burguesia e como vieram a nascer os governos centralizados e a afirmar-se as novas nacionalidades.

Nesta evolução, estudada em quadros orgânicos bastante vastos, acompanha-se o desenvolvimento crescente do Estado Português e traça-se simultaneamente o panorama das aquisições culturais da Idade Média. No seguimento deste plano deve o professor ter em vista principalmente a catolicidade da civilização medieval e a influência da Igreja em todas as manifestações de cultura.

O programa destinado ao 3.º ano inicia-se com o estudo da Idade Moderna. Durante este período a Europa procura ultrapassar o bloco infiel, expandir-se para outros continentes. O Europeu torna-se o homem universal. Por isso os descobrimentos marítimos marcam, de maneira decisiva, o início e o carácter da civilização moderna, à qual o Renascimento italiano imprime cunho especial. Este movimento é prejudicado pela advento da Reforma, que tem como consequência a divisão definitiva da Europa, em cujas instituições políticas triunfa o princípio do governo absoluto dos reis.

No desenvolvimento deste plano deve o professor pôr em relevo o papel preponderante de Portugal, a sua importância na civilização mundial, a sua contribuição para a formação da cultura universal.

A Idade Contemporânea é dominada, até aos nossos dias, pelas ideias da Revolução Francesa. Não se faz mais, por isso, do que seguir o alastrar destas ideias, com os consequentes resultados mundiais, até ao embate dos grandes imperialismos modernos.

Não se esqueça ainda o professor de, pela fácil concatenação dos factos, tornar patente o drama multissecular que condensa e sintetiza todo o sentido humano da nossa civilização: às investidas periódicas das forças brutas e tumultuárias de Leste, o Ocidente responde com as forças espirituais da sua superior capacidade de resistência ou do seu nobre poder de criar, pela ordem, o equilíbrio.

E termine o curso com a grande lição da actualidade e com um acto de fé no futuro. No meio de tantas ruínas provocadas em lutas gigantescas, pelas paixões inferiores dos homens e em face dos extraordinários perigos que, nesta época de crise, mais uma vez, ameaçam a secular Cristandade Ocidental, Portugal continua fiel ao seu destino de *fronteiro* da Europa e oferece ao Mundo o exemplo da sua vida pacífica e construtiva, até por estranhos apontada como modelo a tantos povos perturbados pelas incertezas do seu futuro, quando não da sua própria sobrevivência. Que os novos portugueses levem da Escola para a viver e continuar dignamente, a lição da história da sua Pátria. Destinem-se, pois, as últimas aulas à elaboração, podendo ser pelos próprios alunos, de uma breve síntese da evolução histórica de Portugal.

Haverá um compêndio, num volume, para os dois anos. Este compêndio deve ser acompanhado de abundantes gravuras, dotadas de interesse didáctico, e de mapas auxiliares da exposição.

Exige-se um livro claro, preciso, luminoso, atraente e de apresentação irrepreensível.

2.º ano

I) Introdução

1) *Tempos pré-históricos:*

O modo de vida do homem primitivo; nomadismo e sedentarismo. O cultivo da terra e a fundação das *ciudades*.

A Idade da Pedra e a Idade dos Metais.

Os habitantes pré-históricos da Península Hispânica; os castros e as citânias.

Os povos primitivos actuais.

2) *Antiguidade oriental:*

Egípcios, Caldeus, Assírios, Fenícios, Hebreus e Persas. O ambiente geográfico-económico.

O vale do Nilo e a agricultura. Vida social dos Egípcios. A religião e a arte. A Mesopotâmia. Vida social; o Código de Hamurabi. A arte caldaica. O comércio fenício: a navegação, as feitorias e as colónias.

Origem dos Hebreus. A Palestina. Moisés. *Um só Deus verdadeiro*: O messianismo. Os profetas. A Bíblia.

O planalto do Irão. O império persa. Conceção religiosa (Zoroastro).

II) *Antiguidade clássica*

3) *O povo helénico:*

Quadro geográfico. Lendas e mitos. A colonização. A Grande Grécia. Os Gregos na Península Hispânica e a Península nos mitos gregos. O espírito particularista. A cidade espartana e a cidade ateniense; confronto da organização política e social de uma e outra. Os factores de unidade (a língua, a religião, os jogos). O perigo persa. Vitória do Ocidente. Hegemonia de Atenas. A arte e a literatura gregas. Rivalidades entre os Gregos. Intervenção da Macedónia. Alexandre Magno. O helenismo.

4) *O povo romano:*

Importância da posição geográfica de Roma. Origem da cidade. A república aristocrática. O Senado e as magistraturas. As lutas sociais. Forma-se o direito. As guerras púnicas. Os Romanos na Península Hispânica. A Península pré-romana, sua evolução. Os Lusitanos: Viriato e Sertório. As grandes conquistas e suas consequências: a helenização de Roma; transformações sociais e políticas; o poder pessoal. As lutas civis. César e a conquista da Gália. O império; instabilidade do governo imperial. A civilização romana (o exército,

o direito, a religião, a arte e a literatura). Romani-
zação das províncias (os *castra stativa*, as colónias, as
cidades federadas, os municípios), especialmente da
Península Hispânica. Imperadores, chefes militares e
escritores hispano-romanos. Antiguidades romanas em
Portugal (as cidades, as estradas, as vilas).

Características da civilização antiga. Os cidadãos e os
escravos. Os nacionais e os bárbaros ou gentios.

5) *O cristianismo:*

Jesus Cristo. O Evangelho. A formação da Igreja.
A face da Terra será renovada! As perseguições. Difusão
do cristianismo. O Evangelho na Península Hispânica.

III) Idade Média

6) *Os bárbaros:*

Sua admissão no Império. Os exércitos mercenários.
As hordas a caminho do Ocidente; as grandes invasões.
Queda de Roma. Fixação dos Suevos, Visigodos, Francos
e Anglo-Saxões. A organização dos primeiros Estados;
o império visigótico. Baptismo dos bárbaros.

7) *Os Árabes e o islamismo:*

Mafoma e o Alcorão. Expansão dos Árabes. O assalto
à Europa. Domínio muçulmano na Península. A civilização
muçulmana.

8) *Organização da cristandade ocidental:*

A Santa Sé e o poder temporal dos papas. O império
de Carlos Magno. Origens da França e da Alemanha.
O movimento monástico. S. Bento.
O Feudalismo e a Cavalaria.

9) *Defesa da Cristandade:*

Novo ataque de Leste. As cruzadas do Oriente. A Cru-
zada Peninsular: os novos Estados cristãos.

A fundação de Portugal. — O apoio da Santa Sé.
Expulsão dos Mouros. As ordens militares. O auxílio
dos cruzados.

Consequências gerais das cruzadas: a navegação e o comércio; dissolução dos vínculos feudais; emancipação progressiva da classe popular.

10) *Origem da burguesia:*

O desenvolvimento das cidades. Influência dos mosteiros. As comunas. As repúblicas italianas e flamengas. As corporações, as companhias e as hansas. Primórdios do capitalismo moderno. Os bancos.

11) *Formação de Portugal:*

Ação das forças organizadoras: a realeza; o episcopado; as ordens religiosas (Santa Cruz, Alcobaça, S. Vicente de Fora); a nobreza secular; o povo e os concelhos. As cortes gerais da Nação.

O fomento económico. Acção de D. Dinis e de D. Fernando. A actividade marítima; relações com a Flandres e a Inglaterra; a aliança inglesa.

O fomento cultural. Fundação da Universidade (acção do rei e do alto clero). A arte românica e gótica. O movimento cultural e artístico da Europa na Idade Média.

12) *Evolução da Inglaterra e da França.*

A *Magna Carta* e as origens do parlamentarismo. Lutas entre a Inglaterra e a França. A nova táctica militar; decadência da cavalaria; os exércitos permanentes.

13) *A crise portuguesa do fim do século XIV:*

Os antecedentes. A sucessão do reino. O Mestre de Avis e Nun'Álvares. A acção do povo. As invasões castelhanas. A nova táctica em Portugal. As cortes de Coimbra (João das Regras). A nova dinastia e a nova sociedade.

14) *A Europa no século XV:*

O desenvolvimento do poder real; circunstâncias que o favoreceram. A França (Luís XI); unificação da Espanha (os Reis Católicos); Alemanha (ascensão da Casa de Áustria); Portugal (a lei mental, as *Ordenações*, acção de D. João II).

Os grandes inventos; suas consequências.

Novos bárbaros a Leste. Queda de Constantinopla.

IV) Idade Moderna

15) *Réplica do Ocidente:*

Os Descobrimentos. — Situação atlântica de Portugal. Desenvolvimento naval. O comércio do Oriente e as suas estradas. O bloco infiel. O infante D. Henrique e a sua obra. Os Portugueses em Marrocos e nas ilhas atlânticas. A costa de África. Acção de D. João II. A Espanha no mar. O descobrimento da América. O tratado de Tordesilhas.

A chegada à Índia e ao Brasil. À volta da Terra. O Império Português: Afonso de Albuquerque; o monopólio oriental.

Consequências espirituais, económicas e sociais dos Descobrimentos. A arte manuelina. Os Descobrimentos e o mundo moderno.

16) *O Renascimento:*

Antecedentes. O renascimento artístico e literário na Itália. Difusão pela Europa. O Renascimento em Portugal. Camões.

17) *A Reforma:*

Origens. A Reforma na Alemanha, na França e na Inglaterra. Breve referência às lutas religiosas.

18) *A Contra-Reforma:*

A acção da Igreja. A Inquisição. As novas ordens religiosas. Os jesuítas. Portugal na Contra-Reforma; a evangelização do Mundo.

19) *Nova crise portuguesa:*

Evolução do Império do Oriente. A política marroquina de D. Sebastião. A perda da independência. Administração dos reis espanhóis; ruína do monopólio comercial.

20) *O equilíbrio europeu:*

A França de Richelieu e de Luís XIV; o absolutismo e o mercantilismo (Colbert).

A Inglaterra dos Stuarts; as duas revoluções; desenvolvimento do poder naval inglês; as companhias. O parlamentarismo moderno.

21) *A Restauração de Portugal:*

Antecedentes. A Espanha na guerra de trinta anos. Estímulos externos. A conspiração da nobreza. Expulsão dos Holandeses do Brasil e de Angola. Renovação da aliança inglesa. As últimas campanhas militares.

Desenvolvimento económico do País nos séculos XVII e XVIII. As minas do Brasil. Auxílio às indústrias. O mercantilismo em Portugal; as companhias (Pombal).

O absolutismo *esclarecido*: perseguição à nobreza. A vida cultural e artística: as academias; o barroco.

22) *As novas potências:*

Evolução da Prússia (Frederico II). Abatimento da França e da Áustria. A expansão colonial da Inglaterra.

A intervenção da Rússia: reformas de Pedro, o Grande.

Formação dos Estados Unidos da América.

23) *O movimento científico e intelectual:*

A electricidade, a química; a invenção da máquina a vapor. Reacção contra o mercantilismo: os fisiocratas. O iluminismo.

V) *Idade Contemporânea*24) *A Revolução Francesa:*

Antecedentes. A monarquia constitucional. A guerra. A Convenção e a república. O Terror. A caminho do império. A obra da Revolução.

Napoleão contra a Europa. O bloqueio continental. As invasões francesas. A campanha da Rússia. Congresso de Viena.

A restauração em França. O reino dos Países Baixos.

25) *As revoluções liberais:*

O «vintismo» (Espanha e Portugal). A independência do Brasil. A contra-revolução. A sucessão de D. João VI e de Fernando VII. A Carta Constitucional. Aclamação de D. Miguel. *A revolução de Julho* e suas consequências. Separação da Bélgica e da Ho-

landa. A guerra civil em Portugal. O novo regime. Abolição das antigas corporações de artes e ofícios e das ordens religiosas.

A segunda república e o segundo império na França.

26) *Unificação da Itália e da Alemanha:*

Expulsão dos Austríacos da Itália. Fortalecimento da Prússia. O reino da Itália (Vítor Manuel e Garibaldi). Acção de Bismarque. A guerra franco-prussiana: queda do poder temporal do Papa; a terceira república em França; formação do Império Alemão.

27) *Progressos técnicos e evolução económica do século XIX.*

As estradas. O caminho de ferro. A navegação a vapor. O industrialismo. Concentração capitalista. O pauperismo. O socialismo. A doutrina e a acção social da Igreja.

28) *Evolução do regime constitucional em Portugal:*

A regeneração e o «fontismo». A abolição da escravatura e da pena de morte. O desenvolvimento da instrução pública, com referência à instituição do ensino técnico.

As lutas partidárias. Acção de D. Carlos. O regicídio. Proclamação da República.

29) *A partilha de Africa:*

O movimento das explorações. Conferência de Berlim. Os direitos de Portugal. O mapa cor-de-rosa. O ultimato de 1890. Ocupação do império. Mouzinho de Albuquerque.

30) *As grandes forças do mundo contemporâneo:*

O Império Britânico (a era Vitoriana). Desenvolvimento dos Estados Unidos. A ascensão do Japão. O pan-germanismo e o pan-eslavismo.

As duas grandes guerras do século XX. O imperialismo russo e a liberdade cristã e atlântica. Posição portuguesa.

31) *Síntese da história de Portugal.*

Aritmética e Geometria ⁽¹⁾

I) Medições e contagens; números:

- a) O sistema métrico decimal; conversões e equivalências;
- b) Números complexos: medidas de tempo e de ângulos (sistema sexagesimal); o sistema monetário inglês. Redução de complexos a incomplexos e de incomplexos a complexos;
- c) Representação gráfica: interpretação de histogramas e gráficos cartesianos.

II) *Operações aritméticas*: estudo elementar com base em problemas concretos:

- a) Adição de várias parcelas; propriedades comutativa e associativa;
- b) Subtração; propriedade fundamental;
- c) Multiplicação (a partir duma soma de parcelas iguais); multiplicação de mais de dois factores; propriedades associativa e comutativa; multiplicação de um número por uma soma e por uma diferença; propriedade distributiva;
- d) Áreas de quadrados e volumes de cubos; noção de potência; tábuas de quadrados e cubos; potências de expoente superior a 3; operações elementares com potências; multiplicação e divisão de potências com a mesma base ou de expoente igual; potência de potência;
- e) Divisão exacta: múltiplos e divisores; divisão com resto: adicionando o resto ao produto do divisor pelo quociente obtém-se o dividendo; divisão pelas potências de 10: números decimais; quociente de dois números, inteiros ou decimais, com uma dada aproximação;
- f) Problemas de reversão sobre áreas de quadrados: raiz quadrada; cálculo de raízes exactas, utilizando as tábuas de quadrados; regra para a extracção da raiz quadrada de um número

⁽¹⁾ Aprovado pela Portaria n.º 15 546, de 19 de Setembro de 1955.

inteiro ou decimal com uma dada aproximação;

- g) Cálculo do valor de expressões numéricas simples.

III) *Geometria intuitiva*: revisão de conceitos já adquiridos, baseada em verificações feitas pelos alunos (dobragens e outros trabalhos manuais simples):

- a) Ângulos: ângulo nulo, ângulo raso, ângulo recto, ângulo agudo, ângulo obtuso, ângulo côncavo e ângulo giro;
- b) Circunferência e ângulo ao centro; medições com o transferidor;
- c) Igualdade e desigualdade de ângulos; soma e subtração de dois ângulos; ângulos complementares e suplementares; ângulos verticalmente opostos; ângulos de lados paralelos e lados perpendiculares; ângulos correspondentes, alternos-internos e alternos-externos;
- d) Ângulo interno e ângulo externo de um triângulo e de qualquer polígono convexo; soma dos ângulos externos; soma dos ângulos internos.

IV) *Geometria intuitiva* (continuação):

- a) Triângulos: relações entre os seus elementos; alturas de um triângulo; casos de igualdade de triângulos;
- b) Quadriláteros; trapézios e paralelogramos; propriedades mais importantes;
- c) Circunferência; arco, raio, corda e diâmetro; secante e tangente; posição relativa de duas circunferências;
- d) Círculo; segmento de círculo, sector circular e coroa circular;
- e) Determinação experimental do valor de π ; perímetro da circunferência;
- f) Polígonos inscritos e circunscritos;
- g) Equivalência de figuras planas; áreas de rectângulo, quadrado, losango, paralelogramo, triângulo e trapézio; áreas de polígonos regulares e irregulares; áreas do círculo, do sector circular, do segmento de círculo e da coroa circular;

- h) Prismas, pirâmides, cilindros e cones; planificação e área das suas superfícies (apenas se consideram os casos do prisma recto, da pirâmide regular e dos cilindros e cones de revolução); volume dos sólidos indicados (simples enunciado, verificando-se, todavia, experimentalmente, a relação entre volumes de prismas e de pirâmides, de cilindros e de cones, com a mesma base e a mesma altura);
- i) Área da superfície esférica e volume da esfera (simples enunciado).

V) *Aritmética:*

- a) Múltiplos e divisores; restos da divisão de um número inteiro por 10 e potências de 10, por 2 e 5, por 9 e 3; critérios de divisibilidade por esses números;
- b) Números primos; tabela de números primos inferiores a 1000; decomposição de números compostos em factores primos;
- c) Divisores comuns a dois ou mais números; máximo divisor comum; aplicações; múltiplos comuns a dois ou mais números; menor múltiplo comum; aplicações;
- d) Números fraccionários: estudo elementar com base em problemas simples:
- 1) Fracções próprias e sua representação geométrica; fracções impróprias (números mistos); expressão fraccionária de números inteiros e decimais;
 - 2) A fracção representa um quociente exacto;
 - 3) Comparação de fracções; fracções equivalentes; simplificação de fracções;
 - 4) Adição e subtracção de fracções com o mesmo denominador; multiplicação e divisão de fracções;
 - 5) Redução ao menor denominador comum; operações com fracções: sistematização sob a forma de regras;
 - 6) Expressões numéricas (simples) de números fraccionários.
- e) Relações entre grandezas variáveis; grandezas proporcionais; proporcionalidade directa e in-

versa; applicações dos conceitos de proporcionalidade: regra de três simples (directa e inversa); regra de três composta;

- f) Revisão do conjunto de conhecimentos adquiridos, com applicação em problemas sobre casos concretos e autênticos da prática usual (preços, compras, vendas, lucros, despesas, consumos, leituras de aparelhos de medida, medidas de tempo e de ângulos, velocidades, transportes, percentagens, etc.).

Cálculo Comercial

1) Esta disciplina pertence ao curso geral de comércio e ao de esteno-dactilógrafo; os tempos lectivos semanais são de três horas no 1.º ano e duas no 2.º. Os alunos que pretendam ingressar nos institutos comerciais frequentarão, no 3.º ano do curso, um ano complementar de Matemática, com quatro horas semanais.

A limitação do número de horas semanais atribuídas à disciplina condiciona a distribuição da matéria pelos seus dois anos e a extensão do próprio ensino. Será necessária uma certa experimentação dos novos programas para se verificar se o tempo chega para leccionar convenientemente as matérias apontadas; mas supõe-se desde já que sim, desde que haja o cuidado de graduar convenientemente a extensão de cada rubrica.

2) Damos por repetidas aqui as observações juntas ao programa de Matemática dos cursos industriais no que respeita à preparação que os alunos trazem do ciclo preparatório e à maneira de a aproveitar.

Também aqui o ensino da Matemática será necessariamente activo e de exercício quotidiano por parte dos alunos; o que implica para o professor uma acção e uma attitude bastante diferentes das que eram usuais com os processos da outra escola.

Como se disse ali, «que seja o aluno dentro da aula um ser activo que pensa por ele e não pela cabeça do professor, que executa e trabalha sem se limitar a copiar o que o mestre escreve no quadro ou o que o colega do lado registou no seu caderno».

3) Do objectivo fundamental da disciplina destaca-se o propósito de fornecer ao aluno a possibilidade de adquirir bons instrumentos de actuação na vida, mormente na vida profissional: um bom domínio nas téc-

nicas de cálculo mais comumente usadas e recomendadas, uma certa desenvoltura no cálculo mental, o necessário sentido prático na resolução das questões correntes.

Não se descuidará, evidentemente, o valor formativo da Matemática, os hábitos de expressão clara, concisa e correcta a que conduz, as faculdades de generalização e sistematização que pode criar e desenvolver.

4) Embora o ensino de Geometria não faça parte, propriamente, do Cálculo Comercial, julgou-se útil introduzir no 2.º ano uma revisão que complete a que se recomenda em vários passos do programa do 1.º ano. Essa revisão aconselha-se por si mesma, dado que, tratando essencialmente das áreas e volumes, corresponde a uma necessidade da vida corrente e até da vida comercial futura do aluno. Por outro lado, havendo que voltar ao ensino da Geometria nos complementos de habilitação para os institutos comerciais, evita-se assim um intervalo durante o qual os alunos perderiam de vista uma matéria cuja utilidade é desnecessário encarecer.

5) A ordenação de um programa traz implícita a ideia de certo método de ensino, ideia naturalmente com a elasticidade suficiente para compreender as interpretações que cada um dos professores, sem afastamento das directrizes básicas, queira dar àquele programa.

No entanto, sem desmerecimento desse esforço pessoal, há que fixar aqui alguns tópicos considerados indispensáveis para a eficiência do ensino com os objectivos que se pretendem:

a) Primado do concreto, do intuitivo:

Haverá necessidade de definir, e com suficiente rigor; haverá que alargar, classificar e encadear as questões com certa sistematização. Mas, antes das definições, façam-se aparecer os casos práticos já vividos (e, preferentemente, vividos pelos alunos), os problemas de todos os dias, aquilo que se possa ver, sentir ou verificar.

Depois, mas só depois, leve-se o aluno ao reconhecimento da necessidade das definições e do seu carácter rigoroso, ao reconhecimento das vantagens de generalizar. Note-se: «leve-se o aluno a», e não simplesmente «diga-se ao aluno que»!

Mesmo quando atingidos já os degraus da álgebra, evite-se sempre a especulação abstracta; tomem-se as questões práticas, os problemas da vida quotidiana ou da vida comercial que os alunos hão-de fazer, como fulcro da acção didáctica.

b) Cálculo mental; métodos directos:

Insista-se desde a primeira aula no cálculo mental; procure-se, por exemplo, que uma divisão por 9, uma multiplicação por 12, um máximo divisor comum de 4 e 6, uma adição de $\frac{1}{2}$ com $\frac{1}{4}$, uns 5 por cento de abatimento ou o custo de 18 cruzeiros ao câmbio de 1\$50 se resolvam de forma expedita, sem cálculos escritos.

Insista-se sempre nos raciocínios directos, por redução à unidade ou métodos similares, que, sobre serem naturais e simples, encerram ainda a vantagem de não terem «anteparos operatórios» que dificultem a visão de todo o caminho do raciocínio entre a questão que se pôs e o resultado a que se chegou.

E, mesmo na álgebra, não se amarrem os alunos à necessidade de percorrerem sempre, servilmente, o mesmo caminho-regra.

c) Exercícios de revisão:

Apesar de a aula ser, como atrás se disse, de exercício quotidiano, haverá vantagem em fazer, com certa regularidade e não somente próximo do fim dos períodos escolares, exercícios de revisão; levar-se-ão assim os alunos ao bom hábito de uma preparação contínua e sempre presente, em vez de intensiva e ocasional.

Não fica vedado ao professor passar exercícios para trabalho domiciliário do aluno; mas recorra-se ao sistema com bastante parcimónia. E que se trate de assuntos de carácter atraente e interessante; quando obriguem à consulta do livro (que por si própria constituirá o melhor merecimento desses exercícios), não imponham o recurso a terceiros cuja colaboração seja menos desejável.

d) Crítica dos resultados:

Para os problemas que se puserem na aula procure-se habituar o aluno, sempre que possível, a antecipar um resultado; não certamente o resultado exacto, mas um

resultado aceitável em ordem de grandeza ou vizinhança do valor rigoroso. E, uma vez resolvidos os problemas, não se deixe então de fazer enraizar o bom hábito de apreciar e criticar os resultados, indo até à sua verificação, mediante problemas inversos, substituições, etc.

e) *Revisões, generalizações e sistematizações:*

De modo geral não se façam exaustivamente as revisões prescritas; tomem-se os assuntos indicados, reavivem-se as linhas mestras das técnicas operatórias e, mas só quando e onde vier a ser preciso no decorrer do curso, juntem-se-lhes, com *ar* de novidade, os pormenores indispensáveis. Deste modo, nada de muitas fracções complicadas ou abundância de parênteses nas expressões; rejeitem-se decididamente os virtuosismos de cálculo inútil, para se ficar no que é útil e pode, de facto, *servir*.

Quando se põem as questões por uma determinada ordem, a mais adequada à mentalidade dos alunos, não se deixe que os assuntos fiquem isolados, desconexos e fragmentários; nem que os conhecimentos tomem a feição de «receituário». Tenha-se antes o cuidado — mas cuidado especial — em assentar vias mais largas sobre o caminho percorrido; generalize-se, embora com prudência e sem exageros de algebrização; coordene-se os conhecimentos em esquemas sóbrios mas amplos. E faça-se assim, mesmo que se retire autonomia a tanta regra que de há muito não a deveria ter (exemplo: a regra de companhia, mera aplicação da divisão em partes proporcionais).

No 2.º ano será ainda aconselhável que se caminhe do particular para o geral, embora se consintam já alguns assomos, sem excessos, de raciocínio lógico-dedutivo.

Toda a propensão ou entusiasmo para começar a ensinar muita álgebra, e álgebra quase profunda, é nimamente inconveniente; aqui também, e mais talvez que no 1.º ano, importa saber graduar o tempo de que se dispõe, não forçando o ritmo além do que for imposto pela mentalidade dos alunos, sem cair em divagações supérfluas. Tomem-se apenas os assuntos do programa e com a simplicidade que nele se inculca.

f) Terminologia e notações:

Importa ter o máximo cuidado com a utilização e transmissão do vocabulário técnico; há termos trivializados em confrangedora multiplicidade de acepções; e importa defini-los, precisá-los rigorosamente. Haverá também que prestar atenção à notação que se usar; convirá chegar a estabelecer, em todas as escolas de ensino comercial, uniformidade de notação e fixidez de terminologia. Enquanto isso não se consiga, que, ao menos dentro de cada escola, elas não variem de professor para professor ou de ano para ano.

1.º ano

1) Revisão das matérias do ciclo preparatório com a ampliação das noções especialmente úteis ao cálculo comercial:

a) Máximo divisor comum e menor múltiplo comum; fracções; expressões aritméticas; geometria intuitiva.

b) Números complexos; operações sobre medidas de ângulos, de tempo e de esterlino. A decimalização do esterlino; redução mental; construção e utilização de tabelas.

c) Razões. Significado de diversas razões correntemente usadas, como: escalas, percentagens e permilagens, taxas comerciais (de juros, de transferências, de abatimentos, de prémios, etc), títulos ou toques e teores.

d) Proporções geométricas; propriedades mais importantes. Quarto proporcional, terceiro proporcional e meio proporcional ou média geométrica. Cálculo da raiz quadrada. Exemplicações várias, não esquecendo as da geometria.

e) Divisão em partes directa e inversamente proporcionais, mediante raciocínio elementar e directo e pelo método das proporções. Aplicação a problemas correntes, incluindo os da distribuição de resultados.

f) Proporcionalidade directa e inversa; constantes de proporcionalidade. Representação gráfica da proporcionalidade. Casos de regra de três simples pelo método de redução à unidade e pelo método das proporções. Aplicações numerosas a problemas correntes e comerciais, tendo por base as percentagens e permilagens, a questões de câmbios (directos, à vista) e a operações simples sobre fundos públicos.

2) *Proporcionalidade composta:*

A regra de três composta; o método de redução à unidade; o método das proporções e a regra prática. Aplicações a problemas correntes e às questões de juros simples.

3) *Razões e proporções aritméticas:*

Propriedades fundamentais. Média aritmética simples de dois números e de mais de dois números. Média aritmética pesada ou ponderada; métodos práticos para a sua determinação. Aplicação a problemas correntes e nomeadamente à determinação de salários, preços, taxas e vencimentos médios; problemas de mistura e liga directas. Representações gráficas de sucessões de valores, mediante histogramas ou polígonos de frequência; confrontos com as suas médias. Gráficos circulares; outros gráficos simples.

4) *Regras de mistura e liga inversas.*

5) *Números qualificados:*

Grandezas que podem variar em dois sentidos opostos; números positivos e negativos e sua representação gráfica. Operações. Representação de quantidades por letras; expressões algébricas; monómios e polinómios simples; valores numéricos de expressões algébricas simples.

Noção muito simples e elementar de função e variável; estabelecimento, por raciocínio directo, de algumas fórmulas muito simples (nomeadamente as utilizáveis em assuntos comerciais) e sua aplicação.

Sinopse dos assuntos tratados, falando-se, a propósito, nas extensões da noção de número, caracterizando-se o âmbito da aritmética e da álgebra e mostrando as possibilidades que esta oferecerá.

2.º ano

1) *Revisão das matérias de álgebra do 1.º ano:*

Operações sobre números qualificados. Expressões algébricas; monómios e polinómios.

2) *Operações sobre expressões algébricas:*

Monómios inteiros de uma e duas variáveis; polinómios inteiros de uma variável e homogéneos de duas. Adição algébrica. Multiplicação de um monómio por um polinómio e de dois polinómios simples; casos notáveis da multiplicação. Divisão de um polinómio por um monómio e de dois polinómios simples.

3) *Fracções algébricas:*

Fracções de termos monómicos e de termos polinómicos muito simples, que permitam fácil simplificação. Operações elementares.

4) *Igualdades e equações:*

Princípios de equivalência estabelecida mediante verificações numéricas. Resolução algébrica e gráfica de equações do 1.º grau a uma incógnita, estabelecidas para problemas correntes e simples. Equações literais muito simples; aplicação à generalização de algumas questões postas no ano anterior (divisão em partes proporcionais, mistura e liga, etc.).

5) *Fórmulas mais usadas em cálculos comerciais:*

Dedução e discussão simples das fórmulas de juros, descontos, vencimento comum, etc., com inclusão dos métodos práticos (v. g. o dos divisores fixos). Resolução dos problemas com o emprego das fórmulas estudadas. Representação gráfica de algumas funções simples utilizáveis no cálculo comercial.

6) *Juros compostos e anuidades:*

Resolução de problemas correntes mediante o uso de tábuas financeiras. Confronto entre as curvas de juros simples e de juro composto.

7) *Revisão dos conhecimentos anteriores de geometria:*

Áreas e volumes de formas geométricas correntes. Aplicações a casos vulgares de capacidade, cubicagens, pesos de mercadorias e suas taras, etc.

8) *Revisão geral:*

Sinopse dos assuntos tratados; esboço sobre as generalizações sucessivas da noção de número.

Nota. — Haverá um *compêndio* de cálculo comercial.

Ciências Físico-Naturais

Os alunos a quem este programa se destina ingressam no ensino comercial com a habilitação do ciclo preparatório.

Por isso a aprendizagem feita nas disciplinas de Ciências Geográfico-Naturais, Matemática, Desenho e Trabalhos Manuais não deve ser esquecida pelo professor, que se empenhará, ao contrário, por socorrer-se permanentemente do auxílio que a preparação obtida pelos alunos nessas disciplinas pode fornecer ao estudo das ciências físico-naturais.

Com efeito, nas aulas de Ciências Geográfico-Naturais familiarizaram-se eles com os fenómenos do ambiente físico, que poderão classificar-se de primários, e esses mesmos fenómenos não-de agora ser retomados somente para serem vistos noutra plano de mais perfeita objectividade científica. Não se repete aqui, a tal propósito, o que se escreveu na nota prévia do programa de *Elementos de Física e Química* dos cursos industriais, porque o leitor curioso e interessado, voltando algumas páginas atrás, ali o tem.

A aritmética e a geometria, em que os alunos se iniciaram e de que parecerão talvez esquecidos, serão, por certo, aproveitadas desde a primeira aula para a resolução de problemas que, embora simples, desenvolvam gradualmente, dia a dia, a sua aptidão para raciocinar, isto é, para articular o pensamento em ordem a um resultado consciente e honestamente procurado. Não se estuda matemática para saber fazer contas e para decorar determinadas regras, mas para algum coisa mais.

Os conhecimentos e a prática do desenho tornar-se-ão agora auxiliares preciosos na representação de esquemas e de aparelhos, no registo de observações e de experiências, e os cadernos, quer diários, quer de trabalhos práticos, já podem ser bela e utilíssimamente ilustrados, oferecendo assim a noção meramente verbal, de que usava e abusava a escola antiga, o apoio e o esclarecimento da imagem sensível e sugestiva.

Quanto aos trabalhos manuais, é especialmente valiosa a contribuição que oferecem a um ensino proveitoso. Para a maior parte das experiências devem os aparelhos ser construídos pelos próprios alunos. Para isso é indispensável que não se adopte o critério *paralisante* de pretender atingir, de um jacto, a perfeição e a precisão somente exigível no campo da autêntica investigação científica. A construção será muitas vezes grosseira; os materiais, porque têm de ser baratos, nem sempre serão os mais adequados. Mas tudo isso é secundário. O que importa é que os alunos *vivam* a matéria que se lhes explica e aprendam pelos próprios olhos e pelas próprias mãos. Não haja dúvidas: eles só vivem verdadeiramente aquilo que é *obra sua*, que lhes custou esforço pessoal, mas esforço imediatamente derivado dos seus interesses espirituais. Quando o professor sabe conduzi-los por tal caminho, as suas manifestações de aplicação e tenacidade são verdadeiramente prodigiosas.

É necessário também não esquecer a finalidade do ensino desta disciplina. Ela tem uma dupla função: formar o espírito e fornecer aos alunos os conhecimentos precisos para a compreensão da matéria da disciplina sua consequente: Mercadorias.

O programa obedece, portanto, a esse critério misto. Procura-se tocar, muitas vezes apenas ao de leve, em determinados assuntos para não fugir à sequência da matéria e desenvolver um pouco mais outras rubricas que são consideradas de maior interesse para as Mercadorias.

Pode o programa, à primeira leitura, parecer difícil de cumprir; mas já foi ensaiado sem que a sua execução desse trabalho excessivo ao professor, nem grande fadiga aos alunos.

Tudo depende da maneira como for orientada a matéria. Há muitos pontos em que não deve ultrapassar-se a mera verificação experimental, e em todos eles deverá fugir-se à explanação puramente teórica, que muito difficilmente interessaria aos alunos ainda não sufficientemente educados na mobilização do pensamento abstracto.

A experimentação e a exemplificação devem ser os métodos predominantes adoptados em todos os pontos da matéria.

O curso deverá principiar pelo ensino da Física, para dar aos alunos os conhecimentos precisos à compreensão

da Química, que pode ser ministrada no 1.º ano a partir do princípio do 2.º período escolar, com um tempo semanal, e no 2.º ano, logo de início, também com um tempo semanal.

A matéria de Zoologia e Botânica, Mineralogia e Geologia reservar-se-á para o final, tendo em atenção que, para o estudo de cada tipo ou classe de animais ou plantas, se deverão sempre escolher os exemplares de maior interesse económico ou industrial.

Haverá um *compêndio* que pode ser dividido em fascículos.

1.º ano

Física

I

Princípios gerais:

Matéria; substância e massa. Propriedades e fenómenos. Estados físicos da matéria. Constituição molecular.

Grandezas físicas; medição das grandezas físicas.

Sistemas de medidas.

Propriedades gerais da matéria. Repouso e movimento. Inércia. Força.

Classificação das forças. Elementos característicos das forças. Sistemas de forças. Composição e decomposição de forças.

Noção de pressão.

Gravidade. Centro de gravidade. Direcção e sentido da força de gravidade.

Peso absoluto; dinamómetros.

Peso relativo; balanças; tipos de balanças. Métodos de pesagem: simples e por tara.

Peso específico. Noção de densidade.

Equilíbrio dos graves apoiados e suspensos.

Máquinas simples: alavancas; roldanas (fixa e móvel), sarilho e plano inclinado.

II

Propriedades dos sólidos e fluidos:

Propriedades dos sólidos; coesão e adesão; textura; dureza; maleabilidade, ductilidade; tenacidade; atrito.

Propriedades dos líquidos: líquidos em equilíbrio; superfície livre e de separação de líquidos não miscíveis; vasos comunicantes (com o mesmo líquido ou líquidos não miscíveis); aplicações.

Pressões dos líquidos; princípio de Pascal; prensa hidráulica; aplicações.

Impulsão dos líquidos sobre os corpos imersos, princípio de Arquimedes; aplicações.

Areómetros e densímetros. Alcoómetro centesimal de Gay-Lussac.

Propriedades dos gases. Pressão atmosférica. Experiência de Torricelli.

Peso específico do ar. Barómetros.

Aplicação do princípio de Arquimedes aos gases.

Lei de Boyle-Mariotte.

Manómetros.

Sifão; bombas de líquidos.

Máquinas de rarefacção e compressão.

Dissolução. Concentração de solutos.

Solutos titulados.

Capilaridade.

Difusão e osmose.

Diálise.

III

Calor:

Diferenças entre calor e temperatura. Termómetros de mercúrio. Escalas centígrada e de Fahrenheit. Termómetros: normais e de máxima e mínima. Pirómetros.

Quantidade de calor. Caloria e calor específico. Calorímetros.

Dilatação dos sólidos: linear e volumétrica.

Dilatação dos líquidos (apenas o caso da água); experiência de Hope.

Dilatação dos gases: leis de Charles e Gay-Lussac (sem referência à equação dos gases perfeitos).

Mudanças de estado: fusão (suas leis); solidificação (suas leis); ebulição (suas leis e factores que nela influem); evaporação (circunstâncias de que depende); sublimação.

Princípio da liquefacção dos gases. Condensação. Estado higrométrico.

Destilação; alambiques.

Química

Experiências simples para caracterizar o fenómeno químico.

Classificação dos corpos. Experiências simples para distinguir os corpos elementares dos compostos.

Noções da constituição atômica da matéria.

Classificação dos corpos simples. Propriedades que distinguem os metais dos não metais ou metalóides.

Símbolos dos elementos.

Noção de peso atômico. Atomo-grama.

Estudo elementar e experimental do hidrogénio, do oxigénio, do cloro e do azoto.

Corpos compostos; distinção entre combinações e misturas.

Estudo elementar da água e do ar.

Fórmulas dos compostos. Coeficientes e índices. Equações químicas.

Peso molecular. Molécula-grama.

Volumes no estado gasoso representados pelas fórmulas químicas.

Leis de Lavoisier e de Proust. Cálculos ponderais e volumétricos simples. Composição centesimal.

Zoologia

Noções muito elementares sobre a estrutura dos seres vivos. A célula; os tecidos mais importantes. Estudo sumário do corpo humano; aparelhos digestivo, circulatório e respiratório.

Órgãos dos sentidos: visual e auditivo.

Botânica

Classificação das plantas. Criptogâmicas e fanerogâmicas. Constituição das fanerogâmicas. Estudo sumário da raiz, caule, folhas, flores e frutos. Síntese da classificação das fanerogâmicas. Exemplos das várias espécies. Classificação das criptogâmicas. Exemplos dos vários tipos.

2.º ano

Física

I

Mecânica:

Suas divisões.

Força instantânea e força constante; movimentos que produzem; suas leis. Atracção universal; queda dos graves. Noção dinâmica de massa. Unidades C. G. S. e práticas.

Movimento circular. O que se entende por força centrífuga; seus efeitos e aplicações. Pêndulo simples; suas leis; aplicações (determinação de g e regulação dos relógios).

Trabalho; noção elementar e suas unidades. Potência e energia.

Ideia muito sumária sobre rendimento de máquinas.

II

Óptica:

Fontes luminosas. Meios ópticos. Propagação da luz. Sombras. Câmara escura. Reflexão da luz; suas leis. Estudo experimental e geométrico das imagens dadas pelos espelhos planos e esféricos, côncavos e convexos.

Refração da luz. Lâminas e prismas. Experiências sobre dispersão e síntese da luz branca.

Lentes; estudo experimental e geométrico das imagens dadas pelas lentes convergentes e divergentes.

Generalidades sobre lupa, microscópio, máquina fotográfica, lanterna de projecção e cinematógrafo.

Breves noções sobre fotometria. Unidades de intensidade de iluminação.

III

Acústica:

Origem e propagação do som. Reflexão do som; eco.

Classificação dos sons; estudo sumário das qualidades do som.

IV

Magnetismo e electricidade:

Magnetes. Processos de magnetização. Pólos. Campo magnético. Bússolas. Electrização por fricção e contacto. Corpos condutores e isoladores. Espécies de electricidade.

Electroscópios. Electrização por influência.

Noção de: carga eléctrica, potencial eléctrico e capacidade eléctrica. Referência às unidades práticas. Ideia sumária sobre condensação eléctrica. Noção de corrente eléctrica e resistência e referências às suas unidades.

Pilhas de Volta e Leclanché.

Ideia muito sumária sobre electrólise. Referência aos acumuladores.

Química

I

Química mineral:

Recapitulação dos princípios estudados no 1.º ano.
Noção de valência.

Ideia geral da nomenclatura química: anidrido, óxido, hidróxido, ácido e sal. Reagentes indicadores.

Estudo sumário dos seguintes elementos e dos minérios mais vulgares donde são extraídos: cálcio, ferro, cobre, zinco, crómio, níquel, alumínio, estanho, chumbo, manganésio, prata, mercúrio, fósforo, antimónio e enxofre.

Estudo muito elementar dos seguintes compostos, apontando principalmente as suas aplicações:

Anidridos carbónico, sulfuroso e silício. Óxidos de chumbo, zinco e ferro. Hidróxidos de sódio, potássio e cálcio. Ácidos clorídrico, fluorídrico, sulfídrico, azótico, sulfúrico e fosfórico (orto).

Ideia geral sobre a preparação de sais. Indicação das aplicações dos sais mais importantes.

II

Química orgânica:

Estudo elementar dos hidrocarbonetos com indicação das séries acíclicas e das funções deles resultantes por oxidação.

Estudo muito sumário dos seguintes compostos: metano e acetileno (referência aos petróleos); álcool etílico e glicerina (referência às gorduras); ácido acético; éter etílico; acetona ordinária; glicidos (glicose e sacarose e ligeira referência ao amido e cellulose).

Benzeno; essência de terebintina. Referência às proteínas.

Mineralogia

Noção de mineral. Objecto da mineralogia.

Textura dos minerais: amorfos e cristalinos.

Noção de cristal. Simples enunciado dos sistemas cristalográficos.

Geologia

Noção de rocha. Objecto da Geologia.

Divisão das rochas em eruptivas, sedimentares (referência a fósseis) e metamórficas.

Exame sumário das rochas mais comuns: granito, pórfiro e basalto; arenitos, conglomerados, argilas, calcários, gesso e carvões minerais; mármore.

Mercadorias

A disciplina de Mercadorias pertence ao grupo das disciplinas de formação profissional, e como tal deve ser encarada didacticamente.

Como preparação para o seu estudo estão incluídas no plano do curso a Geografia Económica, as Noções Gerais de Comércio e as Ciências Físico-Naturais; para que o estudo das Mercadorias seja feito de maneira racional, haverá que pôr constantemente em jogo os conhecimentos adquiridos naquelas disciplinas e até completar os que então não puderam ser devidamente esclarecidos ou que foram tratados de maneira mais ou menos teórica.

A sua função é familiarizar os alunos com os produtos e matérias-primas úteis ao homem e que são objecto das operações de compra e venda. Evidentemente, devem merecer melhor atenção aqueles que representam maior interesse dentro da economia nacional. Dever-se-á até dar maior desenvolvimento ao estudo daqueles produtos cujas indústrias estão localizadas dentro da área servida pela escola, sem que por isso tenha de contrariar-se o espírito do programa.

Não interessa aos alunos de um curso comercial a descrição pormenorizada de todas as fases de fabrico de determinado produto, nem a enumeração minuciosa da maquinaria utilizada na sua preparação. Isso interessa, quando muito, nos cursos industriais.

Pretender-se-á, apenas, que os alunos fiquem com ideia clara das transformações por que passa o produto para ser lançado no mercado e que contribuem para a sua valorização.

Nem descrições prolixas de certas indústrias, destinadas apenas a exhibições de recital, nem desenvolvimentos de reacções químicas complicadas, para as quais os alunos não têm preparação suficiente.

Deixar-se-á aos alunos a iniciativa de, nas suas monografias sobre o estudo de qualquer indústria, desenvolverem este como muito bem lhes aprouver.

O professor deve limitar-se a orientar o estudo, focando principalmente, em relação a cada produto, os

seguintes aspectos: origem; ideia sumária da sua obtenção industrial; formas e aspectos comerciais; aplicações; alterações, adulterações e falsificações a que está sujeito; factores que intervêm no seu valor comercial; marcas e selos de garantia; organismos económicos que disciplinam o seu comércio.

As visitas de estudo a fábricas, armazéns e organismos económicos, bem como a lição viva de museus e laboratórios tecnológicos, completarão os conhecimentos que se tornam necessários.

Com todos os inconvenientes que, em outros casos, podem afectar planos de trabalho excessivamente minuciosos, considerou-se, neste caso, mais vantajoso pormenorizar os assuntos do que apresentar apenas a rubrica de cada um, para evitar interpretações que possam conduzir a excessiva concentração do essencial ou a demasiado desenvolvimento do que não deva passar de mera enunciação.

Se se executar dentro das indicações aqui preconizadas, o programa, que parece muito extenso, pode cumprir-se. A experiência já foi feita e não deixou lugar a dúvidas.

Começa por uma introdução, que é, afinal, a sumária recapitulação da matéria das Noções de Comércio que mais interessa ao estudo de determinada mercadoria.

Há, no entanto, que frisar bem a diferença entre produtos puros e impuros, em função do seu valor comercial, e salientar como a existência de uma impureza pode tornar impróprio esse produto para determinados fins, quer a sua presença seja accidental, quer introduzida propositadamente.

Exemplificando: o ácido sulfúrico comercial não pode ser utilizado para certos fins em virtude de conter, como *impurezas*, arsénio e chumbo; o leite azedo, o vinho avinagrado, são *alterações*; a adição de água ao leite, de ácido salicílico às conservas de frutas, é uma *adulteração*; a substituição de café por chicória ou o fabrico de um objecto em *plaquê*, fingindo ouro, são *falsificações*.

Recomenda-se, no final, que, a propósito de cada produto, se indique a marcha simples da análise sumária, tanto mais que se exige uma prova prática no exame desta disciplina.

Evidentemente essa marcha não pode envolver operações analíticas que saiam fora do âmbito dos conhecimentos dos alunos: simples ensaios (reconhecimento

de uma fibra pela combustão ou dissolução em determinado reagente; exame microscópico para reconhecimento de uma fibra ou de um amido; determinação da acidez de um azeite por um método prático; ponto de fusão de uma manteiga; reconhecimento da glicose pelo licor de Feling, etc.), que, além de habituarem os alunos à apreciação do produto, têm a vantagem de fornecer elementos ao professor para conduzir as suas lições de forma atraente e com maior interesse.

Como já ficou dito, o programa principia pela recapitulação da matéria das Noções Gerais de Comércio que se reputa de mais interesse para o estudo de uma mercadoria. Não deve, no entanto, o professor esquecer que, nesta altura, procurará dar aos seus alunos uma ideia clara e definida do carácter da matéria que vão estudar e do seu valor dentro do plano do curso.

Das restantes rubricas nada mais há a dizer, porque elas se desenvolveram com a minúcia suficiente para dispensar qualquer explicação que não tenha o fito de dar aos alunos a ideia clara de cada produto sob o aspecto tecnológico.

Chama-se, porém, a atenção para as rubricas que se seguem à introdução (água, metais e produtos químicos): além do valor que representam como mercadorias, há a considerar que são também, na sua maioria, matérias-primas utilizadas na preparação de outros produtos incluídos no programa.

Haverá um compêndio.

3.º ano

I

Introdução:

Conceito e definição de mercadoria. — Produtos naturais e artificiais. Matérias-primas. Variedades e formas comerciais das mercadorias. Valor comercial: impurezas, alterações, adulterações e falsificações. Acondicionamento das mercadorias. Estudo do reconhecimento das mercadorias. Classificação dos produtos comerciais. Conceito de sucedâneo.

II

a) A água:

Sua importância na indústria e na alimentação. Águas medicinais. Água oxigenada. O gelo.

b) Metais:

Metais industriais. Ligas. Noções de metalurgia: o ferro e o aço. Classificação dos aços. Cobre; ligas de cobre: bronze, latão e metal branco. Chumbo, zinco, estanho, alumínio, níquel e mercúrio.

Os metais nobres: prata, ouro e platina.

c) Produtos químicos:

1) *Cloro e seus derivados*. — Cloreto de sódio. Obtenção e aplicações.

Variedades comerciais e apresentação no mercado.

Clorato de potássio. Cloretos descorantes. Ácido clorídrico.

2) *Enxofre*. — Anidrido sulfuroso. Sulfureto de carbono. Ácido sulfúrico. Sulfatos de ferro, cobre e zinco.

3) *Ácido nítrico*. — Nitratos de sódio e potássio.

4) *Fósforo*. — Fosfatos mais importantes. Indústria dos fósforos.

5) Ácidos fluorídrico, bórico e anidrido carbónico. Amoníaco e sais amoniacais comerciais. Sodas e potassas do comércio. Bicarbonato de sódio. Soda e potassa cáusticas. Vidro solúvel.

III

a) Adubos:

Sua definição e classificação. Adubos azotados mais importantes: nitratos de sódio, potássio e cálcio. Cianamida cálcica.

Sulfato de amónio. Adubos orgânicos azotados: guanos, tortas de resíduos e estrumes. Adubos fosfatados: caracteres gerais e sua importância na agricultura. Fosfatos minerais. Ossos. Superfosfatos.

Escórias de desfosforação. Valor comercial dos adubos. Análise sumária.

b) Materiais de construção (naturais e artificiais):

1) *Gesso e cal*. — Fabricação e propriedades. Conservação da cal. Usos da cal e tipos comerciais. Impurezas. Cal aérea e cal hidráulica. Cimentos: definição e classificação. Cimento *Portland*: matérias-primas,

fabricação, composição, propriedades e usos. Cimento romano. Empacotamento do cimento. Argamassas; cimento armado.

2) *Madeiras*. — Propriedades. Corte e transporte. Defeitos. Conservação. Formas comerciais e venda das madeiras. Produção e classificação. Madeiras de obra: duras, brandas, resinosas e finas. Caracteres e propriedades das principais espécies.

c) *Produtos cerâmicos*:

Matérias-primas: plásticas, magras e fundentes.

Porcelanas: caracteres e composição. Fabricação, decoração e esmalte. Variedades de porcelanas. Grés: fabricação e variedades. Produtos cerâmicos de pasta porosa: louças. Faianças. Azulejos. Materiais cerâmicos de construção: ladrilhos, telhas, tijolos e canos. Fabricação, propriedades e variedades comerciais. Produtos cerâmicos refractários.

d) *Vidros*:

Definição. Matérias-primas: ácidas, básicas, descorantes e fundentes. Fabricação e trabalho do vidro. Decoração. Propriedades gerais. Defeitos dos vidros. Empacotamento. Diversas classes de vidros. Cristais. Algodão de vidro.

e) *Combustíveis*:

Combustíveis industriais: propriedades que devem reunir a sua constituição. Combustão. Potência calorífica. Produtos da combustão. Classificação segundo o seu estado físico.

1) *Carvões*. — Origem e caracteres gerais. Carvões mais importantes: turfa, lignite e suas variedades. Hulha: origem, extracção, propriedades e conservação. Classificação das hulhas. Classificação comercial pelo seu tamanho. Antracites: caracteres e importância. Carvões artificiais.

Produtos secundários. Propriedades, variedades e classificação comercial. Coque. Preparação, propriedades, aplicações e variedades. Carvões aglomerados. Aglomerados de hulha e carvão vegetal. Generalidades

sobre os carvões especiais: de retorta, negro-de-fumo e negro-de-animal.

Carvão activado.

2) *Combustíveis líquidos.* — Petróleo: caracteres gerais, composição, origem, extracção e transporte. Refinação. Classificação segundo o seu grau de destilação: óleos leves, petróleo de iluminação e óleos pesados. Enumeração dos principais produtos gasosos, líquidos e sólidos.

Petróleos brutos. Produtos gasosos, gasolinas, *white-spirit*, petróleo para iluminação, gasóleo, óleos pesados, óleos lubrificantes, vaselina, parafina.

3) *Combustíveis gasosos.* — Gás de iluminação. Matérias-primas e produtos de destilação. Acetileno: matérias-primas, obtenção e aplicações.

f) *Cortiça:*

Produção e extracção. Preparação da cortiça. Aplicações e propriedades. Branqueamento. Sucedâneos da cortiça. Classificação comercial. Importância económica.

g) *Borracha:*

Caracteres gerais. Extracção e preparação. Propriedades. Caucho vulcanizado: usos. Caucho endurecido. Sucedâneos da borracha. Guta-percha.

h) *Papel:*

Caracteres gerais e sua constituição. Matérias-primas, em especial as pastas de madeira. Matérias-primas acessórias. Fabricação. Variedades comerciais (papéis de escrever, desenhar, imprimir, embrulhar, etc.). Cartões. Caracteres e classificação. Cartolinas. Celulose: caracteres gerais. Algodão-pólvora, colódio e celulósido: estudo comercial destes produtos.

i) *Fibras têxteis:*

Caracteres gerais. Classificação das fibras. Reconhecimento das fibras — fibras têxteis vegetais: algodão e suas variedades (Linter). Linho, cânhamo, juta, etc. Reconhecimento e distinção das várias fibras vegetais. Fibras têxteis animais. Caracteres gerais. Lãs: preparação, caracteres e composição. Classificação. Lãs mecâ-

nicas e regeneradas. Seda. Sericultura. Casulos: sua classificação. Seda crua, semicozida e cozida. Caracteres e composição da seda. Seda artificial: principais classes.

Fiação e tecelagem. — Fios: propriedades, formas comerciais e variedades de fios. Número de fiação. Cordoaria. Tecidos: caracteres gerais e classificação. Enumeração e caracteres distintivos dos principais tecidos. Fibras têxteis minerais: caracteres gerais, propriedades e aplicações.

j) Oleorresinosos:

Caracteres gerais. Essência de terebintina. Aplicações e tipos comerciais. Conservação. Vasilhas. Resinas: enumeração das mais importantes. Aplicações.

l) Matérias corantes:

Caracteres gerais. Cores minerais para pintura. Generalidades e classes. Cores mais importantes: brancos, vermelhos, amarelos, azuis, verdes e pretos.

Tintas. — Caracteres gerais e particulares das tintas de escrever, de cor, indeléveis, de copiar, da-china, de imprensa, autográficas e litográficas.

m) Curtimenta:

Peles para curtido. Constituição anatômica da pele. Operações da curtimenta. Espécies de curtimenta. Operações complementares. Variedades comerciais. Pergaminho. Produtos de pelaria: preparação. Classes de peles: enumeração das propriedades e aplicações das mais importantes. Conservação.

n) Corpos gordos industriais:

Composição. Propriedades. Extração. Sua classificação. Óleos. Caracteres gerais dos óleos vegetais sicativos, semi-sicativos e não sicativos, exceptuando o azeite. Óleo animais mais importantes. Gorduras. Caracteres gerais e estudo das espécies mais importantes (exceptuando a de manteiga de vaca). Sebo. Tipos comerciais: aplicações. Ceras. Ácidos gordos comerciais. Glicerina.

Ensaaios para reconhecimentos dos vários óleos e gorduras.

Sabões. — Caracteres gerais. Matérias-primas. Fabricação. Propriedades. Variedades comerciais.

IV

Produtos alimentares

Alimentos minerais. Alimentos orgânicos azotados e não azotados. Produtos alimentícios orgânicos e classificação.

a) Alimentos de origem vegetal:

1) *Cereais*. — Cereais em geral: caracteres, composição, alterações. Conservação dos grãos. Estudo comercial dos principais cereais: trigo, centeio, milho, arroz, cevada e aveia.

Farinhas. — Caracteres e composição das farinhas. Valor alimentício: alterações e adulterações. Conservação. Variedades comerciais das farinhas de trigo. Subprodutos da fabricação da farinha. Análise sumária.

Pão. — Fabricação. Caracteres. Valor nutritivo.

Massas alimentícias. — Preparação e formas comerciais.

Matérias amiláceas. — Conceito geral. Amido de trigo: obtenção.

Caracteres dos amidos. Dextrina. Aplicações.

Legumes secos. — Sua importância na alimentação. Enumeração e propriedades das espécies mais importantes.

2) *Hortaliças*. — Generalidades e ordem para o seu estudo. Composição e valor nutritivo.

3) *Frutas*. — Frutas frescas e secas. Caracteres e composição. Valor nutritivo. Conservação e transporte.

4) *Açúcares*. — Açúcar propriamente dito. Matérias-primas para a sua extração. Cana-de-açúcar e beterraba. Fabricação. Refinação. Propriedades do açúcar. Variedades (brutos, refinados). Formas comerciais. Alterações e adulterações. Valor alimentício e aplicações. Glucose. Açúcar invertido. Caramelo. Sucedâneos: mel, sacarina. Análise sumária para reconhecimento das impurezas num açúcar.

5) *Azeite*. — Propriedades e constituição. Variedades comerciais. Conservação. Vasilhas. Defeitos dos azeites, alterações e adulterações mais frequentes. Os resíduos e seu aproveitamento. Análise sumária para reconhecimento de qualquer adulteração. Índice de acidez.

b) *Alimentos de origem animal:*

Caracteres gerais e produtos alimentícios mais importantes:

1) *Carne.* — Caracteres gerais. Composição. Valor nutritivo. Preparação das carnes para o consumo. Subprodutos. Carnes das aves domésticas. Caça de pena e de pêlo. Peixes. Mariscos. Alterações das carnes.

2) *Lacticínios:*

Leite. — Sua importância na alimentação. Caracteres e composição.

Alterações e adulterações. Análise sumária.

Manteiga. — Elaboração. Caracteres e composição. Alterações e adulterações. Variedades comerciais. Empacotamento. Manteigas artificiais.

Margarina. Análise sumária.

Queijo. — Caracteres gerais e preparação. Valor nutritivo. Variedades comerciais. Alterações e adulterações. Reconhecimento da adulteração pela adição de batata. Caseína comercial.

3) *Ovos.* — Caracteres gerais. Composição e valor nutritivo. Classificação e aplicações industriais. Alterações e conservação. Albumina comercial.

c) *Conservas:*

Conservação dos legumes. Conservação das hortaliças: por dissecação pelos anti-sépticos e privação do contacto com o ar. Conservação de frutas: por dissecação e pelos anti-sépticos. Conservação das carnes: pelo frio, por dissecação, pelos anti-sépticos, por revestimento de agentes protectores e por esterilização e isolamento do produto em recipiente fechado. Preparados de carne. Extractos de carne. Farinhas de carne e de peixe. Enchidos. Conservação do leite: leite congelado, pastorizado, esterilizado, condensado e em pó.

d) *Bebidas estimulantes:*

1) *Chá.* — Sua preparação e composição. Infusão do chá. Variedades comerciais do chá (verdes, pretos e outras variedades); chás prensados. Adulterações e sucedâneos.

2) *Café.* — Preparação, caracteres comerciais e composição do café cru. Café torrado e infusão do café.

Varietades comerciais e formas principais. Alterações e adulterações mais frequentes; sucedâneos. Café de chicória. Análise sumária.

3) *Cacau*. — Preparação. Cacaos enterrados e não enterrados. Torrefacção. Caracteres e composição. Varietades comerciais e formas de apresentação no comércio. Alterações e adulterações.

4) *Chocolates e misturas autorizadas*. — Caracteres. Fabricação. Valor nutritivo. Varietades e formas comerciais. Adulterações.

e) Bebidas fermentadas:

1) *Vinho*. — Fabrico, conservação e envelhecimento. Propriedades e composição. Varietades comerciais: vinhos de pasto (tintos e brancos), generosos (secos e doces) e gasosos. Valor nutritivo. Defeitos. Alterações e adulterações mais frequentes. Análise sumária. Riqueza alcoólica.

2) *Cerveja*. — Matérias-primas e fabricação. Conservação, composição e propriedades. Valor nutritivo. Varietades comerciais. Alterações e adulterações mais frequentes.

3) *Alcool ordinário ou etílico*. — Caracteres do álcool absoluto. Alcool comercial. Matérias-primas para a sua fabricação. Destilação. Valor comercial. Varietades comerciais. Aplicações. Aguardentes e licores.

Observações:

A propósito de cada produto indicar-se-á a marcha simples de análise sumária, para avaliar da sua pureza e investigação das suas adulterações mais vulgares.

Noções de Comércio, de Direito Comercial
e de Economia Política

1.º ano

I) Noções de comércio

Pela natureza dos conhecimentos que proporciona, o estudo da teoria do comércio, feito nas nossas escolas sob a designação já tradicional de Noções Gerais de

Comércio, articula-se mais adequadamente ao dos Elementos de Direito que ao da Contabilidade, a que últimamente andava associado, constituindo simultâneamente, porém, propedêutica indispensável desta última disciplina. Destinando-se assim a preparar o estudo de disciplinas ministradas nos anos seguintes do curso geral de comércio, tem no 1.º ano o seu lugar próprio.

Aliás convém que desde o início do curso os alunos adquiram o conhecimento sistematizado do meio em que o maior número deles virão a exercer a sua actividade profissional.

Ótimo seria que tal conhecimento se obtivesse pela observação directa e reflectida, mas como esse processo nem sempre está ao alcance da escola, terá de recorrer-se com frequência ao estudo descritivo das actividades e operações comerciais.

Para evitar, porém, que o estudo se reduza à memorização fastidiosa de meras definições verbais, recomenda-se a análise e o preenchimento, na aula, de numerosos modelos de documentos usuais na vida mercantil. Por esse processo e outros análogos procurará o professor fixar a atenção dos alunos e reduzir aos limites estritamente necessários a lição puramente expositiva, sempre de diminuto rendimento, senão absolutamente improfícua, para os alunos das idades em que normalmente é frequentado este curso.

Na concatenação da matéria levaram-se em linha de conta a idade e o nível mental dos estudantes a quem se destina e os centros de interesse que se podem criar à sua volta. Não se esqueceram, igualmente, princípios metodológicos que se colheram através de uma longa experiência docente.

Julga-se lógica a arrumação ou a distribuição dos elementos abrangidos pelo programa. Com efeito, das trocas — actos que, fundamentalmente, originaram o comércio — parte-se para o conceito que dele deve fazer-se e para as funções económicas que desempenha. O aluno formará uma ideia das várias modalidades em que ele se desdobra pelas classificações e divisões das suas modalidades. E como o fim primacial do comércio é o abastecimento dos mercados, explanam-se a seguir as condições e os meios de deslocação das mercadorias dos locais de produção para os de consumo. Assim se poderão compreender melhor as funções dos agentes de comércio e os contratos e as operações que propulsio-

nam, afinal, a actividade mercantil. Ministram-se, por último, noções sobre os fins e os meios da propaganda comercial e indicam-se os sistemas de classificação da correspondência, dos documentos e livros e as normas de organização do seu arquivo.

Um tal conjunto de conhecimentos, enquanto vai revelando aos alunos os aspectos fundamentais do meio profissional em que hão-de viver, familiariza-os, do mesmo passo, com a terminologia comercial, isto é, com a linguagem própria do mundo dos negócios, que eles precisam de entender e saber falar, quando, como auxiliares dos comerciantes ou dos empresários, lhes prestarem serviços nos seus escritórios.

Vastas como são as matérias do comércio, achou-se preferível marcar-lhes no programa a extensão que devem ter, compatível, aliás, quer com a duração do período lectivo, quer com o nível cultural das turmas. Desta forma, o professor facilmente orientará as suas lições quanto à sua sequência e quanto ao desenvolvimento a dar a cada uma das rubricas.

As actividades comerciais dos centros onde funcionam as escolas fornecem abundantes exemplos próprios para ilustrarem as lições, e neles se apoiará o professor o mais possível para fazer discernir os alunos e para lhes prender a atenção e suscitar o interesse.

Apontam-se no programa os exercícios práticos que devem ser passados para um estudo mais profícuo de certos pontos da matéria. No entanto, em vista da índole do curso, convém que o professor utilize esse recurso no maior número possível de assuntos.

I) *Noção de comércio:*

- 1) Produtos e mercadorias; noção e classificação.
- 2) A troca dos produtos:
 - a) A necessidade da moeda.
 - b) As compras e vendas com intuito lucrativo.
A origem do comércio.
- 3) Aspectos económicos do comércio.
- 4) As funções do comércio.

II) *Classificação e divisões do comércio:*

- 5) Comércio por grosso e a retalho.
- 6) Comércio interno.

7) Comércio externo; suas modalidades.

8) Comércio geral e especial.

(Exemplos dos diversos tipos de comércio).

III) *A deslocação dos produtos:*

9) O acondicionamento das mercadorias:

a) Empacotamentos de apresentação; sua importância para a boa aceitação das mercadorias.

b) Empacotamentos de transporte; condições económicas a que devem obedecer.

(Exemplos de vários tipos de empacotamentos).

c) Endereços e marcas dos volumes das mercadorias; divisas, números e contramarcas.

(Exemplos).

10) O peso das mercadorias e dos invólucros:

a) Peso bruto.

b) Peso líquido legal e peso real.

c) Taras.

11) As vias de comunicação e os meios de transporte:

a) Classificação das vias de comunicação.

b) Os meios de transporte usados.

IV) *Lugares destinados ao comércio:*

12) Os estabelecimentos comerciais:

a) Lojas e armazéns.

b) O estabelecimento principal e o seu desdobramento em filiais, sucursais, delegações e agências.

13) Mercados.

14) Feiras.

V) *Agentes de comércio:*

15) Classificação dos agentes de comércio.

16) Comerciantes; diferentes modos de exercer o comércio.

17) Intermediários de comércio; funções que desempenham e as remunerações que recebem:

a) Comissários e consignatários.

b) Depositários.

- c) Representantes, agentes e correspondentes.
- d) Corretores; as suas espécies; as suas obrigações; o registo das operações de que se incumbem.

18) Despachantes oficiais.

19) Gerentes e mandatários comerciais.

20) Caixeiros e empregados de comércio; suas categorias e denominações.

- a) A validade dos recibos que passam e como os devem assinar.
- b) As disposições mais importantes da Lei n.º 1952 sobre o contrato de trabalho dos empregados e assalariados do comércio.

VI) *Principais contratos do comércio e sua documentação:*

21) Compra e venda:

- a) Noção e objecto da compra e venda.
- b) As formas de contratar a compra e venda quanto à qualidade das mercadorias; quanto à sua quantidade; quanto à época da entrega; quanto ao lugar da entrega; quanto ao pagamento do preço.

A compra e venda por intermediários.

- c) Descontos e bonificações.
- d) Documentos relativos à compra e venda de mercadorias: a requisição ou nota de encomenda, a guia de remessa, a nota de recepção, a factura, a nota de débito, a nota de crédito, o certificado de origem e o recibo.

(Exibição de todos estes documentos e preenchimento de modelos relacionados com exercícios de compras e vendas de mercadorias nacionais, coloniais e estrangeiras).

22) Contratos de transportes terrestres:

- a) Espécies de contratos de transporte; designação das pessoas que neles intervêm e do preço do transporte.
- b) O transporte pelo caminho de ferro; tarifas e condições; documentos que são passados.

- c) O transporte de camionagem; as condições e os documentos que se passam.

(Exercícios sobre expedição de mercadorias pelas tarifas mais usuais e preenchimento dos modelos dos documentos).

23) Contrato de fretamento:

- a) Noção de um fretamento de navios.
 b) Modalidades de fretamento e denominação das pessoas que nele intervêm.
 c) O fretamento à carga; documentos que são necessários.

(Exercícios sobre embarque de mercadorias com o preenchimento de modelos dos documentos usuais).

24) Contrato de seguro:

- a) Primeiras noções deste contrato e pessoas que nele figuram.
 b) Principais riscos contra que se faz o seguro.
 c) O prémio e as formas do seu pagamento.
 d) Classificação dos seguros.
 e) Resseguro.
 f) Documentos respeitantes ao seguro: minuta, apólice, recibo.

(Exibição destes documentos e preenchimento de modelos de minutas de seguros).

VII) *Noções sobre títulos de crédito:*

- 25) Primeiras noções: classificação de títulos de crédito.

26) Principais funções dos títulos de crédito representativos de moeda e a indicação dos seus intervenientes e dos seus direitos e obrigações.

27) A transmissibilidade e a negociabilidade dos títulos de crédito. (Exibição destes títulos).

VIII) *Os bancos e as suas operações privadas:*

- 28) Os bancos, suas espécies e funções.
 29) Operações de depósito:
 a) Depósitos de dinheiro, à ordem, a prazo, com aviso prévio.

- b) Depósitos de títulos.
- c) Depósitos de objectos preciosos.

30) Operações de desconto de letras, livranças e extractos de factura.

31) Transferências de fundos.

IX) *A propaganda comercial:*

32) Os fins e os benefícios da propaganda comercial.

33) Os processos de propaganda:

a) Organismos públicos e particulares; Casas de Portugal no estrangeiro, Casas do ultramar, Casas da metrópole; exposições e feiras regionais, nacionais e mundiais; museus comerciais.

b) Meios publicitários particulares; anúncios e reclamações nos jornais e em publicações periódicas, distribuição de prospectos e catálogos; cartazes; *placards*; anúncios luminosos; filmes; anúncios radiofónicos; vitrinas e decorações; mostruários e exposições nos estabelecimentos ou em lugares públicos.

X) *O arquivo de correspondência, dos documentos e livros comerciais:*

34) Sistema de classificação usados para documentação e correspondência comercial:

a) O emprego das fichas.

b) Os ficheiros.

35) A organização dos processos:

a) As cópias da correspondência e dos documentos.

b) O uso dos copiadores selados.

2.º ano

II) **Noções de direito comercial**

Compreende este programa não só as generalidades sobre o direito, os actos jurídicos e a capacidade das pessoas, consideradas necessárias à formação de cidadãos conscientes e disciplinados, mas também as ma-

térias de direito comercial que concorrem para a preparação profissional dos alunos do curso geral de comércio e que são, nomeadamente, as que respeitam ao exercício do comércio e às obrigações especiais dos comerciantes, aos contratos mercantis e às suas garantias, à falência, à moratória e aos títulos de crédito.

Dado o interesse que estes conhecimentos assumem para a resolução de muitos problemas da contabilidade, o professor não deixará de fazer, sempre que a ocasião se ofereça, a devida relação, mesmo para que o aluno se convença da utilidade do seu estudo.

Não se preconiza um ensino das noções de direito comercial totalmente apoiado no Código Comercial, pois que é muito diferente a ordenação que aí têm os assuntos constantes do programa, que, aliás, se seleccionaram com vista aos fins atrás indicados. Além disso, esse método obrigaria, para a boa compreensão dos textos, a uma conjugação de artigos que provocaria a dispersão inconveniente da atenção dos alunos e exigiria, por outro lado, o conhecimento prévio dos princípios gerais do direito, que eles não possuem. Todavia, entende-se que os estudantes devem ser exercitados no sentido de saberem procurar no referido código as disposições applicáveis às questões simples, que lhes sejam apresentadas, relativas às matérias mais conexas com a prática do comércio e da contabilidade.

Normalmente, só poderão consagrar-se às noções de direito comercial sessenta e oito lições, que o professor utilizará na exposição e recapitulação da matéria e em chamadas.

Há grande conveniência em reavivar no 2.º ano os conhecimentos fundamentais das noções de comércio que se leccionaram no 1.º. Far-se-á, para isso, uma revisão gradual dessa matéria nos três períodos, destinando-se a tal trabalho três sessões em cada período, duas para evocação sucinta e uma para prestação de uma prova escrita pelos alunos, a qual versará os pontos principais tratados. Julga-se aconselhável, para essa revisão, o plano seguinte:

No 1.º período revêem-se as matérias do programa compreendidas nos capítulos II, III e IV; no 2.º período as do capítulo V e do n.º 21) do capítulo VI; no 3.º período as dos n.ºs 22), 23) e 24) do capítulo VI e as dos capítulos VII e VIII.

I) *Ideias gerais sobre o direito e em especial sobre o direito comercial:*

- 1) Noção empírica de direito.
- 2) A lei: seu valor e caracteres.
- 3) O direito e as suas divisões: exemplos e noções empíricas.
- 4) O direito comercial: sua formação e utilidade.
- 5) O Código Comercial Português.
 - a) Noção de código.
 - b) Indicações históricas sobre o Código Comercial Português.
 - c) O sistema do Código Comercial Português.
 - d) O direito subsidiário do direito comercial.

II) *Actos de comércio:*

- 6) Noção e classificação dos actos jurídicos.
- 7) Actos civis e comerciais:
 - a) Conceito legal de actos de comércio. Análise do artigo 2.º do Código Comercial Português.
 - b) Indicação dos actos de comércio.
 - c) Actos unilaterais ou mistos.

III) *A capacidade civil e comercial:*

- 8) Noção de capacidade jurídica:
 - a) Determinação da capacidade dos indivíduos. A capacidade dos estrangeiros perante a lei nacional.
 - b) Maioridade.
 - c) Emancipação: formas de a adquirir.
 - d) Incapacidade e limitação da capacidade.

IV) *Do exercício do comércio e da responsabilidade dos comerciantes:*

- 9) Quem pode exercer o comércio:
 - a) Comerciantes em nome individual: a ilimitação da sua responsabilidade. A responsabilidade dos bens do casal pelas obrigações mercantis contraídas pelo cônjuge comerciante.

- b) Sociedades comerciais: suas espécies e natureza da sua responsabilidade.
 - c) Empresas comerciais, singulares e colectivas. Seus fins especiais.
- 10) Quem não pode ser comerciante:
- a) Proibições absolutas.
 - b) Proibições relativas.
- 11) Empresas tuteladas pela lei comercial.

V) *Obrigações especiais dos comerciantes:*

- 12) A firma:
- a) Definição e justificação da firma.
 - b) Os caracteres da firma.
 - c) O registo das firmas e as suas vantagens.
 - d) Como se constitui a firma do comerciante singular e das diferentes espécies de sociedades e empresas comerciais.
- (Exercícios sobre a constituição de firmas).
- e) A transmissão da firma.
 - f) O nome do estabelecimento e a insígnia. O registo e o prazo de validade.
 - g) Marcas industriais e comerciais. Seu registo e duração.
- 13) O registo comercial:
- a) A importância do registo comercial.
 - b) A organização e o âmbito do registo comercial.
 - c) Como se efectua a matrícula dos comerciantes em nome individual, das sociedades e empresas comerciais.
 - d) Principais actos sujeitos a registo.
- 14) A escrituração:
- a) Necessidade e obrigatoriedade da escrituração.
 - b) Os livros indispensáveis por lei e as formalidades a que estão sujeitos.
 - c) Os livros facultativos.
 - d) Preceitos a observar na escrituração dos livros.
 - e) O sigilo da escrituração. A exibição e o exame dos livros.
 - f) A força probatória dos livros de escrituração.

15) O balanço e a prestação de contas:

- a) Balanço anual e balanços extraordinários.
- b) Épocas para a prestação de contas.

VI) *Disposições legais aplicáveis aos contratos do comércio:*

16) Princípios fundamentais dos contratos:

- a) Noção empírica de contrato.
- b) Requisitos de validade de um contrato. A forma externa dos contratos.
- c) Classificação dos contratos.
- d) O cumprimento dos contratos.

VII) *Sociedades comerciais:*

17) O contrato de sociedade:

- a) Noção de sociedade.
- b) Requisitos e formalidades legais para a constituição das sociedades comerciais.
- c) Sociedades irregulares — primeira noção.
- d) Disposições do pacto social.
- e) Obrigações e direitos dos sócios em geral.

18) Sociedades em nome colectivo; seus caracteres particulares.

19) Sociedades anónimas:

- a) Condições essenciais para a sua constituição.
- b) A subscrição pública e particular das acções.
- c) A administração e o conselho fiscal; suas funções.
- d) As assembleias gerais ordinárias e extraordinárias; convocação e condições de funcionamento.
- e) Fundos de reserva e distribuição dos dividendos.
- f) A emissão de obrigações.

20) Sociedades por quotas:

- a) Requisitos necessários para a sua constituição.
- b) A realização das quotas e as prestações suplementares.
- c) A administração e a fiscalização.
- d) O funcionamento da assembleia geral.

- e) A distribuição dos resultados e a formação do fundo de reserva.
 - f) A amortização de quotas.
 - g) A emissão de obrigações.
- 21) Sociedades em comandita simples e em comandita por ações; seus caracteres particulares.
- 22) Sociedades mútuas de seguros; seus caracteres particulares.
- 23) Sociedades cooperativas; seus caracteres particulares.
- 24) Modificações e transformações das sociedades comerciais:
- a) Alterações do pacto social.
 - b) Redução do capital.
 - c) Prorrogação da sociedade.
 - d) Transformação de sociedades: incorporação e fusão.
 - e) Dissolução das sociedades: liquidação e partilha.

VIII) *Outros contratos comerciais:*

- 25) Compra e venda:
- a) A dupla natureza deste contrato.
 - b) Compras e vendas consideradas comerciais.
 - c) Promessa de compra e promessa de venda.
- 26) Mandato.
- 27) Comissão, consignação e representação.
- 28) Depósito.
- 29) Transporte e fretamento.
- 30) Aluguer e arrendamento.
- a) O arrendamento comercial.
 - b) O traspasse.
- 31) Empréstimo.
- 32) Conta corrente.
- 33) Seguro.

IX) *As garantias dos contratos:*

- 34) Garantias reais:
- a) O penhor.
 - b) A hipoteca.
 - c) A consignação de rendimentos.
 - d) O arresto e a penhora.

35) Garantias pessoais:

- a) Fiança e abonação.
- b) Aval.

X) *Formas anormais de cumprimento dos contratos de comércio:*

36) A falência:

- a) Motivos de declaração da falência.
- b) Quem pode requerer a declaração da falência
- c) Efeitos da falência.
- d) Classificação da falência.
- e) Penas aplicáveis aos falidos.
- f) Suspensão e levantamento da falência: reabilitação do falido.

37) A concordata:

- a) Concordata preventiva.
- b) Concordata suspensiva.

38) A moratória.

39) O acordo de credores.

XI) *Títulos de crédito mercantis:*

40) A letra:

- a) Indicações essenciais que deve conter.
- b) O saque.
- c) O aceite.
- d) O endosso.
- e) O aval.
- f) O pagamento.
- g) Protestos por falta de aceite e por falta de pagamento.
- h) Prazos de prescrição das acções de letras.

(Exercícios sobre operações de letras e preenchimentos de modelos).

41) A livrança.

42) O extracto de factura:

- a) Indicações que deve conter e as condições em que é passado.
- b) O aceite e a devolução do extracto de factura.

- c) O pagamento.
- d) Protestos por falta de aceite ou devolução e por falta de pagamento.
- e) Garantias que oferece o extracto de factura.

(Preenchimento de modelos de extractos de factura).

43) O cheque:

- a) Requisitos essenciais do cheque; formas da sua emissão.
- b) Endosso.
- c) Aval.
- d) Pagamento, prazos de apresentação.
- e) Cheques cruzados.
- f) Cheques para levar em conta.
- g) Acção por falta de cobertura do cheque.

(Preenchimento de modelos de cheques).

44) Acções:

- a) Noção e espécies de acções.
- b) Acções nominativas e acções ao portador.

45) Obrigações:

- a) Obrigações nominativas e obrigações ao portador.
- b) Caracteres que as distinguem das acções.

46) Conhecimento de depósito de mercadorias.

47) *Warrant* ou cautela de penhor.

48) Conhecimento de carga. Pertence.

3.º ano

III) Noções de economia política

Incluíram-se neste programa as noções fundamentais da ciência económica e aquelas matérias que se consideram indispensáveis para os alunos fazerem uma ideia dos processos adoptados nos grupos sociais, como as nações, para se atingir a satisfação das necessidades materiais dos indivíduos. Recairão, pois, as lições primeiramente sobre os factores e os elementos da actividade

económica determinantes da produção das riquezas, da troca ou da circulação de que são objecto para se efectuar o seu consumo, e bem assim sobre os diferentes quinhões em que se reparte o seu valor.

Serão depois leccionados assuntos de economia applicada, tais como os meios de se conseguir o necessário equilíbrio entre a produção e o consumo, os sistemas de doutrinas que orientam o comércio internacional, as pautas e os direitos aduaneiros e noções de dívida pública — conhecimentos estes tão úteis como importantes com que os diplomados devem ir munidos, a fim de se acharem aptos a discernir sobre as múltiplas questões mercantis e económicas que na vida prática se lhes hão-de deparar.

Ciência de observação, como é a Economia Política, o professor deve ir buscar aos próprios factos da vida das sociedades os fundamentos ou a formação dos princípios, das regras e das doutrinas que, em conformidade com o programa, tem de ministrar. Não esquecendo, por outro lado, o papel que este ramo de conhecimentos pode desempenhar na educação social dos estudantes, aproveitará, no melhor sentido nacional, os muitos exemplos e aspectos da economia portuguesa para servirem de base às suas explicações. O ensino terá, assim, uma objectividade que o tornará mais profícuo e atraente.

Prescrevem-se exercícios sobre os movimentos do nosso comércio externo, sobre o manuseio das pautas e a contagem dos direitos principais. Executar-se-ão à vista das publicações da estatística e das pautas em vigor. Nem os alunos hão-de perder esta oportunidade para recordarem no último ano do seu curso o que aprenderam no 1.º ano na disciplina de Geografia.

Não poderão, normalmente, ser dedicadas mais de sessenta e oito lições ao desenvolvimento deste programa. Serão distribuídas pela leccionação, pelas recapitulações e chamadas de alunos.

Em vista de o exame final da disciplina de Noções de Comércio, de Direito Comercial e de Economia Política ocorrer no 3.º ano, impõe-se que os alunos se apresentem convenientemente preparados nas matérias leccionadas nos anteriores. Serão, pois, recapituladas gradualmente durante os três períodos, destinando-se a esse trabalho, em cada um, o mínimo de três sessões.

I) *Noções preliminares:*

1) A ciência económica: sua denominação, objecto e divisões.

2) Os fenómenos económicos: seu conceito, natureza e classificação.

3) As leis económicas: sua distinção das leis naturais e das leis normativas. Vantagem do conhecimento das leis económicas.

4) As necessidades económicas: classificação das necessidades.

5) Meios de satisfação das necessidades económicas:

a) Bens materiais e serviços.

b) Riqueza: sua noção e caracteres.

6) A utilidade e o valor dos bens económicos: seus caracteres diferenciais.

II) *A produção das riquezas:*

7) Os factores da produção das riquezas:

a) A natureza e os seus recursos:

O solo e o subsolo; os regimes da sua exploração.

A propriedade privada; seu conceito económico e jurídico.

b) O trabalho:

Caracteres e formas de trabalho.

A divisão social do trabalho; suas vantagens económicas e sociais.

A divisão técnica do trabalho; as vantagens da produção em série.

c) O capital:

As formas que reveste o capital. A classificação do capital de categoria económica em fixo e circulante.

Os rendimentos do capital: o juro e o lucro.

8) Os organismos económicos de produção:

A empresa; sua definição e funções.

Classificação das empresas.

As formas jurídicas da empresa.

As sociedades anónimas; o seu papel na concentração dos capitais e na sua gestão; as garantias que devem oferecer; sua fiscalização.

As cooperativas; seus fins, espécies e vantagens económicas e sociais.

As casas de lavoura; serviços que prestam aos pequenos agricultores.

III) *A circulação das riquezas:*

9) A troca; sua evolução e formas.

10) Moeda e regimes monetários:

Funções económicas da moeda. Requisitos de uma boa moeda. A forma da moeda. Valor nominal e valor real da moeda.

Amoedação: cunhagem e emissão.

Moeda forte e moeda fraca.

Moedas principais e moedas subsidiárias.

Regimes monetários: monometalismo, bimetalismo e circulação fiduciária; suas características. Reservas da circulação fiduciária.

11) Regime monetário português:

a) Na metrópole: cunhagem da moeda metálica e circulação do papel-moeda. A reserva da circulação fiduciária, percentagem e natureza dos valores que a podem representar.

b) Regimes monetários em vigor no ultramar.

12) Os preços e as leis económicas que os regulam:

Noção de preço. Diferentes espécies de preços.

A formação dos preços correntes: lei do custo de produção, lei da indiferença, lei da oferta e da procura, lei do lucro máximo em monopólio.

Principais causas da variação dos preços.

13) Crédito e títulos de crédito: noção e classificação do crédito. As vantagens económicas do crédito.

IV) *A repartição das riquezas:*

14) Os quinhões do valor da riqueza.

a) Conceitos de renda da terra, do juro, do lucro, do salário e do imposto.

b) Princípios gerais sobre impostos e contribuições: a matéria tributável; critérios a observar no lançamento dos impostos.

V) *O consumo das riquezas:*

15) Formas de consumo: o consumo pessoal e o consumo industrial; distinção. Consumo proveitoso e consumos nocivos:

- a) Regras do consumo proveitoso.
- b) Meios de combater os consumos nocivos.

16) A poupança: formas de a realizar; sua importância económica e social.

17) A previdência:

- a) As instituições de previdência públicas e privadas; suas espécies e fins.
- b) As sociedades comerciais de seguros.

VI) *O equilíbrio entre a produção e o consumo:*

18) A produção em regime de livre concorrência:

- a) Noção e efeitos da concorrência.
- b) Benefícios da concorrência para os consumidores.
- c) A destruição da concorrência pela formação de coligações de empresários.

19) A produção em regime de monopólio:

- a) Noção de monopólio. Condições para a sua formação.
- b) Classificação dos monopólios.
- c) Organismos de concentração industrial.

Cartéis: suas espécies; bases para a sua organização; as vantagens que se lhes reconhecem.

Trusts: seus fins e formas de constituição; suas vantagens e inconvenientes.

20) A produção em regime corporativo ou de coordenação:

- a) Objectivos económicos do artigo 7.º do Estatuto do Trabalho Nacional.
- b) A corporação e os elementos primários que a constituem; funções económicas da corporação.
- c) Organismos de coordenação económica; o seu papel transitório.

VII) *Sistemas de doutrinas que orientam o comércio internacional:*

21) O sistema mercantil:

- a) O colbertismo.
- b) A balança de comércio:

Estudo da balança comercial portuguesa: a tonelagem e o valor dos principais produtos da nossa importação e da nossa exportação: a distribuição geográfica dos principais produtos importados e exportados. (Elaboração de gráficos demonstrativos do movimento do nosso comércio externo, abrangendo vários períodos).

- c) A balança económica ou de pagamentos: as operações activas e passivas mais importantes da balança de pagamentos de Portugal.

22) O livre-cambismo:

- a) As origens deste sistema e os seus princípios.
- b) Os inconvenientes da aplicação do livre-cambismo.

23) O proteccionismo:

- a) Os objectivos e as modalidades do sistema proteccionista.
- b) As vantagens e os inconvenientes que se apontam ao proteccionismo.
- c) A protecção pautal às indústrias nacionais.
O nosso regime cerealífero e o diferencial de bandeira para proteger o tráfego da marinha mercante nacional com as colónias.

VIII) *Pautas e direitos aduaneiros:*

24) As funções, os serviços e a jurisdição das alfândegas.

25) Pautas aduaneiras:

- a) Classificação e divisões das pautas aduaneiras.
- b) As características das nossas pautas em vigor.

26) Direitos aduaneiros:

- a) Classificação dos direitos aduaneiros.
- b) Como são lançados, segundo as nossas pautas, os direitos específicos.

(Exercícios de cálculos de direitos aduaneiros e manuseio das pautas de importação e exportação).

IX) *Noções de dívida pública:*

27) Causas da formação das dívidas públicas. Suas espécies e títulos que as representam.

28) Ideia sumária da dívida pública portuguesa:

- a) Classificação da nossa dívida pública e instrumentos em que se representa.
- b) Distinção entre a dívida total, efectiva e real.

Nota. — Haverá um *compêndio* dividido em fascículos correspondentes a cada um dos anos da disciplina.

Contabilidade

I

Como nas observações ao programa da disciplina de Escrituração Comercial do curso de comércio (curso complementar de aprendizagem), aprovado pelo Decreto n.º 36 356, de 18 de Junho de 1947, se diz, e na verdade se fez, traçaram-se então as grandes linhas de um método, ainda que dotadas de tão grande flexibilidade, que tornam possível a adopção de concepções doutrinárias diferentes.

Julga-se preferível, nestes programas do curso de formação, que não seja consentida tão ampla liberdade, dada a natureza especial dos alunos que o frequentam, bem diferente da dos que seguem os cursos de aprendizagem. E, adoptando embora este programa as grandes linhas do programa de Escrituração Comercial (os títulos das suas diversas partes serão até os mesmos), a sua ordenação apresenta, no entanto, diferenças, dada a colocação desta disciplina no quadro da distribuição anual das matérias do curso de formação e considerado o número de horas que lhe são consagradas nos dois anos que se lhe dedicam.

II

1) Deverá começar-se por dizer não ser a Contabilidade ramo de conhecimentos, como parece geralmente se julga, que seja à parte de qualquer outro: destarte, seus métodos e processos de ensino terão de ser, ao cabo e sempre, os de emprego corrente em tantas outras disciplinas. Tenham-se especialmente presentes os do ensino de cálculo e dêem-se aqui por transcritos.

Com isto não pretende negar-se a complexidade e a originalidade que os problemas relativos a esta disciplina podem assumir, mas somente acentuar que o ensino da contabilidade há-de ter carácter elementar. Toda a teoria a que se não refira o programa será posta de lado. Mais do que qualquer outra disciplina destes cursos, deve a Contabilidade ser antes formativa do que informativa. Mas nunca a informação se descurará, procurando-se principalmente que os alunos fiquem de posse de fundamentos sólidos, capazes de servirem de ponto de partida para futuras especializações.

2) Tem o ensino da Contabilidade desde longe reflectido o grande inconveniente que sempre resulta para esta disciplina do uso do mau compêndio, mais ainda do abuso dos manuais . . . sem mestre.

Não será, pois, desnecessário dizer que, como em qualquer outra disciplina, também aqui o professor é elemento essencial da aprendizagem e sempre estas observações revelarão a dominante preocupação da sua constante intervenção; se descerem a minúcias que se tenham por dispensáveis, elas só querem chamar a atenção dos professores para o grande papel que lhes compete.

3) Mas abster-se-á sempre o professor da lição magistral ou, principalmente, de se extraviar no desenvolvimento de aspectos de índole especializada, antes se cingindo, quanto possível, às formas mais correntes da actividade comercial e sempre com o intuito de facilitar ao aluno a compreensão completa e correcta de tudo que deva ser tratado.

Para tal efeito, as visitas a empresas, onde se saiba que funcionam escritas bem organizadas e bem características das várias formas de actividade, e os estágios, quando possíveis, constituirão excelentes meios de educação contabilística. Organizadas as comissões de pa-

tronato previstas na lei, às mesmas cumpre facilitar a utilização destes recursos.

4) Para que se tornem os programas de Contabilidade exequíveis nos tempos lectivos que a lei lhes destina e também para que permitam ao professor fazer o ensino perfeito desta disciplina e preparar os alunos para um «ensino geral», foram todas as matérias reduzidas ao que se reputou essencial ou indispensável. Intenta-se por este modo precisar a orientação do estudo, evitar ampliações desnecessárias e sugerir os tipos mais correntes de exercícios, sempre supondo a existência do material que deverão possuir de futuro as escolas comerciais.

5) O professor terá presente que a aula de Contabilidade na escola comercial é daquelas que mais contribuirão para a formação técnica do aluno, estimulando ainda o pleno desenvolvimento dos seus sentimentos de ordem e de estética.

Terá assim sempre em vista que a Contabilidade pertence ao número das disciplinas em que a melhor parte do trabalho se fará na escola; para o estudo em casa ficará sempre, pelo menos, a cópia de exercícios já corrigidos ou a transcrição para cadernos de exemplos que o professor tiver escolhido para a revisão de conhecimentos já adquiridos.

6) Há-de ser ainda fim principal do ensino desta disciplina de Contabilidade o fornecer não só os indispensáveis conhecimentos teóricos (são em pequeno número os que se incluem no programa), mas principalmente o comunicar ao educando uma prática eficaz da escrituração. Deste modo, sempre na base de toda a aprendizagem deverá estar a preocupação dominante de dois princípios a atingir: fazer trabalhar constantemente o aluno naqueles termos em que a Contabilidade se pratica geralmente e procurar que o mesmo compreenda sempre com perfeita clareza o que constitui a essência do trabalho contabilístico.

A técnica que ao aluno se irá sucessivamente ministrando será gradualmente aperfeiçoada, tendo em vista uma interpretação corrente do trabalho da Contabilidade e a adaptação a todas as formas de actividade dos princípios gerais da mesma, para que se obtenha (este é desiderato geral) «pleno desenvolvimento de activas faculdades de análise e de criação».

E porque a «certeza» é a verdadeira finalidade da Contabilidade, também o ensino desta contribuirá sòlidamente para tornar mais completa a educação cívica e moral do educando, pois aqui, mais do que em qualquer outra disciplina, a preocupação da verificação e da rectidão surge a todo o momento.

7) Os objectivos do ensino da Contabilidade são, pois, primordialmente, os seguintes — continua-se dentro de princípios de ordem muito geral:

- a) O desenvolvimento mental dos alunos e, em especial, o da faculdade de bem raciocinar;
- b) O conhecimento elementar mas perfeito da vida comercial;
- c) A aquisição de uma técnica que vale por si mesma e ainda como instrumento privilegiado da ciência económica.

Com vista a estes objectivos, rejeitará o professor os processos que possam transformar este ensino, de boa ginástica intelectual que é, em estudo árido e mecânico, portanto inteiramente destituído de interesse.

O que tudo será fácil de conseguir com o rigoroso abandono de métodos passivos; também a respeito da Contabilidade se dirá que a intuição e a indução serão os processos predominantes, que a dedução só poderá ser empregada quando a regra houver sido estabelecida por via indutiva, que o conhecimento adquirido será fixado pela memória, mas a aquisição desse conhecimento se fará pelo uso do raciocínio.

Desde as primeiras lições que o ensino deve partir de exercícios orais e escritos, em que todos os alunos colaborarão, procurando o professor que cada um os execute nas aulas entregue ao seu próprio esforço, limitando-se a simples indicações e à correcção, individual ou colectiva, conforme reputar de maior conveniência.

8) A parte preliminar do programa do 1.º ano dar-se-á no menor número possível de tempos de aula, pois apenas tem em vista mostrar ao aluno que a disciplina que vai estudar não lhe é inteiramente estranha, antes se relaciona intimamente com os seus conhecimentos anteriores e até com os seus jogos.

A relação dos conhecimentos dos alunos e de certos aspectos da vida económica auxiliará a aquisição dos princípios a ministrar, bem como facilitará as suces-

sivas sistematizações, sempre reduzidas a esquemas, que os alunos organizarão guiados pelo livro e pelo professor e, sempre que possível, com recurso à prática efectuada no escritório comercial.

9) Constituirão estas primeiras lições a fase do ensino intuitivo, que deve levar o aluno a familiarizar-se com aquilo que a técnica moderna designa por aspecto estático do balanço, a adquirir o conhecimento de termos, se bem que elementar, a apossar-se praticamente dos diversos tipos de balanço, sem deixar de lhe fornecer os elementos necessários ao prosseguimento dos seus estudos. Consequentemente as referências à dinâmica contabilística serão ocasionais.

Nesta fase se procurará que os exercícios incidam de preferência sobre aquilo que cai directamente sob os sentidos do aluno (tal como se dirá talvez da aprendizagem de uma língua), pois é natural que o professor comece por utilizar o mais possível a intuição directa, a que, a breve trecho, se juntarão os exemplos buscados nas mais correntes formas da actividade comercial ou industrial, com casos tirados, em grande parte, das profissões que aos alunos sejam familiares.

Sempre o ensino se fará de forma animada e activa, apoiada no interesse dos alunos, velando o professor pela total compreensão dos termos que sucessivamente vão surgindo e por que não haja desperdícios de tempo.

No uso destes termos haverá precisamente todo o cuidado, esforçando-se o professor por levar os alunos ao emprego de uma terminologia correcta, e para isso procederá a constantes leituras de balanços, sobre os mesmos se exercendo permanente crítica.

Na elaboração destes balanços, as contas serão cuidadosa e criteriosamente escolhidas e graduadas; a princípio se partirá de pequenos balanços, caminhando-se lentamente para outros de mais complicada estrutura.

Também na aquisição da terminologia se não descerá a minudências desnecessárias ou até incompatíveis com o tempo disponível. O bom senso do professor saberá escolher o que é indispensável e de uso mais corrente, com exclusão do que representa demasiada especialização.

Não se esquecerá o professor de que as noções de lucro e de prejuízo são das mais importantes e, por isso, sobre elas terá de incidir grande parte da sua atenção. Tais

noções serão sempre apresentadas na sua forma viva, começando pelos casos mais correntes.

Em tudo e sempre devem os alunos ser levados a observar e reflectir, e registarão nos seus cadernos o que de importante for surgindo.

10) O 1.º ano da Contabilidade tem como principal objectivo o estudo do que se reputa mais importante da estática e da dinâmica do balanço; o 2.º ano tem como finalidade dominante o trabalho essencialmente prático e, se for possível, o conhecimento muito elementar de «contabilizações especiais», facultado através do simples exame dos balanços de algumas empresas mais representativas.

Uma grande parte dos assuntos da Contabilidade, cuja sistematização é reservada ao 2.º ano, foi já objecto de estudo ocasional no 1.º ano. Neste ensino ocasional não deve o professor perder de vista o que estiver fazendo sistematizadamente, pois se tratará somente de pequenas digressões, de exemplificações conducentes à intelligência dos actos comerciais, e não de objecto de lições especiais.

Nunca se perderá de vista a aquisição e successiva ampliação de conhecimentos de ordem económica. Este estudo da vida económica será feito a par de todo o outro ensino, cumprindo ao professor de Contabilidade colaborar com os das demais disciplinas, especialmente de Cálculo Comercial, de Direito, de Economia, de Geografia Económica e de Mercadorias. Nunca esquecerá, pois, que trabalha em regime de classe e que deve ter em atenção as afinidades de todas as disciplinas, não só quanto à própria matéria, como principalmente quanto aos processos a empregar.

Ao ensino da Contabilidade no 2.º ano do curso de formação são destinadas quatro horas semanais, o que representará mais de cem lições durante o ano lectivo; tal número dá margem à leccionação de todos os assuntos e ainda largamente a que se façam constantes revisões parciais regularmente espaçadas, com a simples reserva de que grande parte do último período será destinada à revisão de todas as noções essenciais estudadas durante o ano e à elaboração de pequena e simples monografia.

O estudo do 2.º ano tem por fim contribuir tanto quanto possível para o aperfeiçoamento prático e extensão da cultura geral dos alunos, fornecendo-lhes uma

sólida base em que possam assentar as aplicações práticas ou os estudos subsequentes. Para a consecução desta finalidade tem o professor à sua disposição as sessões destinadas ao escritório comercial. E fica a sugestão de que a melhor distribuição dos seis tempos semanais previstos na organização do curso será talvez em duas aulas de uma hora e duas aulas de duas horas. O estudo da última parte do 2.º ano seria constituído nas aulas de uma hora por sucessivas revisões de matérias dadas precedentemente.

Tenha o professor sempre presente a finalidade formativa do ensino. Facultando ao aluno o conhecimento de certo número de princípios e até de algumas teorias, importa acima de tudo desenvolver a sua iniciativa pessoal e a faculdade de raciocínio, de maneira a poder tirar conclusões e fazer as respectivas aplicações práticas. O objectivo a atingir consistirá, além da posse de conhecimentos necessários para o aluno poder seguir com proveito estudos imediatos, na aquisição de conhecimentos que lhe permitam bem raciocinar sobre todas as questões da vida prática.

11) O professor exigirá dos alunos a compreensão correcta e inteligente dos documentos comerciais, cuja escolha será feita de forma que nenhum deixe de ser apropriado à idade dos alunos; e com esta orientação serão organizados os livros para os dois anos.

Também o documento comercial será o centro de muitos dos exercícios. A sua explicação será feita com a indispensável minúcia, recorrendo-se aos conhecimentos adquiridos pelos alunos nas aulas e fora delas.

A análise dos documentos, feita com desenvolvimento proporcional à importância dos assuntos e em íntima ligação de uns com outros, guiará o aluno na inteligência dos mesmos documentos.

12) O ensino da Contabilidade participará também largamente do processo crítico. Porque importa ter sempre em mente que a aprendizagem desta disciplina não consistirá unicamente em reter certos termos ou escripturar determinadas operações em grau de maior ou menor correcção ou até mesmo de maior ou menor coordenação, pois sempre será fundamental neste ensino a relação constante dos factos que se contabilizam com o património da empresa a que os mesmos se referem.

III

1) O ensino teórico da Contabilidade derivará em todos os casos dos exercícios de elaboração de inventários e balanços, de inscrição em contas, da prática de lançamentos e de monografias — sempre o professor intervindo com as indispensáveis explicações. Também os exercícios recairão sobre documentos comerciais devidamente explicados, para que se evitem quanto possível os erros. Procure-se que cooperem os alunos na escolha dos assuntos.

Será, pois, constante esta preocupação do exercício, mas entendendo-se este sempre como a boa prática da escrituração.

2) Já se encareceram suficientemente as preocupações caracteristicamente activas que devem inspirar todas as operações didácticas do ensino da Contabilidade. Tudo o que vai sendo aprendido, tudo que é matéria de novas aquisições há-de sempre resultar de reflexão sobre as operações comerciais, de que o aluno seja hipotético agente — caso do comerciante — ou participante — caso do empregado comercial. Mas o exercício será sempre trabalho, mais do que uso de caderno.

Repete-se ainda: a respeito de cada uma das rubricas do programa, se suporá sempre o jogo vivo das actividades económicas, fazendo com que estas variem constantemente, de modo a que se passe em revista, nos dois anos em que a disciplina se lecciona, o maior número possível de tipos de vida comercial, industrial ou agrícola do local em que a escola funciona. Nas monografias que for possível elaborar no 2.º ano da disciplina se terão em vista as formas mais correntes da actividade económica da região onde a escola se situar.

3) Os exercícios serão sempre cuidadosamente corrigidos.

A correcção será prévia e cuidadosamente preparada pelo professor fora da aula, anotando os exercícios dos alunos, e será umas vezes individual, outras colectiva, cumprindo que, tanto quanto possível, os alunos tomem parte activa nessa correcção, executando-a segundo as anotações exaradas pelo professor e outras indicações dele recebidas. Uma vez por outra poderá a correcção ser feita mutuamente pelos alunos, de acordo também com as indicações do professor, que sempre posteriormente verificará as correcções dos alunos.

4) Poderão os vários exercícios escritos ser de duas espécies: de ensino, construtivos portanto, ou de exame, distribuídos estes com equilibrada frequência pelo ano lectivo. E em todos os exercícios se recomenda sempre a recordação de noções já aprendidas pelo aluno.

Os tipos destes exercícios variarão constantemente, bem como a sua extensão, que de início deverá ser criteriosamente limitada, e o professor irá concedendo em grau sempre crescente autonomia à espontaneidade do aluno, a quem nunca se deixará supor que a contabilidade se faz em formas ou moldes fixos.

5) Na prática dos exercícios de Contabilidade importa respeitar dois grandes princípios, que até aqui se não terão verificado comumente:

- a) A prática constante do registo em contas divisionárias e não a preocupação única do lançamento com uso de títulos muito gerais, sempre inconveniente para a assimilação ocasional das contas, pelo que deve aproveitar-se o 1.º ano de ensino para insistir muitas vezes naqueles exercícios;
- b) O cuidado constante de que o aluno acrescente ao lançamento ou registo que effectua a correctíssima descrição do mesmo, óptimo exercício este de redacção e que tanto contribuirá também para o pleno conhecimento da operação contabilizada.

Parece terem sido até hoje geralmente repudiadas tais preocupações, que se quereriam dominantes, nomeadamente no início deste ensino. Há que considerar que o aluno desta disciplina tem já, neste curso de formação, uma escolaridade relativamente longa, como não se poderá abstrair de conhecimentos que sempre a vida vai fornecendo, mas principalmente do que tenha adquirido noutras disciplinas, não só as de Noções Gerais de Comércio ou Cálculo Comercial, como no aprendizado da língua pátria ou das línguas estrangeiras, importando sempre mostrar ao aluno como a Contabilidade, em seu mais amplo sentido, é prática constante da vida.

6) A determinação do tipo e natureza das contas a empregar em cada caso constituirá exercício central do ensino nesta disciplina. Só assim o aluno compreen-

derá o exacto significado da linguagem contabilística. É nesta interpretação que está o verdadeiro fim do ensino. Mais do que quaisquer outros exercícios, estes concorrerão para criar hábitos de curiosidade e atenção, que tornarão o ensino sempre atraente e facilitarão o despertar do que poderá talvez chamar-se «uma sensibilidade contabilística».

IV

1) De acordo com os tempos lectivos destinados à Contabilidade, torna-se forçoso percorrer grande parte da matéria no 2.º ano do curso. Será o 3.º ano de boa prática de escritório.

Neste sentido, e para evitar dificuldades de interpretação aos coordenadores de compêndios, se deu aos presentes programas suficiente pormenorização, que exemplifica mas não limita. Compêndios que nunca deixarão de especificar qual a matéria nova, nem deixarão de conter resumos de outras matérias que se tornem indispensáveis para fazer do ensino um todo harmónico.

Reconheceu-se a conveniência de fixar a sequência da matéria que também há-de ser respeitada na seriação dos exercícios — para evitar que um aluno, ao transitar de escola ou de turma na mesma escola, venha a encontrar-se em terreno desconhecido. Sempre hão-de variar de professor para professor os pormenores do ensino, «função da equação pessoal do docente e do discente». Mas quer-se que, para cada ano e período, haja para todos, como base comum, o mesmo «programa». Daqui se tira novo fundamento para a enunciação pormenorizada da matéria dos dois anos, tendo em vista o estabelecimento do que poderemos chamar «esquemas de uniformização do ensino».

2) É de recomendar que sempre a exposição do professor se amolde ao compêndio adoptado. Nesta matéria se tem já dito que quando há divergência sensível entre o livro e o mestre se estabelece confusão no espírito do aluno. Mais se refere esta recomendação à consciente disciplina de quem trabalha do que a imperativo de dogmático servilismo.

E, por consequência, a existência de bons compêndios é condição indispensável a bom ensino.

Haverá um *compêndio*, dividido em fascículos correspondentes a cada um dos anos da disciplina.

2.º ano (1)

I) *O património:*

1) Definição de património; o património social e os patrimónios particulares.

Os elementos que podem constituir o património particular buscados através de exemplos muito simples; recapitulação de noções que já são do conhecimento do aluno; noção muito simples do «fundo de comércio» ou «estabelecimento comercial».

O carácter pecuniário dos elementos patrimoniais; noção elementar de valor.

A classificação de elementos patrimoniais em valores activos ou positivos e em valores negativos ou passivos; o activo e o passivo.

2) A movimentação do património da empresa.

Factos patrimoniais; exemplos de factos patrimoniais e sua definição de acordo com noções já aprendidas pelo aluno.

Variações qualitativas e quantitativas do património; exemplos muito numerosos que caracterizem e permitam classificar os vários tipos das variações patrimoniais.

Noções de lucro e de prejuízo, dadas através de problemas muito simples.

Determinação de resultados por comparação da situação económica do indivíduo ou da empresa antes e depois das operações comerciais que originam os lucros ou prejuízos.

3) O inventário.

O inventário simples e o inventário classificado; as classes de elementos do património; classes de maior e menor generalidade.

Simple indicação das operações de inventariação do património.

Inventários gerais e inventários parciais.

Noções muito elementares sobre a inventariação das mercadorias, dos débitos e créditos, etc.

Formas práticas que podem revestir os inventários parciais.

(1) Os programas do 2.º e 3.º anos foram substituídos por estes, aprovados pela Portaria n.º 15 007, de 27 de Agosto de 1954.

II) O balanço:

4) A comparação do activo e do passivo; a situação líquida; diferença entre o inventário e o balanço.

As várias espécies de situação líquida; o capital e os resultados.

A representação gráfica do balanço.

Comparação da noção de situação líquida com outras noções que sejam já do conhecimento do aluno.

Princípios que resultam da inscrição dos lucros e dos prejuízos no balanço.

5) O balanço inicial.

A necessidade do exame periódico da situação da empresa.

O exercício económico; o que dispõem o Código Comercial e a legislação complementar.

Os balanços de fim de exercício.

6) As várias modalidades do equilíbrio do património e as expressões do balanço que lhes correspondem.

Exemplos muito simples de balanços de vários tipos de empresas, com preferência pelas que possam ser do conhecimento do aluno.

Balanços sintéticos e balanços analíticos; vantagens e inconvenientes de uns e de outros.

As disposições práticas dos balanços; simples leituras dos balanços de vários tipos de empresa.

O livro de «Inventário e balanços»; o que dispõe a lei portuguesa.

III) As contas:

7) A conta e o seu objecto (classe de valores).

Os aspectos qualitativos e quantitativos das contas.

A correlação das contas; variações simples e variações complexas das contas.

A anotação dos aumentos e das diminuições das contas.

Convenções resultantes e terminologia respectiva.

Os lançamentos; as várias partes de que se compõe o lançamento; lançamentos simples e lançamentos complexos.

Referência simples ao «Razão» e ao «Diário»; principais disposições da lei portuguesa acerca destes dois livros

Aplicação dos princípios contabilísticos anteriormente deduzidos através de numerosos exemplos de operações comerciais em que se façam intervir as contas

mais usuais, que, de seguida, se classificarão; trabalhos sempre feitos com grande correcção realizados nas contas e no «Diário»; passagens do «Diário» para as contas; prática grande de lançamentos e de transferência.

Interpretação de lançamentos.

8) Os dispositivos usuais das contas; prática de trabalhos em contas de modelos mais frequentes; as fichas.

As classificações das contas.

a) Contas singulares e contas colectivas;

b):

Contas do activo:

Contas do activo disponível ou facilmente realizável;

Contas do activo realizável a prazo maior ou menor;

Contas de immobilizações.

Contas do passivo:

Contas de passivo exigível a curto prazo;

Contas de passivo exigível a longo prazo;

Contas de situação líquida;

Contas de capital;

Contas de reservas;

Contas de resultados.

Contas de regularização:

Contas de redução do passivo;

Contas de redução do activo.

Contas de ordem.

c) Contas de valores concretos e de valores abstractos.

d) Contas impessoais e contas pessoais; contas mistas e contas de transição.

Exemplos bastante numerosos das várias contas pertencentes a cada uma das categorias anteriormente indicadas, de modo a dar imediatamente ao aluno o conhecimento do maior número possível de classes patrimoniais.

IV) *Estudo das contas mais vulgares:*

9) A conta de capital.

Abertura das contas nas empresas singulares.

O comerciante estabelece-se só com numerário.

O comerciante estabelece-se com valores activos de diversa natureza.

O comerciante estabelece-se com valores activos e passivos.

Formas várias que poderão revestir os lançamentos de abertura.

10) As contas de caixa e de depósitos em bancos.

O movimento da conta de caixa (numerário, vales de correio e cheques a receber).

A verificação diária do saldo de caixa e a contabilização dos erros verificados; as folhas de caixa; os documentos de caixa.

O «Caixa das despesas miúdas».

Os depósitos em bancos e suas diversas espécies; nomes que podem tomar as contas respectivas.

Movimentação e documentação das contas de depósito.

Os cheques: simples indicação de outras funções que possam caber às contas de bancos.

Juros de depósitos; dispositivos práticos das contas de bancos.

11) As contas de mercadorias.

Definição das mercadorias; nomenclatura das contas respectivas.

A contabilidade das operações com mercadorias em moeda nacional e em moeda estrangeira.

O cálculo do preço das mercadorias e das percentagens de lucros.

O preço de compra e o preço de custo. Elementos directos e indirectos do preço de custo.

O preço de venda.

12) Principais contas subsidiárias das contas de mercadorias; natureza especial de cada uma destas contas.

A subdivisão da conta de mercadorias; critérios mais correntes de subdivisão; estudo das contas divisionárias de maior importância prática e recapitulação de noções que sejam já do conhecimento do aluno e que se relacionem com cada uma das contas que se tenham definido.

13) Inconvenientes resultantes dos processos correntes de contabilização da conta de mercadorias.

Inventário periódico e inventário permanente das mercadorias.

Indicação dos processos principais para se conseguir a permanência do inventário das mercadorias; dificuldades de ordem prática; casos que tornam impossível a existência de inventário permanente.

14) A avaliação das mercadorias.

Os vários critérios de avaliação das mercadorias.

Cálculo de preços médios.

A avaliação do menor preço; vantagem deste critério.

Regularização das contas de mercadorias.

15) As contas de dívidas activas e de dívidas passivas.

Classificação das dívidas quanto ao modo de pagamento e ao prazo; indicação muito elementar das garantias das dívidas; as contas que correspondem a cada uma das espécies de dívidas que se tenham definido.

As contas de clientes e as contas de fornecedores; as contas dos sócios; as contas de empréstimos; outras contas que se podem incluir nesta categoria.

A conta de devedores e credores; desdobramento da conta para efeito de balanço.

As dívidas duvidosas; as dívidas incobráveis.

16) As contas de letras a receber.

Os intervenientes das letras; rememoração de todas as noções já aprendidas.

Recapitulação das principais disposições legais sobre letras.

O registo de letras a receber.

Compra, venda, saque, devolução, etc., de letras; o desconto e a negociação de letras; documentos usados e fases destas operações.

A cobrança de letras por intermédio de bancos; fases da operação e documentos usados pelos bancos.

A reforma de letras; o protesto de letras em carteira e de letras negociadas em bancos.

Os extractos de facturas a receber; o copiador das facturas e o registo dos extractos.

As livranças.

17) As contas de letras a pagar.

O registo de letras a pagar.

O aceite, a anulação e o pagamento das letras.

Os extractos de factura e as promissórias a pagar.

18) As contas de imobilizações.

Definição e características.

Imobilizações corpóreas e imobilizações incorpóreas; as contas mais vulgares de cada uma destas categorias.

Imobilizações técnicas e imobilizações de rendimento.

19) As despesas resultantes das imobilizações.

Despesas de compra e de instalação.

Despesas de conservação e reparação.

Despesas com benfeitorias.

Simple referênciã à amortizaçã das imobilizações.

20) As contas de resultados ou de ganhos e perdas.

As contas dos gastos gerais; vantagens da sua subdivisã e critérios mais correntes desta subdivisã; distincã entre as contas de gastos gerais e outras contas, nomeadamente as de despesas de venda.

Contas de juros, descontos e comissões.

Contas de lucros e prejuízos acidentais.

Contas de diferenças de câmbio; disposiçã práticã das contas em moeda estrangeira.

Contas de despesas particulares.

Outras contas de resultados.

O destino do saldo da conta de ganhos e perdas nas empresas singulares e nas sociedades.

V) *A escrituração comercial:*

21) Os documentos.

Documentos de movimento interno e de movimento externo.

Estudo dos principais documentos usados nas empresas comerciais.

Indicaçã de disposições legais que se possam referir aos documentos da escrituração.

Normas muito precisas sobre os processos de classificaçã e arquivo dos documentos comerciais.

22) Os livros.

Disposições da lei portuguesa acerca dos livros da escrituração mercantil; a conservaçã dos livros obrigatórios; as formalidades a que estã sujeitos certos livros de escrituração.

A classificaçã dos livros quanto ao ponto de vista legal, quanto à inscriçã, quanto à maneira por que se escrituram e quanto à estrutura.

Estudo pormenorizado do «Diário».

23) Aspectos materiais que pode revestir o «Razã»; livros encadernados e livros de folhas destacáveis.

Aparelhos de fichas visíveis; o progresso das organizações contabilísticas; as vantagens do emprego de fichas.

Principais tipos de classificaçã das contas nos registos e nos ficheiros.

Os reportórios.

24) As fases do trabalho contabilístico.

O plano contabilístico e a sua utilidade:

a) Os lançamentos de abertura.

b) O registo das operações comerciais.

c) Os estornos; disposições da lei comercial sobre a correcção dos erros.

Correcção dos erros praticados no «Diário»; as várias espécies de estornos.

Correcção dos erros praticados no «Razão».

25) d) Os balancetes de verificação do Razão geral e dos Razões particulares; confecção dos balancetes.

A forma dos balancetes.

A função dos balancetes; as conferências fornecidas pelos balancetes; a presunção da exactidão que resulta do balancete; erros de imputação e erros de compensação; a investigação dos erros.

e) Inventário directo dos vários elementos patrimoniais; rememoração de noções dadas anteriormente.

f) Lançamentos de regularização e de rectificação das contas.

g) A determinação dos resultados; lançamentos para agrupamento na conta geral de ganhos e perdas.

h) Balancete rectificado ou inventário.

i) O balanço.

26) j) Encerramento das contas no «Razão» e no «Diário».

Os livros e as contas depois da elaboração do balanço anual.

A conta de balanço de saída; encerramento da escrita com dispensa da criação desta conta.

l) Reabertura das contas; a conta de balanço de entrada; desnecessidade da existência desta conta.

m) Afectação dos lucros líquidos do último exercício; a «Conta nova».

3.º ano

VI) *Sistema clássico:*

1) Princípios do sistema clássico:

Os órgãos principais do sistema.

O memorial e a sua substituição por Diários auxiliares.

O esquema do sistema clássico.

Os inconvenientes do sistema clássico.

2) Aperfeiçoamento do sistema clássico.

O sistema clássico em contas colectivas.

Desdobramento das contas do Razão geral; Razões especiais.

Sistema clássico com contas colectivas e livros auxiliares do «Diário».

VII) *Sistema centralizador:*

3) A insuficiência de material contabilístico fornecido pelo «Diário» e pelo «Razão». A divisão do trabalho na contabilidade.

Princípios do sistema centralizador.

Organização do trabalho: fraccionamento do «Diário» e do «Razão» de harmonia com a natureza das operações e a frequência dos registos.

Contabilidade analítica quotidiana ou auxiliar ou do 1.º grau; a marcha do trabalho.

Contabilidade centralizadora ou geral ou do 2.º grau; as suas várias fases.

4) A arrumação dos Diários; ligação entre os documentos e os Diários auxiliares respectivos.

Os Diários auxiliares correntes: das compras a crédito; das vendas a crédito, da caixa, de bancos, de letras a receber, de letras a pagar, de operações diversas, etc.

Operações que dão lugar ao registo em dois Diários auxiliares diferentes; o emprego das contas de ligação e as principais contas de ligação utilizadas.

5) Centralização no Diário geral.

As verificações aritméticas: nos Diários auxiliares; entre os vários Diários auxiliares e o Diário geral e entre as contas colectivas e as contas individuais; a investigação e a rectificação dos erros.

Aperfeiçoamentos práticos do sistema centralizador.

6) A organização material da contabilidade centralizadora.

Diários auxiliares em livros encadernados de grande formato.

Diários auxiliares em folhas móveis reunidas numa encadernação; tipos mais correntes destas encadernações.

Razões auxiliares: Razões auxiliares cosidos, Razões de folhas móveis; Razões em fichas.

Vantagens do emprego das fichas; os vários sistemas de classificação das fichas; ordem de classificação das fichas.

Ficheiros de clientes.

7) O «Diário-Razão».

O princípio do «Diário-Razão»; vantagens e inconvenientes; a organização contabilística correspondente.

O «Diário-Razão» centralizador.

O balancete quádruplo ou diário-balancete.

Definição; princípio e aplicação do balancete quádruplo.

Organização contabilística com o balancete quádruplo.

8) A escrituração sem passagens ou contabilidade por decalque.

Os aparelhos da contabilidade.

A contabilidade à mão.

As máquinas de contabilidade.

Aplicações da contabilidade sem passagens; o Diário de colunas múltiplas; o Diário auxiliar de vendas e contas de clientes; a contabilidade dos salários.

VIII) *Estudo das contas mais vulgares:*

9) Subscrição e realização do capital e abertura das contas nas sociedades em nome colectivo, por quotas e em comandita simples.

A individualidade da sociedade distinta da dos sócios.

Recapitulação de noções sobre o regime legal das sociedades referidas; cláusulas principais do pacto social.

Formas várias que podem revestir os lançamentos de abertura, considerando os casos referidos no número anterior.

Realização integral e parcial do capital social.

10) Subscrição e realização do capital nas sociedades anónimas e nas sociedades em comandita por acções.

Regime legal das sociedades anónimas; os estatutos e as suas cláusulas principais.

Capital nominal e capital realizado; prescrições legais.

As acções; os diversos valores que podem ter as acções.

Classificação das acções quanto aos valores em que foram realizadas, quanto à forma de transmissão, quanto ao modo de liberação e quanto aos direitos que conferem.

Os direitos e obrigações dos fundadores das sociedades.

Subscrição pública e subscrição particular; o rateio das acções.

Os lançamentos de abertura de contas; as entregas posteriores dos accionistas.

As despesas e os prémios de emissão.

A escrita auxiliar das acções.

11) Mercadorias em comissão e em consignação.

Lucros que resultam destas operações.

Documentos usados e formas principais de contabilização.

12) Operações sobre mercadorias com abertura de crédito.

Créditos documentários; sua descrição pormenorizada e contabilização das respectivas operações.

13) As vendas a prestações.

Casos mais correntes; contas a usar; determinação dos lucros.

14) Contas correntes com juros.

15) As contas de regularização.

As contas de amortização.

As acepções diferentes em que se pode tomar a amortização; as funções da amortização; as contas do activo sujeitas a amortização.

As amortizações obrigatórias.

Amortização directa e amortização indirecta.

Quota de amortização. Duração da amortização. Casos de amortização constante.

Os lançamentos de amortização e as várias formas de representação de balanços dos valores amortizados.

16) As contas de provisão.

As duas principais acepções em que se pode empregar o termo «provisão».

As provisões para dívidas duvidosas, para depreciação de mercadorias, para diferenças cambiais, etc.

A representação no balanço das provisões efectuadas. Regularização de outras contas do activo e de contas de resultados.

17) As contas de reservas.

Definição de reserva.

Classificação das reservas; reserva legal, reservas estatutárias, reservas extraordinárias, etc.

Funções principais das reservas.

As reservas e o capital.

Distinção entre reservas, amortizações e provisões.

18) As contas de ordem.

As vantagens da inclusão nos balanços das contas de ordem; exemplos de contas desta natureza.

Disposição preferida das contas de ordem no balanço.

IX) *O inventário anual:*

19) Generalidades sobre o inventário; a necessidade e função de inventário.

Disposições legais; o livro de «Inventário e balanços».

Fases dos trabalhos de inventário; o inventário das diversas espécies de valores em comércio.

Processos de elaboração de inventário.

Avaliação das existências: critérios correntes.

Recapitulação dos lançamentos de inventário.

A determinação dos resultados ilíquidos e dos resultados líquidos.

20) Apresentação do balanço.

Os anexos do balanço; o relatório do conselho de administração, o parecer do conselho fiscal e estudos de directores técnicos; a demonstração da conta de ganhos e perdas, das contas de exploração, estatística, etc.

Qualidades do balanço.

Causas de obscuridade dos balanços.

Os balanços-tipos.

A análise dos balanços.

Os objectos de análise dos balanços.

A aplicação dos resultados; a contabilização da divisão dos lucros nas várias formas de sociedade.

Disposições dos estatutos das sociedades anónimas sobre a distribuição dos lucros; os dividendos; principais impostos que incidem sobre os dividendos.

X) *Questões especiais:*

21) A transformação da empresa.

Em que pode consistir a transformação.

Formalidades; disposições legais aplicáveis.

Contabilização.

22) A liquidação da empresa.

Definição de liquidação.

Os trâmites da liquidação.

Regularização das contas e elaboração do balanço de liquidação.

Contas a criar.

Contabilização da liquidação; liquidação operada pelos sócios e liquidação operada por um liquidatário.

XI) *Contabilidades especiais:*

23) Noções gerais de contabilidade industrial.

A distinção entre a contabilidade comercial e a contabilidade industrial; o que deve entender-se por contabilidade de uma indústria e por contabilidade industrial.

O preço do custo; princípios muito gerais de contabilidade do preço de custo.

24) O armazém e a sua organização; a entrada e a saída de matérias-primas.

A mão-de-obra; fórmulas de salários; fiscalização de mão-de-obra.

Os gastos de fabricação; sua distinção dos gastos gerais de administração.

Os subprodutos.

Indicações muito genéricas sobre algumas contas, como as de fabricação, produtos fabricados, vendas, etc.

25) A contabilidade bancária.

Recapitulação das principais operações bancárias; classificação dos bancos.

Contas mais importantes dos bancos; leitura e interpretação dos balanços e balancetes mensais dos bancos.

Técnica de vendas

Com a modesta representação que lhe é atribuída no horário, esta disciplina constitui a primeira tentativa para orientar os alunos das nossas escolas comerciais no sentido da profissão de vendedor.

O ensino comercial português vem dando, através dos seus programas, predomínio talvez excessivo ao trabalho do escritório, aos serviços de registo. No entanto, tais serviços não constituem o comércio e somente o auxiliam. O comércio faz-se ao balcão, na bolsa, na feira, quase sempre no trato directo de homem a homem. E a essa realidade não tem dispensado a escola a atenção

que merece. Por certo convém que nela repare e vá gradualmente rectificando a sua concepção.

Para negociar é preciso conhecer os homens, ter capacidade de rápida adaptação aos pontos de vista alheios e agilidade mental suficiente para transformar esses pontos de vista em apoios dos objectivos da acção própria.

Descabida seria a pretensão de organizar neste ensino um curso de psicologia prática, mas parece necessário que se ministrem aos alunos as primeiras noções sistematizadas sobre a actividade espiritual e sobre aquelas funções mentais que mais lhes importa cultivar para sua valorização pessoal e cujo mecanismo lhes pode sugerir os processos mais eficazes de influenciar os outros.

Tais noções terão de ser apresentadas com a máxima simplicidade, com o auxílio de exemplos verdadeiramente expressivos, escolhidos de preferência na experiência íntima dos próprios alunos e expostos em linguagem clara, isenta do vocabulário hermético da técnica psicológica.

Os capítulos seguintes devem ser versados com método semelhante, tendo-se sempre em vista suscitar a reflexão dos alunos e fornecer-lhes princípios de ordem prática susceptíveis de contribuir para a sua educação profissional e de neles apurar o senso das oportunidades, o gosto pelo real e o culto da dignidade pessoal. A leitura e o comentário de biografias de grandes homens de acção é fonte inesgotável de lições do mais alto poder sugestivo.

Uma vez por outra, será de tentar estabelecer na aula, entre alunos designados pelo professor, breves controvérsias sobre assuntos previamente escolhidos. Exercícios de oralidade e tentames dialécticos constituirão, do mesmo passo, excelente treino da presença de espírito.

O estudo da publicidade, cuja técnica deu já origem a uma literatura riquíssima, terá de limitar-se ao essencial. O conhecimento das respectivas leis pode exemplificar-se em campanhas publicitárias miniaturais, em que se organizem concursos de redacção e composição de anúncios, de desenho e pintura de cartazes, de projectos decorativos para vitrinas e em exercícios análogos.

Haverá um *compêndio*.

3.º ano

1) *Introdução*: breves noções sobre a vida psíquica.

Funções mentais. A «corrente da consciência»; a atenção; a percepção; a associação; a memória; a imaginação.

O temperamento e o carácter: o inato e o adquirido. A personalidade. As aptidões. Selecção profissional.

2) Características da *actividade comercial*: a concorrência. A iniciativa pessoal — forma superior de imaginação prática.

Educação do espírito de iniciativa: observação, estudo, reflexão. Leitura de biografias de notáveis realizadores.

3) A *venda* directa, suas modalidades: empregados de balcão, praticistas, viajantes, etc.

Relações entre o vendedor e o comprador.

Predicados morais e profissionais necessários ao agente de vendas: probidade; modéstia; urbanidade; sociabilidade; poder persuasivo; cultura e conhecimentos técnicos. Regras práticas.

4) Os *serviços* auxiliares da venda, úteis ao consumidor: a informação e a demonstração; a entrega ao domicílio; o direito à reclamação e à devolução; a assistência técnica.

A especialização das casas de venda e a sua organização em moldes técnicos como processo de conquistar a confiança do público.

5) A *correspondência comercial*, seus requisitos: correcção; clareza; sobriedade. A referenciação. Aspecto gráfico e material.

6) A *publicidade e a propaganda*. Multiplicidade das suas formas. O mecanismo da sua acção sobre o público, explicação psicológica.

A apresentação e a exposição das mercadorias. As vitrinas, seu arranjo e decoração.

Outros meios publicitários: a imprensa; a rádio; o cinema.

Campanhas publicitárias, sua preparação e realização.

Processos de verificação dos resultados da propaganda.

Caligrafia

1.º ano

1.º período

Letra inglesa:

I) Posição correcta do corpo para escrever, modo de pegar na caneta e de a conduzir, colocação do papel em relação à obliquidade da letra.

II) Exercícios musculares para adestramento da mão na execução de traços cheios e finos; traçado de rectas e mistas e da elipse caligráfica, com observância de paralelismo e equidistâncias.

III) Letras de corpo primitivo (a c e i m n o r s u v w x z) isoladas e ligadas; formação de palavras com o emprego destas letras, importando, acima de tudo, a uniformidade, o paralelismo e a proporção das mesmas letras, como tendência para a aquisição de boa caligrafia corrente.

IV) Letras de hastes superiores e inferiores, simples e compostas; escrita de palavras com emprego destas letras; alfabeto minúsculo enlaçado.

V) Algarismos, sinais diacríticos e pontuativos. Outros sinais, como o de parágrafo, os parênteses, o cifrão, etc.

Observações:

Os trabalhos que precedem iniciar-se-ão pelo tamanho denominado «bastardo», isto é: letras de corpo primitivo com um espaço do pautado vulgar; as hastes compostas, com um espaço e meio além do corpo primitivo das letras e as hastes simples com um espaço além do corpo primitivo, feita a excepção da letra t, que terá meio espaço acima do corpo primitivo das letras. Nada impede, porém, que o aluno se inicie ao mesmo tempo na redução de tamanhos, pois que é do cursivo que virá a fazer largo uso na vida prática. Ao mestre cumpre verificar se o aluno, em virtude da sua idade, não terá até maior facilidade de execução dos tamanhos menores: «bastardinho» e «cursivo».

Entender-se-á por bastardinho e cursivo, segundo a tradição, o tamanho em que as letras de corpo primi-

tivo tenham, respectivamente, metade e um terço (aproximadamente) das correspondentes no bastardo e as hastes com a redução proporcional.

2.º período

Continuação da letra inglesa:

VI) Alfabeto maiúsculo por grupos de letras de início gráfico idêntico.

VII) Escrita de palavras iniciadas por maiúsculas.

VIII) Escrita dos alfabetos (maiúsculo e minúsculo), algarismos e demais signos em bastardinho e cursivo; pequenas cópias nestes tamanhos de letra.

IX) Exercícios de letra inglesa, tais como cópias e pequenos ditados suficientemente pausados, para aquisição de letra cursiva de agradável aspecto, sem excluir exercícios dos dois outros tamanhos, mas de menor frequência. Escrita de pequenas cartas comerciais e particulares em cursivo.

3.º período

Letra francesa:

X) Posição do corpo, modo de pegar na caneta e colocação do papel. Execução de traços rectos verticais ligados por traço fino oblíquo para aquisição da posição.

XI) Execução das letras minúsculas i, u, m, n, v, w e z, de preferência já enlaçadas.

XII) Execução da minúscula o, seguida da execução das letras minúsculas a, c, r, s, x. Escrita de todas as letras do corpo primitivo enlaçadas; palavras com estas letras. Algarismos, cifrão e signos pontuativos e diacríticos.

XIII) Execução das restantes letras minúsculas. A haste dupla para o grupo lh e semelhantes. Escrita de palavras para enlace de minúsculas.

XIV) Letras maiúsculas executadas por grupos de início gráfico idêntico.

XV) Títulos comerciais em letra francesa nos tamanhos bastardo e bastardinho.

XVI) Exercícios em que se empreguem as letras inglesa e francesa, como lançamentos simples com título a letra francesa, descrição e valor a letra inglesa.

Observações:

A execução da letra francesa iniciar-se-á pelo tamanho denominado «bastardo» (letras de corpo primitivo: um espaço; letras de haste simples: mais meio espaço; letras de hastes compostas: mais um espaço além do corpo primitivo) e utilizar-se-á só mais um tamanho: o bastardinho, com metade das alturas do anterior.

Convém notar que a letra francesa tem no comércio emprego muito mais reduzido do que a letra inglesa, devido à morosidade da sua execução, e se destina apenas a títulos de contas ou de lançamentos. Portanto, não pode pensar-se, na escola, em ir além da iniciação dos alunos na respectiva técnica de execução. A *virtuosidade*, se a aptidão e o gosto pessoais a solicitarem, virá com o tempo e o exercício.

Esforce-se com firmeza o mestre por que os seus alunos adquiram uma «letra comercial» de legibilidade pronta, correcta, uniforme e de aspecto agradável e por que se tornem capazes de usá-la correntemente nos escritos de todos os dias. Fazer *bonitos* na aula de caligrafia, enquanto enche de *gatafunhos* a página do caderno ou da carta que a seguir tenha de escrever, sòmente servirá para demonstrar a ineficácia do ensino. É evidente, porém, que tal resultado só poderá obter-se com a colaboração de todos os professores, a quem cumpre evitar o relaxamento caligráfico dos alunos nos trabalhos das suas aulas.

O mestre poderá adoptar um *método* de caligrafia como auxiliar do seu ensino.

Dactilografia

3.º ano

I) Notícia sobre o aparecimento da máquina de escrever e seus aperfeiçoamentos até ao presente. Classificação das máquinas de escrever, estrutura e funcionamento das actuais máquinas. Nomenclatura e utilidade das principais peças.

II) O teclado. Teclado universal e teclado português. Divisão do teclado em campos de acção da mão direita e da mão esquerda e em zonas (uma zona para

cada dedo, exceptuado o polegar). As variedades de tipos ou caracteres.

III) Indicação das avarias correntes e modo de as impedir e remediar. Cuidados gerais com a máquina. Colocação ou substituição da fita.

IV) Posição de trabalho. Manejo dos órgãos da máquina (deslocação do carro nos dois sentidos em movimento livre, pela barra dos espaços e pelo retrocesso; movimento do cilindro; desembraiagem do cilindro, etc.).

V) Inserção do papel e sua marginação à esquerda e à direita. Libertação das margens por meio do «solta-margens».

VI) Pulsação e seus requisitos. Digitação e ritmo digitativo; método decadactilar aplicado a exercícios adequados à retenção do teclado pela memória muscular. Entrelinhas. Mudança de cor da fita.

VII) Exercícios digitativos em que se observem as regras relativas a entrelinhas e a espacejamento e em que se utilize a comutação do teclado.

VIII) Escrita de pequenos textos observando-se a marginação, as mudanças de linha e as aberturas de parágrafo.

IX) Cópias e ditados para aquisição de velocidade.

X) Erros de escrita: letras que se podem sobrepor; emprego da borracha e modo de evitar que os seus fragmentos sujem a máquina.

XI) Estética dactilográfica. Centragens e utilização de tabuladores.

XII) Cartas comerciais, facturas e outros escritos comerciais. Mapas. Pequenos mapas intercalados nos textos.

XIII) Escrita em papel pautado. Requerimentos.

XIV) Processos de reprodução dactilográfica: papel químico, fitas de tinta comunicativa e prensa de copiar, *stencil* e máquinas duplicadoras.

Observações:

O mestre escolherá e graduará os exercícios digitativos de harmonia com os teclados a que tais exercícios se destinem e pela forma mais eficiente à memória muscular.

É evidente que o aluno não ficará a conhecer numa lição as principais peças da máquina e o seu manejo;

por isso, tal matéria será repetida todas as vezes que o uso de tais peças se torne necessário, até que o aluno as conheça perfeitamente. A reparação de pequenas avarias também será explicada à medida que elas se produzam.

Quanto a limpeza e lubrificação das máquinas, far-se-á uma sessão de exemplificação.

Curso de esteno-dactilógrafo

Dactilografia

2.º ano

I) Notícia sobre o aparecimento da máquina de escrever e seus aperfeiçoamentos até ao presente; classificação das máquinas de escrever; estrutura e funcionamento das actuais máquinas; nomenclatura e utilidade das principais peças.

II) O teclado: teclado universal e teclado português. Divisão do teclado em campos de acção da mão direita e da mão esquerda e em zonas (uma para cada dedo, exceptuado o polegar). Os tipos ou caracteres, suas variedades.

III) Avarias correntes, modo de as impedir e remediar. Cuidados gerais com a máquina; limpeza e lubrificação; afinações simples.

IV) Posição de trabalho e manejo dos diversos órgãos da máquina (deslocação do carro nos dois sentidos, em movimento livre, pela barra dos espaços e pelo retrocesso; movimento do cilindro; desembraiagem do cilindro, etc.).

V) Inserção do papel e sua marginação à esquerda e à direita. Libertação das margens pelo «solta-margens».

VI) Pulsação e seus requisitos. Digitação e ritmo digitativo; método decadactilar aplicado a exercícios adequados à retenção do teclado pela memória muscular. Utilização das duas cores da fita. Regulação de entrelinhas.

VII) Exercícios digitativos em que se observem as regras relativas a entrelinhas e a espacejamento e em que se utilize a comutação do teclado. Exercícios com letras maiúsculas.

VIII) Escrita de palavras em que se empreguem as fileiras 2.ª, 3.ª e 4.ª, observando rigorosamente as regras

estudadas. Escrita de números para prática com a primeira fileira.

IX) Escrita de frases curtas com rigoroso respeito por marginação, entrelinhas e espaçamento.

X) Erros de escrita: letras que se podem sobrepor; emprego da borracha e modo de impedir que os seus fragmentos sujem a máquina.

Observações:

Todos os exercícios deverão ser executados até completa perfeição, isto é, com digitação correcta, impressão uniforme e ausência de erros ou sobreposições.

3.º ano

I) Recapitulação de exercícios digitativos.

II) Execução, por cópia, de textos sobre diferentes assuntos, empregando nos textos comerciais as abreviações de uso corrente no comércio.

III) Regras de estética dactilográfica: títulos, subtítulos e referências à margem; sua aplicação. Centragens em relação ao papel e ao texto. Uso de tabuladores e régua sincronizadas.

IV) Cartas comerciais, ofícios, etc., executados tanto quanto possível por minutas manuscritas, algumas pouco cuidadas e com emendas e chamadas. Normas a que devem obedecer estes documentos.

V) Escrita em papel pautado; requerimentos e normas a que devem obedecer; documentos notariais (escrituras).

VI) Preenchimento de documentos comerciais e impressos.

VII) Elaboração de facturas e mapas; mapas incluídos nos textos.

VIII) Velocidade da escrita: ditado de textos, para escrita directa, durante o tempo mínimo de dez minutos, com aplicação das normas de estética e da correcção digitativa. Cópia de textos durante vinte minutos, nas condições anteriores.

IX) Redacção, por escrita directa, de cartas comerciais sobre assuntos correntes, mediante tópicos fornecidos aos alunos.

X) Escrita de circulares, quadros, preçários, etc., em *stencil* e sua reprodução por meio de máquina duplicadora.

XI) Reproduções por meio de papel químico e por meio de fita de cópia (utilizando a prensa de copiar). Papel químico de tinta de cópia ou comunicativa.

XII) Escrita em cartolina; utilização dos ajustadores de cartões; fichas e verbetes.

Observações:

As considerações feitas a respeito do programa do curso geral de comércio têm aplicação a este programa.

Na falta de máquina duplicadora na aula de dactilografia, deverá ser utilizada a que existir nos serviços de secretaria da escola. Igualmente as fichas e verbetes da escola poderão servir para exercícios do n.º XII.

Nota:

Nos exercícios de velocidade atender-se-á aos seguintes limites:

Ditados, durante dez minutos, de trechos variados com, aproximadamente, 1500 toques (cerca de 25 palavras por minuto, visto que cada palavra tem uma média de 6 toques). Aumentar gradualmente a velocidade até 2400 toques por cada texto no mesmo tempo.

Cópia, durante vinte minutos, de trechos com cerca de 2400 toques. Aumentar gradualmente até 6000 toques.

A velocidade em palavras limpas de erros (palavras líquidas) por minuto acha-se abatendo ao total dos toques o total das faltas multiplicado por seis (para corresponder uma palavra a cada falta) e dividindo a diferença assim achada pelo produto do número de minutos por seis.

Exemplo:

Total bruto de toques em dez minutos	1 500
Número de faltas, 14, correspondendo à penalidade de toques 14×6	84

Toques líquidos em dez minutos 1 416

Velocidade líquida: $1416 : (10 \times 6) = 23,6$ palavras líquidas por minuto (praticamente 24).

Tabela de faltas

Erros de digitação:

	Faltas
1) Caracteres omitidos, ou a mais, ou trocados — por cada um	1
2) Caracteres sobrecarregados para rectificar um erro	$\frac{1}{2}$
3) Caracteres pulsados e não marcados — por cada um	1
4) Caracteres colocados nitidamente acima ou abaixo da linha de escrita — por cada um	1
5) Espaço a mais entre palavras	$\frac{1}{4}$
6) Espaço no corpo de uma palavra	1
7) Inversão de duas letras	1
8) Duas letras nitidamente amontoadas, faltando o espaço	1

Erros de cópia:

9) Inversão de duas palavras exactas:	
Com alteração de sentido	2
Sem alteração de sentido	1
10) Palavra a mais ou a menos — por palavra	3
11) Palavra omitida ou trocada e, depois, escrita na entrelinha ou por cima da palavra errada, quer haja ou não sobreposição com xx	2
12) Palavra escrita em maiúsculas, em vez de minúsculas, e inversamente	2

Erros de estética:

13) Margens maiores ou menores que as indicadas — por página	5
14) Linha começada antes ou depois da margem esquerda ou excedendo a tolerância de signos para mais ou para menos na margem direita — por espaço ou signo	$\frac{1}{4}$
15) Margens irregulares, devido a má colocação do papel, sendo a diferença entre a margem da primeira linha e a da última de 1 cm ou mais — por página	3

	Faltas
16) Títulos mal centrados — por espaço . . .	1
17) Falta de diferenciação de cor	1
18) Parágrafo irregularmente começado . . .	1
19) Omissão de traços em mapas ou quadros estatísticos ou irregularidade no intervalo desses traços — por cada traço . .	2
20) Irregularidade de entrelinhas—por linha	1
21) Falta de espaço entre sinal pontuativo e a palavra seguinte	1
22) Espaço a mais ou a menos entre algarismos	1
23) Desalinhamento no fim de página	1

Erros ortográficos:

24) Falta de acentuação	$\frac{1}{4}$
25) Excesso de acentuação	$\frac{1}{2}$
26) Outros erros ortográficos	1

Penalidades

Cada falta sofrerá o castigo correspondente à dedução de 6 toques ou uma palavra, só se contando, porém, em cada palavra a falta mais grave.

Estenografia

2.º ano

I) Breve história da estenografia portuguesa.

II) Introdução: alfabeto português. Agrupamento de consoantes homófonas. Escrita vulgar e escrita abreviada. Vantagens da escrita abreviada.

III) Definição de estenografia. Escrita de sons. Sons. Utilidade. Base do sistema estenográfico martiniano. Divisão dos signos em simples e compostos. Representação estenográfica dos sons alfabéticos. Dimensões. Linha de escrita. Supressão de vogais e consoantes. Quadro do alfabeto estenográfico português, sua base geométrica, valores fonéticos atribuídos, vocábulos que abreviadamente podem ser representados por estes signos, maneira de os traçar e ligar.

IV) Sinais auxiliares, algarismos, nomes próprios, datas, pontuação.

V) Exercícios de ligação dos sons simples, formação de palavras, escrita literal.

VI) Sons compostos: sua divisão em:

1) Iniciais:

a) Autónomos: *com, des e em*;

b) Aglutináveis: *cons, contr e sob*.

2) Terminais:

a) Secantes: *ment e elementos enclíticos*;

b) Aglutináveis: *aro, ado, ar, ão, ágrafo, ássimo, áramos*.

3) Gerais:

a) Livres: *anto, asto, alto, ano, tra, arto, ando, anço, pra, ável, dade*;

b) Condicionados: *ato, afo, aco, abo, amo, armo, apo, aço, alo, ago, ajo, acho, ambo*.

Definição e emprego. Formação de estenogramas.

VII) Exercícios de cópia e de ditado; retroversão oral e escrita.

VIII) Abreviaturas: finalidade, constituição; indicação de abreviaturas vocabulares e frásicas.

IX) Escrita abreviativa.

X) Ditados especialmente destinados à perfeição e racional colocação dos signos, até à velocidade de cerca de sessenta sílabas (trinta palavras) por minuto, e respectiva tradução.

3.º ano

I) Recapitulação dos conhecimentos adquiridos no ano anterior.

II) Ditados graduados de textos variados (média de sessenta a cento e oitenta sílabas por minuto) para velocidade, em exercícios de três minutos de duração, e para resistência, em exercícios de, pelo menos, cinco minutos de duração. Sua tradução oral e escrita.

III) Prática de estenografia de carácter concional: sons iniciais e terminais utilizados nesta; casos em que alguns sons terminais podem empregar-se como sons

gerais; distribuição de determinados valores de alguns destes por outros signos novos.

Observação:

Haverá um *compêndio* de estenografia.

Nas demais disciplinas os programas são idênticos aos do curso geral de comércio.

Disciplinas comuns a todos os cursos deste volume

Formação corporativa

O Estado Corporativo apoia-se ideologicamente numa determinada concepção sociológica e numa determinada concepção da vida. À luz de uma e de outra organiza ou deixa que se organize a convivência dos Portugueses. Importa radicar na juventude o espírito corporativo, esclarecendo-a acerca dos seus fundamentos, precavendo-a contra os seus desvios ou deformações, informando-a das suas realizações e das possibilidades do seu desenvolvimento futuro.

A escola profissional, empenhada em preparar o interventor económico, não pode esquecer o interventor político, o cidadão plenamente consciente das suas responsabilidades. Por isso desejável é que os alunos saiam da escola aptos a compreender a significação e o valor das instituições que disciplinam a vida cívica do povo português e, sobretudo, tão capazes de se desempenharem cabalmente dos seus imprescritíveis deveres de cooperação social, como de usarem e defenderem, por intermédio dessas instituições, as suas liberdades e direitos.

Esta disciplina destina-se, pois, a auxiliar a formação da consciência cívica dos alunos. Sem ela o programa educativo da escola profissional ficaria incompleto.

O ensino há-de desenvolver-se em plano adequado à compreensão dos alunos, devendo o professor recorrer com frequência a analogias e exemplos extraídos da vida corrente, às mais salientes e conhecidas lições da história e ao confronto das realidades sociais e políticas portuguesas com as de outros povos contemporâ-

neos, dominados por ideologias inconciliáveis com o espírito ocidental e cristão, raiz mais forte do corporativismo português.

Natureza social do homem. — Os grupos sociais; a família, o município, a profissão, a comunidade nacional, a sociedade religiosa. Fundamentos naturais e características dos diferentes grupos sociais. Sociedade e indivíduo. Normas de conduta.

Nação e Estado. — Elementos do Estado: população, território e governo (conceitos amplo e restrito).

Funções do Estado. As doutrinas individualistas, socialistas e intervencionistas. O Estado corporativo como regime de paz social e de justo equilíbrio entre os elementos estruturais da Nação.

Antecedentes do Estado corporativo. — As corporações medievais de artes e ofícios, sua extinção. A Revolução Francesa. Regime demo-liberal; suas consequências económicas e sociais. O sindicalismo revolucionário e o sindicalismo cristão. A doutrina da Igreja Católica (as encíclicas de Leão XIII e Pio XI). O movimento das novas ideias em Portugal. A Revolução Nacional.

A Constituição de 1933. Características. Alterações mais importantes. — Os órgãos da soberania; forma de designação e funções. Regime político e económico do ultramar. Linhas gerais da administração ultramarina. Garantias para os indígenas.

A organização corporativa. Corporações morais, culturais e económicas. — O Estatuto do Trabalho Nacional. Organismos corporativos primários e secundários: grémios, sindicatos, Casas do Povo e dos Pescadores; federações e uniões. Os contratos colectivos de trabalho. As instituições de previdência social.

Breves noções sobre a legislação referente aos organismos corporativos que representam as profissões dos alunos.

Religião e moral

Idêntico ao dos restantes cursos.

Noções de higiene

Georg-Eckert-Institut
für internationale
Schulbuchforschung
Braunschweig
Schulbuchbibliothek

O primeiro objectivo da introdução de uma disciplina de higiene nos cursos técnicos é o de promover a criação de hábitos, conduzir os alunos à adopção de práticas perfeitas sob o ponto de vista da saúde, es-

clarecê-los sobre os perigos a que estão expostos e as maneiras de se defenderem, substituir as falsas noções tão generalizadas por noções exactas, criar nos indivíduos uma consciência perfeita em relação às actividades vitais do seu organismo.

Todo o ensino deverá ter uma feição eminentemente prática, tendo menos em vista aprofundar os conhecimentos científicos no domínio das diversas ciências subsidiárias da hygiene do que dar a conhecer as applicações utilizáveis a que esses estudos conduziram.

É necessário, porém, ter bem presente a noção de que as recomendações práticas impostas apenas pela força exclusiva da autoridade official do mestre não são suficientes para criar no aluno uma convicção útil. A intelligência do estudante repugna naturalmente semelhante processo, e para conseguir a formação de uma consciência esclarecida sobre o valor da hygiene são imprescindíveis certas noções científicas que se impo- nam à luz da razão.

Tendo presentes estes dois conceitos que mutuamente se equilibram — ensino despido de aparato científico, mas esclarecido por noções exactas constantemente baseadas nos indispensáveis conhecimentos científicos — é que o mestre deverá dispor e desenvolver os diversos pontos de que se compõe o programa.

Em face do tempo destinado a esta disciplina terá de insistir principalmente sobre a hygiene individual, razão de ser desta ciência e fulcro de todo o interesse para o estudo dos capítulos complementares que versam a hygiene geral, social e moral, de que apenas se poderão dar ligeiras noções, oportunamente articuladas com a exposição feita.

O número de problemas a tratar terá ainda de ser reduzido, em estrita relação com o número de aulas, pois importa mais fixar e radicar no espirito do aluno um património modesto de conhecimentos susceptíveis de se transformarem em actos do que abordar um largo e variado número de noções sem as fixar, e mantendo-as apenas no domínio de um vago e inoperante conhecimento teórico.

Para conseguir o fim em vista é necessário repetir os ensinamentos, insistir nos conhecimentos, esclarecê-los, fortificá-los com numerosos exemplos, por forma a transformá-los em vivência do espirito e radicá-los em hábitos dos alunos.

As noções de ordem geral juntar-se-ão as breves noções de higiene profissional relativas a cada um dos cursos e às profissões afins.

Pele. — Suas principais funções (de defesa e protecção, secretória e desintoxicante, transpiratória e termo-reguladora, respiratória complementar e de sensibilidade). Higiene. Parasitas da pele e couro cabeludo. Sua destruição.

Banhos. — Acção de limpeza. Acção estimulante e acção calmante, nas diversas modalidades: água quente e água fria, banho de tina e chuveiro, banho geral e parcial. Importância da limpeza de pés e mãos. Necessidade do uso do sabão.

Higiene da visão. — Intensidade e orientação da luz. Luz natural e luz artificial. Higiene da aplicação visual na leitura e nos trabalhos manuais.

Higiene dos ouvidos, da boca e dos dentes. — Sua importância para a saúde geral.

Higiene do vestuário e calçado. — Sua importância sob o ponto de vista moral e físico. Tecidos isoladores e condutores. Tecidos para Verão e tecidos para Inverno. Roupas interiores e roupas exteriores. O vestuário, a circulação e a respiração.

Higiene da alimentação. — Mastigação. Horário das refeições principais e secundárias. O exercício e o descanso durante e após a refeição. A água e o vinho durante e fora das refeições. Inconvenientes da alimentação exagerada.

Doenças contagiosas. — Noção da contagiosidade. Agentes, fonte e portador. Micróbios. Portas de entrada mais frequentes. Desinfecção e desinfestação. Noção da contagiosidade para além da cura. Necessidade dos períodos de isolamento para além do período da doença.

Doenças susceptíveis de serem evitadas por meio das vacinas ou outros produtos imunizantes. Esterilização prática e doméstica das águas.

Higiene da habitação. — Escolha do local e protecção da casa em relação aos ventos e à luz (abrigos e sombras de arvoredos de folha caduca) e à humidade (drenagem e construção dos alicerces).

Materiais de construção. A alvenaria e o tijolo sob o ponto de vista higiénico. Inconvenientes do revestimento de papel e vantagens da cal e do estuque. Poder intoxicante de algumas tintas.

Distribuição conveniente dos compartimentos da habitação. Arejamento, gelosias, redes, lixos, esgotos e fossas.

Higiene da oficina e do trabalho. — Impermeabilização e limpeza dos pavimentos e das paredes. Área e cubicação em relação ao número de operários e ao trabalho a executar. Localização da oficina sob o ponto de vista urbano. Condições de iluminação. Lanternins. renovação do ar: abrigos contra as corrente de ar, evacuação de fumos, vapores e poeiras. Remoção dos resíduos industriais. Regulação térmica. Anexos.

Higiene do trabalho, do repouso e do sono.

Acidentes do trabalho. — Meios de protecção contra os desastres mais frequentes. Protecção da máquina e defesa do indivíduo. Socorros de urgência. Asfixia, choques, traumatismos, ferimentos e hemorragias.

Intoxicações profissionais. — Intoxicações profissionais mais frequentes. Casos agudos e casos crónicos: como se revelam e descobrem uns e outros. Processos de defesa a adoptar em relação ao meio e aos indivíduos.

ÍNDICE

CURSOS DE FORMAÇÃO COMERCIAL

	Pág.
Curso geral de comércio:	
Português	3
Francês	16
Inglês	38
Geografia	60
História Geral e Pátria	77
Aritmética e Geometria	89
Cálculo Comercial	92
Ciências Físico-Naturais	99
Mercadorias	106
Noções de Comércio, de Direito Comercial e de Econo- mia Política	115
Contabilidade	134
Técnica de Vendas	155
Caligrafia	158
Dactilografia	160
Curso de estenodactilógrafo:	
Dactilografia	162
Estenografia	166
Disciplinas comuns aos cursos deste volume:	
Formação Corporativa	168
Religião e Moral	169
Noções de Higiene	169

Preço 27\$50